



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "B" AO Nº 101 QUINTA-FEIRA, 17 DE JULHO DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Ata de Comissão Temporária

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27 Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (76) Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 11 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (126) Mozarildo Cavalcanti (57,125) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 22 Líder Humberto Costa - Bloco (117,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,99) Inácio Arruda (89,94,115,128) Marcelo Crivella (36,120,127) Líder do PT - 13 Humberto Costa (117,121) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Aníbal Diniz (25,102) Paulo Paim (101) Eduardo Suplicy (100) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,99) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,116) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,94,115,128) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,127) Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM/SD) - 16 Líder Wilder Morais - Bloco (95,112,119) Vice-Líderes Mário Couto (34,61,124) Jayme Campos (28,106,110,122) Alvaro Dias (73,123) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73,123) Paulo Bauer (5,35,72,78) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74) Vice-Líder do DEM Wilder Morais (95,112,119) Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111) PSB - 4 Líder Rodrigo Rollemberg - PSB (65,98) Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,83,129) PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)
--	---	---

EXPEDIENTE

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
--	--

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATA DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

1.1.1 – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias

Ata da 5ª Reunião, realizada em 25 de junho de 2014..... 004

CONGRESSO NACIONAL

"Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN, "com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias".

ATA DA 5ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 25 de junho de 2014, às 13 horas e 58 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo**, com a presença **dos Senadores Humberto Costa, Gim e Inácio Arruda** e dos Senhores Deputados **Marco Maia, Sibá Machado, Sandro Mabel, Hugo Napoleão, José Carlos Araújo, Antonio Imbassahy, Aguinaldo Ribeiro, Rodrigo Maia, Bernardo Santana de Vasconcellos, Júlio Delgado, Fernando Francischini, Rubens Bueno, Arnaldo Faria de Sá, Afonso Florence, Iriny Lopes, João Magalhães, Eduardo Cunha, Izalci, Mendonça Filho, Eurico Júnior e Marcos Rogério**. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Alvaro Dias, Mário Couto, Jayme Campos, Antonio Carlos Rodrigues e Ataídes Oliveira** e os Deputados **Lucio Vieira Lima, Marcio Junqueira e Enio Bacci**. Presente, ainda, o parlamentar não-membro **Colbert Martins**. Na oportunidade, ocorreu a oitiva de José Sérgio Gabrielli de Azevedo, ex-Presidente da Petrobras. Após aprovação, a presente ata será publicada juntamente com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito boa tarde a todos. Peço aos queridos companheiros as minhas escusas pelo atraso, próprio de um dia de hoje, com um tráfego aéreo bem congestionado.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para indagar a V. Ex^a se a TV Câmara ou a TV Senado estão tratando de passar, de fazer a transmissão desta audiência tão importante para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço à Secretaria, Líder Imbassahy, para nos informar.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014.

Preliminarmente, comunico às Sras e aos Srs. Parlamentares que o Sr. Juiz Federal da 13ª Vara Federal de Curitiba deferiu a solicitação de compartilhamento com esta Comissão das provas colhidas nas investigações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal no âmbito da Operação Lava-Jato.

Desse modo, a Comissão passa a ter acesso aos autos da ação penal e do respectivo inquérito policial, bem como das diligências realizadas, dos procedimentos de busca e apreensão, dos feitos de quebra de sigilo bancário, interceptações telefônicas e prisão do acusado Paulo Roberto da Costa.

Ressalto que esses processos permanecem tramitando em segredo de Justiça, sendo o dever de cada um dos membros desta Comissão preservar o caráter sigiloso das informações deles constantes, na forma da lei.

De sua parte, esta Presidência estabeleceu instrumento de controle de acesso aos dados sigilosos.

Foi providenciado um *download* de todos esses processos para um arquivo que permitirá o acesso remoto, por parte dos Parlamentares, que poderão solicitar o credenciamento de até dois funcionários para também acessarem os autos, em todos os casos, mediante a assinatura de termo de responsabilidade.

Num trabalho ininterrupto da Secretaria da Comissão, em conjunto com o Prodasen, prejudicado pela sequência de feriados e de jogos da Copa do Mundo, foi feito *download* em todos os processos, com exceção do nº 5049557/142013404.7000, referente ao inquérito policial da Operação Lava-Jato. Apenas esse inquérito nós não conseguimos baixar, entretanto, providências já foram tomadas por esta Presidência para a sua obtenção. Tão logo seja efetivado, o teor dos processos será franqueado a V. Ex^{as}.

Esses são os esclarecimentos iniciais que prestamos à Comissão.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da 4ª Reunião.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Presidente, tecnicamente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Um minuto só, meu líder Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação.

Aqueles que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Bom, quando houver quórum, a gente confirma essa votação.

Pela ordem, meu caro líder.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – É só para indagar: qual foi a dificuldade técnica que impediu o download da Operação Lava-Jato?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O nosso competente Diretor Dirceu comunica que o inquérito policial não foi tecnicamente possível, mas as providências já foram tomadas. Deverá chegar ainda no dia de hoje.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – E a partir de quando a assessoria dos membros da Comissão já terão acesso aos dados já disponíveis? A partir de hoje, já?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A partir de hoje, com o credenciamento e o termo de responsabilidade.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Cumpridas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Cumpridas as formalidades existentes.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Regimentais.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Conforme... Querido Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Um minutinho, por favor. É só para saber sobre a reunião da última semana.

Nós tínhamos uma reunião programada, uma reunião administrativa, para decidirmos sobre os requerimentos que haviam sido sobrepostos para uma reunião como foi convocada na semana passada, com a sua presença. Aguardamos os trinta minutos. Até V. Ex^a gostaria de encerrar com doze minutos, nós o alertamos com o Regimento da Casa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não, com quinze.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Com quinze. Nós alertamos que o Regimento diz trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E eu fui obediente ao Regimento como sempre o faço.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não hoje, não é, Presidente? Mas nós perdoamos, porque...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Desculpe-me. Mas V. Ex^a não queria encerrar a sessão também.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Claro, não, absolutamente.

O que estou querendo dizer é o seguinte: nós tivemos uma reunião administrativa e vimos aqui que a Base do Governo não compareceu para dar o quórum para deliberarmos sobre os requerimentos que estão sobre a mesa. E a reunião foi convocada somente para isso. Então, o que nós estamos propondo? Que o senhor marque, agora ou durante a reunião de hoje, a próxima reunião administrativa para decidir sobre esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k. Tomarei as providências, obediente a V. Ex^a como sempre.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Especialmente a quebra de sigilos bancários, fiscais e telefônicos das empresas e das e das pessoas envolvidas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tomarei as providências, obediente a V. Ex^a, como sempre o faço.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva do Sr. José Sérgio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras, que prestará seu depoimento na condição de testemunha e está compromissado na forma da lei.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Presidente, uma questão de ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Questão de ordem a V. Ex^a.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – É com base no art. 58 da Constituição Federal e no art. 131 do Regimento Comum do Congresso, Presidente.

Diz o seguinte o art. 151: "À redação final aplicar-se-á o disposto no art. 51 do Regimento Comum, concedendo-se, entretanto, à CMO, o prazo de 3 (três) dias para sua elaboração." Nos casos omissos neste Regimento aplicar-se-ão as disposições do Regimento do Senado e, se este ainda for omissivo, as da Câmara dos Deputados.

Falo especificamente – não quero aqui ler a questão de ordem; são duas páginas e meia que vou fazer chegar às mãos de V. Ex^a – com relação ao que aconteceu na última reunião. A exposição da Presidente da Petrobras, Graça Foster, se estendeu por mais de uma hora. A gente tem como praxe aqui, para Ministro de Estado, o limite de prazo trinta minutos. Depois da exposição enfadonha da Presidente Graça Foster, nós tive-

mos 2 horas e 23 minutos da participação do nobre Relator, Deputado Marco Maia. Evidentemente que tenho toda alegria de ouvir sempre o Relator e Deputado Marco Maia, mas 2 horas e 23 minutos me parece um prazo bastante exagerado.

Eu creio que esta CPI existe para inquirirmos as testemunhas, os investigados, etc...

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Eu permaneci mais 5 horas depois aqui ouvindo o restante dos Parlamentares.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Esta é a missão de V. Ex^a: relatar...

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – De V. Ex^a também.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Relatar aquilo que acontece do ponto de vista de interpelação, de questionamentos.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Sr. Presidente, vamos começar os trabalhos. Vamos parar esse processo de postergação dos trabalhos, Sr. Presidente. Uma hora os questionamentos...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Eu estou com a palavra para uma questão de ordem.

Então, gostaria de ter de V. Ex^a um posicionamento de que o depoente fale por vinte minutos, prorrogáveis por mais dez, trinta minutos. Acho que é um prazo bastante razoável. Evidentemente, longe de mim querer cercear o direito do Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Claro, o.k.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – ... de falar, mas também tem que ser um prazo curto, porque, do contrário vamos passar aqui o tempo ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Entendi. Vamos começar?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Sr. Presidente, pela ordem. Só registrar que V. Ex^a acertadamente foi transigente com todos os Parlamentares que estouraram seu prazo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com certeza.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Acho que o que ocorreu foi uma abordagem bastante profunda...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – ... do tema. Se vamos proceder *stricto sensu* regimentalmente, temos que proceder também com todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vou decidir a questão de ordem encaminhada pelo Líder do Democratas dizendo que a testemunha, o depoente terá vinte minutos e igual tempo de vinte minutos para sua exposição. Esse é o critério da Presidência.

Com relação – bem sabe o Deputado Mendonça – eu não posso tolher a instrução processual que o Relator tenha. Na reunião passada, eu e o Senador Gim Argello dividimos aqui oito horas ininterruptas.

Quero pedir à Secretaria para encaminhar à Mesa e convidar o Sr. José Sérgio Gabrielli para tomar seu lugar na sala de reuniões.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Enquanto ele chega, uma informação de utilidade pública: a Nigéria acabou de empatar, 2x2. Os *hermanos* argentinos estão sofrendo para ganhar da Nigéria, 2x2. Empatou agora a Nigéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, nos termos do compromisso prestado, o ex-Presidente da Petrobras, Dr. José Sérgio Gabrielli, que terá vinte minutos para sua exposição, prorrogáveis por mais vinte minutos, sem mais nenhum acréscimo. Com a palavra Dr. José Sérgio Gabrielli.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Bom dia, Ex^{mo} Sr. Senador Vital do Rêgo, Presidente desta CPMI, Ex^{mos} Membros da Mesa, Ex^{mos} Srs. Deputados e Senadores, meus senhores e minhas senhoras, eu vou aproveitar estes 20 minutos iniciais para caracterizar algumas questões que me parecem relevantes nesta discussão, particularmente no que se refere à aquisição da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

Em primeiro lugar, eu queria desconstruir e me colocar contrário à falsa informação, extremamente divulgada, amplamente divulgada de que essa refinaria custou à Astra, na época da sua aquisição, US\$42,5 milhões. Essa é uma informação equivocada, falseadora da realidade e que não considera a realidade do mercado. Essa refinaria pertencia à Crown, que era uma empresa de refino nos Estados Unidos; foi feito um contrato com a Astra, que era uma empresa comercializadora de derivados e produtos nos Estados Unidos, fenômeno que aconteceu intensamente a partir dos anos 2000 no refino americano, com a unificação dos comercializadores com os refinadores. A Crown, como refinadora, fez um contrato com a Astra, um contrato conhecido no mercado como um contrato de *tolling*, que é um contrato em que o refinador – aspas – “aluga” a capacidade de refino para o produtor de petróleo e de derivados.

A Astra, portanto, fez um contrato de *tolling* com a Crown e, nesse processo, ocupa a refinaria, processa nessa refinaria o petróleo que tinha e transforma esse petróleo em derivados. Essa operação custou à Astra

US\$84 milhões. Além desses US\$84 milhões, ao fim da operação, a Astra paga à Crown US\$42,5 milhões. Isso significa, portanto, US\$126 milhões de pagamento da Astra à Crown. Mas, além desses US\$126 milhões, a Astra paga US\$104 milhões por estoques e faz investimentos para transformar a refinaria numa refinaria operacional de US\$104 milhões. O que significa que, portanto, o custo inicial da aquisição da refinaria em 2005 para a Astra foi de US\$360 milhões e não de US\$42,5 milhões, como há muita divulgação nesse momento.

Esse é o primeiro elemento para o qual é importante chamar a atenção.

O segundo elemento que me parece ser importante chamar a atenção é o que estava acontecendo no refino americano nesse período. Esse período, 2003, 2004, 2005, os primeiros anos da década de 2000 nos Estados Unidos, é conhecido como a época de ouro do refino americano, em que as margens de refino crescem enormemente nesse período. Esse crescimento das margens de refino reflete a modificação que ocorre no mercado americano nesse momento. As refinarias americanas passaram por um processo de transformação do seu equipamento na década de 80 e 90. Essa transformação faz com que essas refinarias se tornem mais capazes de produzir derivados leves e derivados médios com petróleo pesado. O petróleo pesado, oriundo do México, da Venezuela e das areias betuminosas do Canadá e do Brasil também – o Brasil começa a entrar no mercado muito embrionariamente nesse momento – eram petróleos mais baratos, portanto aumentavam as margens das refinarias. Por outro lado, o mercado americano estava crescendo em termos de consumo de derivados de petróleo, porque a economia americana estava crescendo nessa época.

O que acontece nesse período do início dos anos 2000 nos Estados Unidos é, portanto, uma situação em que as operações de compra e venda de refinarias se intensificam.

Quem é que vende as refinarias nesse período? São exatamente aquelas refinarias que não tinham capacidade de refino de petróleo mais pesado.

Quem é que compra refinaria nesse período? São exatamente aqueles que tinham capacidade de produzir petróleo pesado. São os grupos canadenses, a Venezuela e o Brasil que compram as refinarias disponíveis nesse momento.

Portanto o mercado americano, na primeira metade, eu diria, até 2007, é um mercado extremamente atraente para quem quer entrar no refino, particularmente se você é um produtor de petróleo pesado.

O que estava acontecendo no Brasil? No Brasil, nós estávamos vivendo uma outra situação completamente diferente. Em 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 até 2004, 2005, o mercado brasileiro de gasolina, diesel, QAV, GLP é um mercado estagnado, praticamente não cresce; fica variando muito pouco, em torno de 100 mil metros cúbicos/ano. É um mercado estagnado. Não há crescimento no mercado brasileiro de derivados de petróleo.

Ao mesmo tempo que tem essa estagnação do mercado de derivados de petróleo, nós estávamos vivendo no Brasil, naquele momento, a perspectiva de crescer a nossa produção: crescer a nossa produção de petróleo de Marlim, crescer a nossa produção do petróleo de Roncador, crescer a nossa produção do petróleo de Albacora, crescer nossa produção na Bacia de Campos. Portanto nós tínhamos a perspectiva de crescer a produção de petróleo com um mercado consumidor de derivados estagnado.

O Conselho de Administração da Petrobras, em finais da década de 90, em 1998, 1999, define como estratégia, àquele momento correta, que é uma estratégia de buscar aumentar a capacidade de refino no exterior. Toma algumas iniciativas, inclusive. Faz uma operação de troca de ativos com a Repsol, adquire ativos de refino e de distribuição na Argentina, adquire refino na Bolívia e procura adquirir refino nos Estados Unidos.

Então eu tenho uma situação em que o mercado brasileiro é um mercado estagnado, ao mesmo tempo em que eu tenho um mercado americano extremamente atraente. É nesse contexto que o Conselho de Administração da Petrobras analisa a compra da Refinaria de Pasadena. É nesse contexto, portanto, de transição do mercado brasileiro, porque a partir de 2004, 2005, nós começávamos a ver os primeiros indicadores de que o mercado brasileiro iria crescer. O mercado interno em geral começa a se aquecer, a economia brasileira começa a aumentar os seus investimentos, o papel do mercado interno aumenta, nós passamos a sentir um aumento da demanda de derivados e nós passamos a perceber que precisávamos crescer a nossa capacidade de refino no Brasil. Mas essa transição não ocorre de forma imediata; ela leva um certo tempo para consolidar uma tendência.

Portanto a aquisição da Refinaria de Pasadena é uma aquisição no momento em que você viabiliza a possibilidade de aumentar o refino no exterior para processar petróleo brasileiro e, ao processar o petróleo brasileiro, você aumentar a margem da atividade integrada de petróleo e derivados da Petrobras.

Portanto, é uma decisão estratégica absolutamente coerente com a estratégia definida em 1998 e 1999, que continua válida até 2004, porque só em 2004 é que a Petrobras começa a diminuir a ênfase na aquisição de capacidade de refino no exterior. Portanto, o que era importante ser analisado em 2005, na aquisição de Pasadena, era se o preço de Pasadena era adequado.

Então, se olharmos o preço de aquisição de Pasadena hoje, portanto oito anos depois, vamos ver que o preço de aquisição de Pasadena, pela capacidade de refino de Pasadena, foi de US\$5,554 bilhões. Esse valor de US\$554 milhões, para adquirir a capacidade de refino de 100 mil barris, significa que a Petrobras pagou, nas duas etapas da aquisição, em 2006 e em 2012, US\$5,540 mil por barril de capacidade de refino. E US\$5,540 mil por capacidade de refino é um pouco mais da metade do preço médio de aquisição das refinarias americanas nesse período, que é em torno de US\$9 mil a US\$10 mil por barril nos Estados Unidos. Portanto, nós compramos uma refinaria barata. Não é uma refinaria cara, é uma refinaria barata, abaixo do preço de mercado.

Aí vem um segundo equívoco na informação sobre Pasadena. O segundo equívoco na informação sobre Pasadena é a confusão que se faz entre a aquisição da refinaria e a aquisição da comercializadora, porque a Petrobras não comprou apenas uma refinaria; comprou uma refinaria e uma comercializadora de petróleo e derivados.

Essa era a tendência que ocorria no mercado americano de refino, porque tinha um significado: na medida em que o mercado americano financeiro crescia as operações a tempo, ou seja, operações no tempo, essas operações exigiam, portanto, estruturas financeiras e comerciais de *traders*, de especializados não no refino, mas na compra e venda de derivados e produtos.

Essa operação de *trader* custou à Petrobras, a preços, a valores de 2012, US\$340 milhões. Portanto, a soma da refinaria mais a comercializadora, mais as custas judiciais do processo, que durou cinco anos, é que chega ao valor de um bilhão, duzentos e trinta e poucos milhões de dólares.

Os números se referem a essas realidades. Nós compramos uma refinaria cuja capacidade de refino é barata; compramos uma comercializadora, e, para analisar a comercializadora, você tem de levar em conta quanto foi o volume de transações que ocorreram nesse período. Só para dar uma informação, a Refinaria de Pasadena produz 100 mil barris por dia, e o preço médio dos derivados hoje, nos Estados Unidos, é em torno de US\$138, US\$140 o barril. Portanto, a refinaria fatura, em média, alguma coisa em torno de US\$13,5 milhões a US\$14 milhões por dia. Portanto, ela é uma refinaria que fatura US\$5 bilhões por ano.

Se estou falando na comercializadora, não posso falar só no custo da comercialização, tenho de falar também no resultado das vendas que ocorreram. Portanto, hoje, a refinaria é uma refinaria que processa e que tem, com dados externos – esses dados não são internos à Petrobras –, considerando-se 100 mil barris de capacidade, 365 dias por ano de produção, a preço médio dos derivados no mercado americano, em torno de US\$5 bilhões de faturamento.

Essa refinaria, ao ser adquirida, foi uma refinaria que precisaria ter um investimento para processar petróleo pesado. Entre outras coisas, essa discussão sobre investimento revelou uma série de diferenças uma série de diferenças de percepção e de interpretações entre a Petrobras e o sócio, assim como a importância e o papel dos investimentos em segurança, meio ambiente e saúde, assim como os investimentos na melhoria dos processos produtivos da refinaria.

Um comercializador tem uma visão de curto prazo, quer aumentar sua lucratividade com o máximo de rapidez, com o mínimo de investimento em capital imobilizado, e portanto tem muito a ver com a compra e venda de derivados e de matérias-primas. O refinador, não. O refinador sabe que a refinaria é um investimento de capital intensivo, é um investimento de longo prazo, é um investimento que dá margens flutuantes, e que ele vai ganhar na medida em que ele aumentar a eficiência operacional.

Então essas diferenças de percepção se explicitam, se explicitaram no primeiro momento da composição da sociedade. É nesse primeiro momento da composição da sociedade que se evidenciam as diferenças de percepção. Nessas diferenças de percepção, fica evidente que nós tínhamos uma diferença tão grande, que era necessário chamar um terceiro para tentar aproximar a solução das divergências, e esse terceiro foi o processo de arbitragem. Como o processo de arbitragem também não consegue chegar a uma conclusão, nós, na época, e a Astra... Na realidade quem inicia o processo judicial é a Astra; a Petrobras inicia o processo arbitral, e a Astra inicia o processo judicial. Ocorrem, portanto, simultaneamente processos arbitrais e judiciais, ao longo de quatro anos, cinco anos, até que se chega a uma solução. Durante esse período, não há pagamentos; durante esse período há disputa judicial e disputa arbitral, onde são ouvidos, há oitivas, há testemunhos, há documentações, há muitos documentos que são analisados, os árbitros emitem pareceres, os juízes tomam decisões, e finalmente se concluem o processo judicial e o arbitral.

Essa refinaria, portanto, não realiza os investimentos. Não realiza os investimentos em expansão da capacidade de processar petróleo pesado, mas ela realiza investimentos indispensáveis para melhorar as condições de segurança e meio ambiente, para melhorar as condições operacionais da refinaria, de tal maneira que em 2014, este ano, a refinaria de Pasadena é premiada como uma das melhores refinarias nos Estados Unidos em termos de segurança, meio ambiente e condições de trabalho. Premiada pelos parceiros, pelos pares, pelos

outros refinadores, pelos outros distribuidores, pelos outros produtores de derivados nos Estados Unidos. Essa premiação ocorre dois meses atrás, nos Estados Unidos.

Mas não só isso. O mundo do petróleo muda muito, e aconteceu uma revolução na área de petróleo e derivados, na área de derivados, principalmente de hidrocarbonetos, nos Estados Unidos. Essa revolução transformou os Estados Unidos de um país importador de gás num país potencialmente exportador de gás. Transformou os Estados Unidos de um país importador de petróleo pesado num país potencialmente autosuficiente na produção de petróleo. E essa revolução começou em 2008.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Só para concluir, Sr. Presidente.

Essa revolução começou em 2008. Essa revolução foi a generalização da utilização de uma técnica de fracionamento de rochas, que deu origem à chamada revolução do *shale gas*, do gás de xisto, do gás de folhelho, para falarmos uma expressão mais técnica em português. Isso fez com que os Estados Unidos hoje produzam mais de três milhões de barris por dia de condensado associado ao gás de xisto.

Esse condensado é um petróleo levíssimo, de alta qualidade, que pode ser processado na refinaria de Pasadena. E pode ser processado nas refinarias que não fizeram a conversão para processar petróleo pesado. E o fato de esse petróleo descondensado estar disponível – particularmente no Texas, a partir do Campo de Eagle Ford, que produz hoje mais de 900 mil barris por dia de condensado levíssimo – faz com que a refinaria seja uma refinaria, hoje, diria que razoavelmente lucrativa.

Pasadena, no primeiro trimestre de 2014, de acordo com os dados da Petrobras, deu um lucro US\$62 milhões – no trimestre! Portanto, é uma refinaria lucrativa que está dando lucro neste trimestre e que, portanto, foi adquirida a preços adequados, no momento adequado, o que correspondia a uma estratégia daquele momento e que enfrenta uma mudança substantiva no mercado internacional, a partir de 2008, com a crise financeira internacional, com a evolução do *shale gas* nos Estados Unidos e com a mudança no mercado brasileiro de expansão.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Passo agora a palavra, então, ao Relator, Deputado Marco Maia.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Muito obrigado, Presidente.

Queria, em primeiro lugar, agradecer a presença, nesta CPMI do Congresso Nacional, do Sr. Sergio Gabrielli. E queria, mais uma vez, informar que, assim como a CPI do Senado, em que o senhor prestou depoimento, no dia 20 de maio passado, esta CPMI, Mista aprovou também um plano de trabalho que investiga a Petrobras, empresa da qual o senhor foi Presidente entre 2005 e 2012, em quatro aspectos, ou eixos, como nós aqui preferimos chamar: o primeiro deles é relativo à aquisição da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos; o segundo eixo, sobre a SBM Offshore; o terceiro eixo, sobre a questão da segurança das refinarias; e o quarto eixo, sobre os possíveis superfaturamentos na construção de refinarias, em especial na Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Sr. Presidente, queria propor algo aqui a V. Ex^a, a pedido do meu colega Rodrigo Maia: na última sessão, este Relator aqui, de fato, utilizou-se de um tempo de duas horas e pouco, para fazer o seu questionamento. Era necessário naquele momento também em função da importância dos debates da CPI que se iniciavam naquele momento e naquela oportunidade. Mas queria aproveitar a oportunidade, como é a segunda ou a terceira vez que o Presidente Sergio Gabrielli vem a esta Casa – esteve aqui na CPI do Senado; depois, esteve aqui também no final do ano passado, numa sessão aqui da CAE, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado; não me recordo se não esteve também na Câmara dos Deputados, numa determinada oportunidade dessas também, falando sobre esse tema; portanto, é a quarta vez que V. S^a vem a esta Casa, tratar sobre este assunto –, queria propor, também a pedido do Deputado Rodrigo Maia, que aproveitássemos este espaço para darmos oportunidades aqui a alguns Parlamentares que queiram usar a palavra.

Eu vou pedir a V. Ex^a para deixar os meus questionamentos e as minhas perguntas para o final desta sessão. E temos aqui várias perguntas a serem feitas, algumas já foram, inclusive, respondidas pelo Presidente Sergio Gabrielli. E aquelas perguntas que não forem respondidas ou que não forem questionadas pelos nossos Parlamentares nós faremos, portanto, ao final dos trabalhos.

Quero dizer a V. Ex^{as} que não significa que isso seja uma regra para todos os depoimentos, para todas as oitivas que nós vamos produzir aqui nesta CPI. Mas, hoje, em função do fato de que V. Ex^a já esteve aqui em outras oportunidades, já tendo sido amplamente questionado por todos – eu já fiz uma leitura dos depoimen-

tos que V. Ex^a já prestou nesta Casa – e, portanto, para que possamos ganhar tempo nos nossos trabalhos, eu farei os meus questionamentos ao final das perguntas realizadas pelos nossos Deputados e Parlamentares.

O único questionamento que eu faria a V. Ex^a é que nós pudéssemos ser mais rígidos com relação ao tempo. Da outra vez, todos tiveram a liberdade de falar o tempo que bem entendessem. Foram quase oito horas de debate e discussão. Então, se pudéssemos, Sr. Presidente, ficarmos mais atentos ao tempo dos questionamentos, com isso nós ganhariámos tempo. Seríamos, de fato, mais objetivos, e isso me permitiria, ao final, fazer a complementação das perguntas e dos questionamentos que não forem realizados aqui pelos nossos Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Agradeço ao nobre relator e concordo plenamente com ele. Gostaria de avisar, então, que vamos respeitar o tempo, se todos vocês concordarem. O uso da palavra vai ser feito da mesma forma, à exceção do Relator e do Presidente. Cada interpelante disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo para o depoente, ou de dez minutos para intercalação de perguntas e respostas.

Se todos concordam, vamos fazer o tempo de acordo.

A Secretaria me informa que cada Parlamentar poderá solicitar o credenciamento de dois funcionários para acessar os autos, que agora estão disponíveis, mediante assinatura de termo de responsabilidade, que deve ser assinado na Secretaria desta CPMI, na Ala Alexandre Costa, sala 15.

Vou começar, então, com os Parlamentares que tiveram requerimentos de inscrição.

Pela ordem, só para que todos saibam, o primeiro vai ser o nobre Deputado Rodrigo Maia; o segundo, o nobre Deputado Fernando Francischini; o terceiro, o nobre Deputado Rubens Bueno; o quarto, o nobre Senador Alvaro Dias; o quinto, o nobre Deputado Sibá Machado; e o sexto, o nobre Deputado Sandro Mabel.

Aos seguintes que quiserem se inscrever, está aberta a inscrição.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Sr. Presidente, eu tinha feito uma inscrição logo cedo, às 11 horas, quando tinha aberto...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Deputado Mendonça Filho, a sua inscrição está válida, mas a palavra aos Srs. Parlamentares é concedida na ordem de inscrição, com preferência para o Relator, que abriu mão para falar por último, e aos autores dos requerimentos, na seguinte ordem. Então, é a ordem em que foram colocados os requerimentos.

V. Ex^a tem o seu direito assegurado logo depois, na ordem de inscrição.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Eu posso falar como Líder também?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – O senhor pode falar. Não pode inquirir mas pode falar como Líder.

Então, o primeiro...

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Sr. Presidente, na ausência do Senador Alvaro e do Deputado Carlos Sampaio, eu também quero subscrevi o Requerimento 298/14.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Com a máxima vénia que V. Ex^a merece, Deputado Izalci Lucas, o Secretário da Mesa me informa que o primeiro signatário é o Senador Alvaro Dias.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Na ausência dele, foi o procedimento anterior. Na reunião anterior, na ausência, foi o...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Não ocorreu isso não, Deputado. Vamos pedir...

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – O próprio Deputado Afonso questionou essa questão, e o Sibá Machado...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Com toda vénia que lhe é devida, não funciona assim e vai funcionar como tem que ser regimentalmente.

Com a palavra, o nobre Deputado Rodrigo Maia, autor do Requerimento nº 05, de 2014. V. Ex^a indagará o Dr. Sérgio Gabrielli por cinco minutos ou por dez minutos ininterruptos? Qual o modelo que V. Ex^a gostaria, Deputado?

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Cinco, depois mais cinco.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Cinco e cinco ou dez corridos.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Podem ser dez corridos.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Está bem, então. V. Ex^a está com a palavra, Deputado.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Bem, talvez tente ser mais objetivo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) –

A Secretaria me informa e eu quero fazer de acordo: dez é pingue-pongue, o senhor pergunta, ele responde. Ou senão cinco para o senhor e cinco para responder. O senhor faz de que modelo?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA. Fora do microfone.) – Se falar dez minutos, e ele não tiver tempo para responder, não responde.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Sr. Presidente, havia a possibilidade de prorrogação por mais 20 e não foi feito. Ele não pode, nessa hipótese, usar o tempo?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Não, o tempo seria dele. Dessa vez, o tempo já está com os Parlamentares.

Ele pode responder dentro do prazo regimental de dez minutos, Deputado. O Deputado Rodrigo Maia pergunta por cinco minutos, ele responde por cinco minutos. O Deputado Rodrigo Maia pergunta e ele responde, pergunta e ele responde, no período integral de dez minutos, Deputado.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Bem, vou fazer minhas perguntas e tentar ser o mais objetivo possível.

Eu vou me ater ao rito da operação de Pasadena, que, nas questões técnicas, é uma questão que sai por um campo de difícil de compreensão para as pessoas.

Na nota que a Presidente Dilma soltou que gerou toda essa polêmica em relação à Petrobras, logo no início, ela fala, nessa nota oficial, que a aquisição pela Petrobras de 50% das ações da Refinaria de Pasadena foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 3 de fevereiro de 2006, com base em resumo executivo elaborado pelo Diretor da Área Internacional. Posteriormente, soube-se que tal resumo era técnica e juridicamente falho, pois omitia qualquer referência às cláusulas Marlim e Put Option.

São duas perguntas. A primeira pergunta é a seguinte: quando ela diz que “soube-se que tal resumo era, técnica e juridicamente, falho”, eu gostaria de saber qual foi o procedimento tomado pela Presidência da Petrobras, por V. Ex^a e pela Presidente do Conselho de Administração. Já que ela descobriu posteriormente que havia um ato ilegal do Diretor Internacional, segundo ela, qual foi a atitude que a empresa tomou em relação a esse diretor, o ato concreto? Se houve um ato falho, qual foi a atitude do Conselho de Administração e da Presidência da empresa contra esse diretor que omitiu dados relevantes?

A segunda pergunta é em relação ao mesmo tema. No Estatuto da Petrobras, o art. 31, §2º diz o seguinte: as matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a decisão da Diretoria Executiva, as manifestações da área técnica ou do Comitê competente, e ainda o parecer jurídico.

Sr. ex-Presidente, o parecer jurídico que trata da cláusula Put Option está aqui na minha mão. Eu quero saber de V. Ex^a se o senhor votou baseado no estatuto e nesse parecer ou se o senhor cometeu o mesmo crime que a Presidente Dilma.

Essas são as minhas duas primeiras perguntas.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Ex^{mo} Sr. Deputado Rodrigo Maia, são duas questões de processo que eu preciso esclarecer.

Quando foi apresentada ao Conselho de Administração a proposta de aquisição da segunda metade de Pasadena, quando se evidenciou, depois de um ano de disputa com o sócio, a impossibilidade de manutenção da sociedade, o sumário executivo apresentado ao Conselho de Administração... Sumário executivo, aliás, é prática usual da Petrobras desde a década de 90. O Conselho de Administração de uma empresa do tamanho da Petrobras não pode entrar no detalhe das documentações totais e o processo que chega ao conselho passa por uma série de etapas procedimentais normais, passando por vários comitês e várias instâncias de avaliação. Nesse momento em que se chega, o Conselho de Administração não aprova a proposta da Diretoria e faz uma série de reuniões – duas ou três se não me engano exatamente –, em 2006, em 2008, quando se buscam novas informações. O que se tentou se fazer ali foi uma discussão, em 2008, sobre o significado das cláusulas Marlim e Put e a necessidade de se fazer o investimento. Não se faz uma decisão, não se tem uma decisão sobre nenhuma ilegalidade, nem há nenhum elemento de irregularidade em relação à Pasadena. Há uma discussão sobre o significado daquela cláusula no momento em que a conjuntura mudava, em que o mercado brasileiro voltava a crescer, em que nós tínhamos uma crise internacional e, portanto, nós tínhamos uma situação bastante diferente do que tínhamos em 2006.

Esse é um primeiro elemento importante para mostrar que as decisões são tomadas pelos conselhos nas diversas circunstâncias e em cada circunstância tem-se que se tomar decisões sobre incertezas. Não há nenhuma discussão sobre irregularidade ou discussão sobre ilegalidade de decisões.

Em relação à posição da Presidenta Dilma, hoje, em 2014, ela tem uma posição de que esta cláusula poderia alterar a opinião dela. Eu não posso dizer qual seria a posição do conselho em 2006, se essa cláusula estivesse sido considerada relevante. Ela não estava no sumário executivo, portanto não foi discutida no conselho. Ela estava nos anexos dos anexos do parecer jurídico que o senhor tem em mãos, portanto ela não chegou a ser discutida pelo conselho. Qual seria a posição do conselho naquela época? Eu não sei, e seria irresponsabilidade de minha parte fazer qualquer inferência sobre isso.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Gabrielli, ex-Presidente, as minhas perguntas foram objetivas. A Presidente Dilma disse que foi o resumo técnica e juridicamente falho.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Ela não disse que foi ilegal.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Mas, se é técnica e juridicamente falho, eu quero saber assim: qual foi a atitude que a Petrobras tomou, ela, como Presidente do conselho, o senhor, como Presidente da empresa, em relação a um parecer técnica e juridicamente falho, nenhuma ou alguma?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Foi esclarecer o máximo possível as implicações deste parecer.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Ninguém foi punido?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Áí, em junho de 2008, citou uma decisão de ir para a arbitragem.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – E ninguém foi punido?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Mas, se não há uma ilegalidade...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Técnica e juridicamente falho.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Falho, mas não há ilegalidade.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Então, não tomou nenhuma atitude. Crime de prevaricação.

E quero saber: como o senhor votou...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – É a segunda vez que o Deputado fala que há crime, e não há crime.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Eu tenho o direito de falar o que eu quiser.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Só um minutinho, Parlamentar.

Ele pode o que ele... Você me desculpe.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Eu vou ler novamente. O senhor foi Presidente da Petrobras, conhece o estatuto da empresa muito melhor que eu. Se se vota por resumo ou não, é um risco que cabe a cada um, mas há um estatuto que não pode ser desrespeitado. Se foi, cada um é responsável pelo seu lado. O senhor e todos os outros membros do conselho.

Eu repito: as matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a decisão da Diretoria Executiva, as manifestações da área técnica do Comitê competente e parecer jurídico. Está aqui. O senhor votou como manda o estatuto ou o senhor votou como a Presidente Dilma, pelo parecer falho técnica juridicamente? É só isso que eu quero saber.

Como o senhor votou? Porque, se o senhor votou contra o estatuto, o senhor desrespeitou o estatuto da empresa que o senhor presidiu. É só isso que eu quero saber, é muito simples.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Ex^{mo} Sr. Deputado, eu levei para o Conselho de Administração uma decisão de diretoria colegiada da Petrobras. A decisão é colegiada. Na Petrobras, as decisões não são individuais, são colegiadas.

Ao chegar ao conselho, na discussão do conselho com os argumentos no conselho, naquele momento, eu acompanhei a decisão do conselho. Portanto as decisões também foram colegiadas no Conselho de Administração. E nós respeitamos inteiramente, naquele momento, as decisões do estatuto, porque pelo fato de você substancializar as informações – elas existem dentro dos processos internos da companhia; portanto elas passaram pelas várias etapas, as várias instâncias de processo decisório –, não há nenhum crime, não há nenhuma ilegalidade do processo decisório.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Esse é o seu ponto de vista, o meu é diferente.

Eu vou ler aqui uma frase da Presidente Graça Foster. Quero saber se o senhor concorda ou discorda. Ela, perguntada por mim, por que ela votou favorável aos outros 50% de Pasadena, depois de todas essas informações de falha aqui, de prêmios ao Diretor Internacional, que saiu de uma empresa e foi para a BR Distribuidora, ela diz: "Votei favorável à compra dos 50% restantes Pasadena, porque era um fato consumado". É assim que se dá na Petrobras?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não. Não acredito que...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Está escrito aqui. Não fui eu que...

Ela disse, está gravado.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – É preciso ver o contexto, Ex^{mo} Sr. Deputado.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – O contexto: Eu perguntei "a senhora votou a favor da compra dos outros 50%", e ela me respondeu isso. Está gravado nas atas da Comissão de Fiscalização e Controle.

O senhor concorda ou discorda dessa frase da Presidente Graça Foster?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu... A decisão da Diretoria da Petrobras, que foi encaminhada ao Conselho de Administração, foi uma decisão de adquirir os 50%, porque, naquele momento, nós

considerávamos que a aquisição dos outros 50% era uma maneira de resolver os problemas com o nosso sócio e manter o ativo adquirido em 2006.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – E a última pergunta: o senhor foi diretor financeiro da Petrobras. Como a Petrobras vai contabilizar o prejuízo da refinaria Abreu e Lima?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Já contabilizou, Ex^{mo} Sr. Deputado.

Na regra da contabilidade, existe um processo chamado *impairment*, que é ajuste do valor de mercado dos valores. Isso significa que você pega um ativo significativo, faz o cálculo do valor futuro, do que esse ativo vai gerar de renda futura com os supostos e as condições de mercado de hoje, no momento em que você faz esse cálculo, faz um cálculo de quanto é o valor presente disso, com a taxa de desconto que você tem, calcula o que você investiu ali, a diferença.

Se for negativa, vai ao resultado. Isso já foi – US\$530 milhões já foram –, já está contabilizado. Aí, o que acontece? O ativo continua funcionando. Cada lucro que o ativo dá reduz esse prejuízo que já foi contabilizado.

Portanto, US\$61 milhões de lucro do primeiro trimestre de 2014 já reduzem os US\$530 milhões. Se continuar com US\$60 milhões por trimestre, em dois anos ele recupera os US\$530.

Negócios são assim Deputado, o senhor sabe. Negócios têm lucratividade e momento que não têm lucratividade.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Agradeço ao nobre Deputado Rodrigo Maia.

Passo, para fazer uso da palavra, ao autor do Requerimento nº 46, de 2014, o nobre Deputado Fernando Franchischini.

Vai V. Ex^a usar o mesmo modelo?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD – PR) – O mesmo modelo.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – São dez minutos. Está bem, então. Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD – PR) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Dr. Sergio Gabrielli e registrar, talvez, inicialmente, que, nestes quase quatro anos em que nós estamos juntos aqui na Comissão de Fiscalização e Controle, várias vezes o senhor esteve conosco. E deve ter acompanhado que, só nesses últimos três anos e meio, oito ministros do atual Governo caíram por irregularidades, denúncias de corrupção na mídia e, geralmente, não fazendo uma ligação direta ao fato de V. Ex^a ter sido demitido pela Presidente Dilma Rousseff, o Governo tem sido um usina, uma refinaria de denúncias. E há multiplicação, de lá para cá, de todas as formas.

Depois de acompanhar atentamente as perguntas bem colocadas do Deputado Rodrigo Maia e as suas respostas, a gente já tinha visto pelo menos quatro ou cinco vezes o senhor dizendo que foi um bom negócio, que foi a contingência do mercado americano que transformou esse negócio, a Presidente Graça Foster diz que foi um mau negócio, a Presidenta Dilma Rousseff diz que foi um ato falho e incompleto. Para mim, que sou um delegado da Polícia Federal, isso é improbidade administrativa. Está lá na lei de improbidade administrativa. Mas eu quero chegar a um ponto diferente.

O senhor nomeou um primo do senhor para presidente da estatal lá nos EUA, a Petrobras América, que foi quem conduziu toda a negociação com a empresa belga Astra Oil, o que levou, depois do fim dessa disputa judicial, ao pagamento que o senhor relacionou, de milhões de dólares de prejuízo para a estatal brasileira e para os brasileiros que nos acompanham agora. A primeira pergunta: o senhor acha que foi correta essa nomeação? Esse primo do senhor, pelo que eu acompanhei, por todo o levantamento, nunca tinha ocupado um cargo além de gerente da Petrobras. Na sua administração, ele virou diretor Presidente da Petrobras América e caiu de paraquedas exatamente em um negócio do maior prejuízo, com uma disputa judicial. É uma coisa que eu gostaria de ouvir o senhor e tenho certeza de que vários aqui gostariam de escutar a sua colocação.

Na esteira do que eu falei, a relação do senhor com a Presidente atual da Petrobras Graça Foster, eu vou fazer um registro histórico aqui. Veja, não tem colocação de mérito; é histórico. O senhor doou para o Comitê Financeiro do PT, na campanha de 2010, no dia 10 de agosto, R\$12 mil. A Presidente Graça Foster, no dia 10 de agosto de 2010, também R\$12 mil. No dia 6 de setembro de 2010, o senhor doou para o Comitê Nacional de Campanha Nacional da Presidenta Dilma Rousseff R\$12 mil. No dia 6 de setembro de 2010, a Presidente Graça Foster doou os mesmos R\$12 mil. Isso tudo é coincidência, Presidente? Eu gostaria de saber sobre os valores coincidentes, as datas. Ou vocês eram amigos tão próximos que foram juntos, escolheram o mesmo valor, a mesma data e foram fazer doações? Ou dentro da Petrobras, do setor energético, existia um padrão nos valores de salário que o PT recebe de doações de campanha? É uma pergunta que eu acho importante porque é uma constatação histórica, e não um mérito: eu faço essa doação porque acontece.

E por último eu faço um registro do *Valor Econômico*, e o senhor, como ex-Presidente da Petrobras, terá todo o conhecimento para nos dizer se, como Presidente da Petrobras, o senhor iria fechar um contrato como esse. O Conselho Nacional de Política Energética, nos últimos dias, reunido com a Presidenta Dilma Rousseff, autorizou a contratação direta da Petrobras para explorar o volume excedente de petróleo. O senhor deve ter acompanhado essas matérias nos últimos dias. Só em 2021 esse contrato vai ser exercido, quer dizer, daqui a sete anos.

Mas a Petrobras, que está muito bem – o caixa dela está passando a mil maravilhas, a bolsa de valores está excelente para a Petrobras –, vai adiantar R\$2 bilhões para o caixa do Tesouro Nacional para ajudar no superávit minguado que o País tem. E depois, até 2015, de 2015 a 2018, quer dizer, ainda muito antes de 2021, mais R\$13 bilhões.

O senhor, como Presidente de uma empresa, de uma multinacional que era uma das maiores empresas do mundo, quando o senhor entrou, o senhor pegou a 12ª maior empresa do mundo. O senhor sabia disso? E, quando o senhor passou essa empresa, e talvez durante o que o senhor falou, a crise do setor, ela está em cento e vinte e poucos no mercado mundial... O senhor faria esse contrato, assinaria da mesma forma, sete anos antes, um adiantamento de dinheiro de uma empresa que tem dinheiro de todos os brasileiros, inclusive de acionistas? Faria um contrato como esse?

Tentei fazer algumas perguntas, Presidente, ex-Presidente Sérgio Gabrielli, que não estão... Porque a gente acompanhou esses anos todos, eu fecho desta forma, e vê como age este Governo e como age o PT.

O senhor, uma das pessoas mais prestigiadas deste Governo nos primeiros mandatos de Lula, pelos depoimentos que nós ouvimos aqui, está prestes a ser entregue com a cabeça numa bandeja. O relatório do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União já disse que gestão temerária, antieconômica, inabilidade contratual – é o Ministério Público do Tribunal de Contas –, ou seja, com certeza, patrimônio pessoal de muita gente... Inclusive, talvez, no ano que vem, a Presidente Dilma Rousseff, que era Presidente do Conselho de Administração, possa responder por essas ações que envolvem improbidade administrativa, gestão temerária, etc.

Eu gostaria de dar oportunidade a V. Ex^a nessa resposta, de colocar a sua posição, sabendo que pode ser uma das últimas vezes que o senhor vai ser ouvido publicamente. E, a partir daí, talvez quando o senhor não tiver mais um microfone, o senhor passe a ficar pior ainda na visão de um governo que lança aos leões todos os que acabam envolvidos em algum ato que, com certeza, era conhecido de todos no Palácio do Planalto.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Ex^{mo} Sr. Deputado, evidentemente o senhor não está no exercício da função de delegado da Polícia Federal, está como Deputado, portanto, eu não posso exigir o rigor da investigação de um delegado da Polícia Federal. O senhor tem falta de informações básicas na pergunta do senhor.

A primeira questão fundamental é dizer que existem diferenças entre o que disse a Presidente Graça e o que eu disse. Na verdade, a Presidente Graça disse o seguinte: "Foi um bom negócio naquele momento, e com a visão de hoje não é um bom negócio." Eu também digo a mesma coisa. Eu digo que, com a visão de hoje, com o mercado brasileiro crescendo, com o pré-sal brasileiro, com as margens que há no mercado americano, não vale a pena fazer esse investimento. Mas, naquela época, era outra coisa. Então, consequentemente, essa diferença pode ser uma boa retórica política, mas não é uma boa análise de um delegado da Polícia Federal, porque factualmente não há diferença. O primeiro elemento é esse.

O segundo elemento é em relação à nomeação...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD – PR) – Só completando, não é só a minha análise, é a da população brasileira inteira, Presidente.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O segundo elemento também é a falta de informação do senhor ao falar que o engenheiro José Orlando Azevedo, que é meu primo, conduziu os processos de negociação de Pasadena. Não é verdade. Primeiro ele foi gerente-geral. Ele já era gerente-geral. O cargo de presidente da PA equivale a gerente-geral. Portanto, está no mesmo nível em que ele estava. Ele é um funcionário que entrou por concurso na Petrobras em 1978. É um funcionário de reconhecida competência da Petrobras, um técnico de carreira de reconhecida competência. E a minha decisão seria vetá-lo por ser meu primo, porque ele seria o nome indicado para ali. E o que foi que eu fiz? Eu indiquei o nome dele para a diretoria, a diretoria aprovou, e eu comuniquei à CVM, sem necessidade de comunicar. Portanto, não vejo nenhum problema. A condução do processo foi no processo da discussão judicial. Ele não conduziu nenhuma negociação. Portanto, não vejo nenhum problema quanto a isso.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD – PR) – A Presidente Dilma era Presidente do Conselho de Administração quando esse nome foi aprovado também, não foi?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Esse nome não vai ao Conselho de Administração. É competência da Diretoria. Não vai ao Conselho de Administração.

A terceira informação também é que as doações que nós fizemos, as nossas doações são doações legais, legítimas, absolutamente normais, coerentes, declaradas no Imposto de Renda, absolutamente normais.

Nós somos cidadãos que convivíamos, pelo menos uma vez por semana, durante oito, nove horas. Conversávamos várias coisas. A Presidente Graça é também filiada ao PT. Eu tenho muito orgulho de ser fundador do PT. Não tenho nenhum problema de assumir isso publicamente. Assumi, em todos os momentos, essa questão. Não vejo nenhum problema em ter contribuído para a eleição da Presidente Dilma e eleição do Presidente Lula. Fiz isso no plano pessoal, como indivíduo, exercendo plenamente meus direitos políticos.

Em relação ao contrato que está anunciado hoje, eu não posso comentar sobre isso, porque eu não sei os detalhes. Sei apenas que a contratação direta da Petrobras é parte integrante do novo marco regulatório brasileiro, aprovado por este Congresso brasileiro, que permite, em condições estratégicas e importantes, que o Estado brasileiro contrate diretamente a Petrobras.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD – PR) – O senhor acha que o caixa da Petrobras aguenta mais um contrato como esse?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu prefiro não comentar, porque não sei os detalhes do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Gostaria de convidar – agradeço ao Deputado Fernando Francischini – a fazer uso da palavra o nobre Deputado Rubens Bueno, autor do Requerimento 249, de 2014.

V. Ex^a vai usar qual o modelo: o de cinco minutos ou o de dez minutos?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu vou usar o de cinco minutos, para que ele responda em cinco minutos e, se for o caso, vou usar o tempo de Líder após a resposta dele.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Está muito bem.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor convidado, na semana anterior, há 15 dias, esteve aqui a Presidente da Petrobras, Graça Foster. Ela disse que o documento jurídico que continha aquelas cláusulas Marlim, *Put Option*, ela alegou que esses anexos constavam do parecer jurídico. Se constavam do parecer jurídico e eram do conhecimento da diretoria, por que esses anexos não foram levados ao conhecimento do conselho da Petrobras? Primeira pergunta.

Em cima disso, como o conselho não percebeu a falta de anexos que fariam o documento fazer sentido e que deveriam, de fato, ser cláusula constante do contrato? O senhor tinha conhecimento desses anexos? O que eles continham? O senhor acredita que o conhecimento deles alteraria a decisão do conselho da Petrobras? Houve algum membro do conselho que votou contra essa orientação final que foi dada?

O Jornal *Estado de S. Paulo* publicou, tão logo o caso Pasadena veio à tona, que V. Ex^a, publicamente, enfaticamente disse que a Presidente Dilma tinha de assumir sua responsabilidade como então Presidente do Conselho de Administração da Petrobras; depois, na CPI do Senado, o senhor mudou de ideia. Estamos vendo aqui várias peças de ficção: a cada reunião é um novo enredo, é um novo capítulo. Parece capítulo que vai, a cada momento, botando interrogação no ar. Esse é o caso da Petrobras, dessa gestão temerária que passou pelas mãos de V. Ex^a, um deles. Mas, aí, eu pergunto: o que ocorreu de lá para cá? Por que essa mudança do discurso? Por que a nota pública da Presidente da República, saindo à frente, sabendo o que continha, dizendo que aquele parecer indicado era um parecer técnico que omitia as informações necessárias para se tomar uma decisão? Ou seja, pode ser até legal como V. Ex^a fala, mas é imoral sob todos os aspectos da nota da Presidente da República. A nota da Presidente da República é para puxar a orelha da diretoria da Petrobras daquele período, inclusive a dela, que era Presidente do Conselho de Administração, que levou ao erro quando tomou aquela decisão.

O senhor disse, na CPI do Senado, que os contratos da Refinaria Abreu e Lima eram geridos sem o conhecimento da empresa. O Sr. Paulo Roberto Costa, que está preso, que tem vinte e poucos milhões depositados em suas contas na Suíça, com todo o apoio do aparelho petista na Petrobras, pintou e bordou, tanto é que chegou até a informação de que ele tomava as decisões sem conhecimento da Diretoria, sequer da Presidência. Então, é de se perguntar: qual é a gravidade de alguém mentir em uma CPI, em uma Comissão Parlamentar de Inquérito? E o que se pode dizer em relação a essa incoerência colocada agora?

O Sr. Nestor Cerveró se disse muito orgulhoso de ter sido nomeado Diretor Internacional da Petrobras, depois que teve de deixar a diretoria da qual era responsável na situação provocada com relação a Pasadena. E há um fato interessante que ele fala em audiência pública, que, em 2007, em viagem do Presidente da República, Lula, à Escandinávia, foi realizada uma reunião com a Astra para decidir os outros 50% da compra de Pasadena. Diante das influências relatadas, qual foi a real participação do Presidente Lula nessa reunião na Escandinávia? São coisas interessantes que passam despercebidas. Vamos ficar perto dessa... Isso aí não inte-

ressa... Isso é claro, a sociedade deseja isso. E os 85 mil trabalhadores da Petrobras também desejam isso, envergonhados com a situação de hoje.

Reportagem de *O Globo* desta semana está mostrando que, da Abreu e Lima, a Petrobras já sabia que o projeto era inviável em 2009, se o custo chegasse a US\$10 bilhões. Aí é conta de padeiro. Já estava em US\$13 bilhões. É de se perguntar, então, por que, diante disso, mesmo sabendo que não se tratava de um projeto rentável, a empresa, sob o comando do senhor, decidiu avançar na refinaria?

(Soa a campainha.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ainda falando sobre a Abreu e Lima, o senhor alegou que a tropicalização, que é um item e principal responsável pelo aumento dos custos, não foi realizada. Aí pergunta-se: por que não foram realizados estudos prévios, dado o tamanho da empresa, o tamanho do empreendimento? Como uma empresa desse porte, como a Petrobras, foi tão ingênuas de não poder prever uma situação como essa?

São as perguntas.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Ex^{mo} Deputado Rubens Bueno, o processo decisório de uma empresa como a Petrobras tem várias etapas e vários níveis. Quando um projeto começa, quando algum gerente inicial ou algum técnico tem uma ideia de fazer um projeto, e a Petrobras, o plano estratégico da Petrobras tem entre 600 e 800 projetos, não é uma coisa pequena, são vários projetos, ele começa com o que se chama de projeto conceitual: eu tenho uma ideia geral, vou discutir isso com o meu diretor, apresento essa ideia. Essa é a chamada fase 1 do projeto. A fase 1 do projeto é um conceito, é uma ideia: vou fazer uma refinaria, vou fazer uma unidade de hidrotratamento, vou fazer uma melhoria no poço de perfuração, vou fazer uma melhoria no *city gate*, vou fazer um ajuste dentro do navio. São projetos que têm ideias iniciais.

A partir da fase 1, isso vai para uma fase seguinte, que se chama fase 2. Aprovada na fase 1 a ideia inicial, vai para a fase 2, em que se tenta detalhar esse projeto um pouco mais, vai fazer a definição da engenharia, vai ver as condições econômicas, vai ver as condições tributárias, vai fazer os cálculos, e tudo isso na planilha, no que antigamente se chamava de: na prancheta, no laboratório, internamente na Petrobras.

Num terceiro momento, na fase 3 do projeto da Petrobras, só na fase 3 se começa o processo licitatório e o processo de aquisições e de contratações. Portanto, na fase 1 e na fase 2, são valores exclusivamente internos à Petrobras, na prancheta, como se chama, dentro dos computadores; não são contratos realizados. Então, esse é que é o processo de escolha. Apenas a partir da fase 3, na fase 4, é que você começa a construção. Então, como o projeto da Petrobras tem várias fases, às vezes, as pessoas de fora ficam achando que a fase 1 é igual à fase 4. Não são coisas iguais, são coisas muito distintas. Isso aconteceu com a RNEST, isso acontece com todos os projetos da refinaria. Portanto, há processos diferentes de como fazer o cálculo.

Dizer que a Petrobras não faz análise, não faz estudos é um desrespeito com a Petrobras, porque ela tem um conjunto de processos extremamente rígidos na sua decisão do que fazer.

Segundo elemento. Quando um projeto chega à fase final de decisão no âmbito de conselho de administração – portanto, é um projeto do tipo especial, pois nem todos chegam, na forma de detalhamento, ao conselho de administração –, ele tem um conjunto de documentações que está nos sistemas computacionais e informacionais da Petrobras. E são inúmeros.

A discussão que ocorreu no conselho de administração sobre o contrato de Pasadena foi uma discussão sobre as condições estratégicas desse contrato. Não foi discutida cláusula a cláusula do contrato. Quem faz a análise cláusula a cláusula é o jurídico da Petrobras, que tem a obrigação, sim, de fazer análise cláusula a cláusula e emitir o seu parecer, como emitiu, como já mencionado aqui pelo Deputado Rodrigo Maia. Ele faz uma análise cláusula a cláusula. Portanto, isso está no sistema, documentado, rastreável e buscável posteriormente.

A estrutura da companhia considera que esses processos estão acontecendo. Ela tem que observar se os processos ocorreram. É isso que uma gestão estratégica faz. Aconteceu? Passou pelo jurídico? Passou pelo tributário? Passou pelo financeiro? Passou pela engenharia? Passou pelo abastecimento? Passou pela E&P?

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Portanto, é assim que se faz o processo decisório. Não há nenhum problema de improbabilidade e nenhum problema de gestão temerária. Há um sistema de decisão que é complexo, porque a companhia é uma companhia gigantesca. E é assim que funciona.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, quero pedir uma questão de ordem. São quase cinco minutos, e ele não respondeu a nenhuma das perguntas colocadas. É uma questão de ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Estou perguntando ao Presidente da sessão, companheiro. Não estou pedindo licença ao PT. E nem preciso disso.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente Gabrielli, por favor...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – E o PT também não dá licença a V. Ex^a.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – S. Ex^a está pedindo...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não queira agora tirar a palavra do Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Vou lhe dar mais dois minutos para que o senhor possa responder a contento ao nobre Deputado Rubens Bueno.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Estou respondendo diretamente a pergunta do senhor. O senhor perguntou se a cláusula Marlim e a cláusula *put* constavam ou não constavam. Eu disse: constam do sistema; não constavam do sumário executivo.

O senhor me perguntou se assumiu responsabilidade, mudou de ideia e mudou de posição, e eu disse que não. Na realidade, o senhor está tendo uma interpretação equivocada, como eu já respondi aqui.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor não falou...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – No processo, não há diferenças...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor não falou sobre o parecer do Sr. Borromeu, dito aqui pela Sr^a Graça Foster, que não foi anexado no processo...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não. O parecer do Sr. Borromeu consta do sistema de produção de informações da Petrobras; não consta do sumário executivo. Consta que tem um parecer jurídico...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim. E aí eu pegunto a V. S^a...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – ... mas não consta o conteúdo do parecer.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ... por que é que a Presidente da República emitiu uma nota dando essa nota como algo imoral que ela teria aprovado na época?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Ela não disse que era uma nota imoral. Ela disse que era um parecer técnico juridicamente falho.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ela quis dizer.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Bem, o senhor tem a interpretação. O senhor pode ter a interpretação... É muito próximo dela, pode interpretar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor disse que ela não assumia a responsabilidade.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não; o que eu disse está dito nos 55 minutos, se o senhor usar o precioso tempo do senhor para ouvir o que eu falei. Não foi isso que eu disse. O que eu disse lá é que a Presidente tem, legitimamente, uma opinião sobre o que aconteceu naquele momento, há 8 anos atrás. E, portanto, estatutariamente, existe...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – ... responsabilidade dos membros do conselho. Isso é o que está dito. E isso eu estou reafirmando. Não tem mudança.

É claro que o senhor está fazendo o papel de Deputado de oposição. É legítimo que o senhor levante...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, não é papel de Deputado. É a transparência que a Petrobras há anos não dá sobre esses atos. Não dá ao povo brasileiro.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – A transparência da Petrobras é reconhecida internacionalmente, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sabemos que bilhões foram desviados.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – É internacionalmente reconhecida.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E nós queremos saber quem é que usou esse dinheiro em prejuízo do povo brasileiro. Essa que é a verdade.

Aqui está o estatuto de que o Deputado Rodrigo Maia falou. E V. Ex^a não respondeu por que é que o parecer jurídico, que deve ser embasado...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Está embasado!

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ... embasado nisso aqui não está. Por quê?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Está embasado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Então, isso é um crime de prevaricação.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Isso é a opinião do senhor.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – E olhe que ele nem delegado da Polícia Federal é. É Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Deputado Rubens Bueno, V. Ex^a gostaria...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu peço a palavra como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Como Líder, V. Ex^a só tem os cinco minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É inaceitável isso! Aqui... Não é mais peça de ficção isso aqui... Parece que aqui, agora...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Presidente, eu estou inscrito como Líder.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ... é um palco de promoções e espetáculos. Isso é que é impressionante!

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Feitos pela oposição.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Estão todos os dados aí colocados.

A reportagem acaba de sair, de 2009, quando mostra que a questão rentável da empresa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, quero saber se eu tenho direito à palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – V. Ex^a tem direito à palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Não posso... Desculpe, Deputado, mas aí é questão de educação.

(Soa a campainha.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor tem que exigir o respeito à palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF. *Fazendo soar a campainha.*) – Estou cobrando agora esse respeito.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Aqui está. O senhor não respondeu à questão de 2009, à questão rentável da empresa, do custo de Abreu e Lima. Não respondeu. Não respondeu às questões que V. Ex^a... Que V. Ex^a... Não respondeu aquilo que nós colocamos em questão, que o Sr. Nestor Cerveró estava sendo premiado, depois de ter feito essa lambança, em nome da Petrobras, custando bilhões, no caso de Pasadena. Não respondeu! Ele foi premiado com uma outra diretoria, por quê? Porque há algum grande acordo interno desse aparelho petista – essa que é a grande verdade – para não entregar o outro?

A SR^a IRINY LOPEZ (PT – ES) – Excelentíssimo...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É isso que está... Nos memoriais indicados aqui, todos, todos... O senhor, como testemunha, inclusive, é obrigado a responder. O senhor aqui recusou responder às perguntas que eu fiz. Tudo isso está embasado em documentos. Tudo embasado em documentos! Está aqui o que o Sr. Nestor Cerveró falou. Falou sobre a questão do Sr. Lula, na Escandinávia, quando foi comprada a parte da Petrobras, a parte da Astra Oil. Está aqui no documento. Estamos mostrando! E V. Ex^a se recusa a responder.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu não me recuso a responder. Se me der o tempo, eu respondo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Se recusa a responder da inviabilidade, em 2009, sobre os gastos da Petrobras em Abreu e Lima, que foram anunciados como 2,5 bilhões e estão em mais de 20, e não se fala, não se fala quando vai inaugurar para poder produzir e dar resultado para o País.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Presidente, se me for permitido responder, responderia às perguntas específicas do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – O senhor está autorizado a responder.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Bom, então, respondendo ao Deputado...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Só um minutinho.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Tempo de líder, pergunta agora virou pingue-pongue no tempo de líder, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Não virou pingue-pongue, não! O depoente me pediu, porque gostaria de responder, e eu concordei com ele. Ele que pediu a condição. Já tinha informado a ele que responderia ou não, se quisesse, e ele me pediu, porque gostaria de responder.

Então, V. Ex^a está com a palavra, depoente.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Ex^{mo} Deputado, 2009, citei aqui as várias etapas, os portões de decisão da Petrobras. Quando você chega e faz uma avaliação, como foi feita em 2009, de que, se o investimento chegar a um determinado valor, o valor presente líquido daquele projeto fica inadequado, o que você tem que fazer? Tem que voltar ao projeto e tentar resolver o problema, melhorar a situação no resultado. E foi isso que a Petrobras fez. A Petrobras, ao constatar isso, volta a fazer a análise para melhorar os processos,

modifica o processo de contratação, altera as especificações de determinados equipamentos, padroniza determinadas situações para tentar viabilizar o negócio. É isso o que a Petrobras fez corretamente, competentemente.

Não é correto o senhor afirmar – e o senhor tem todo o direito, como Deputado de oposição, de fazer o espetáculo que o senhor quiser fazer –, não é correto o senhor dizer...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Espetáculo é V. Ex^a, espetáculo é V. Ex^a. Respeite esta Casa.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não é correto dizer, não é correto dizer...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Espetáculo é V. Ex^a.

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não é correto dizer, não é correto dizer, não é correto dizer, não é correto dizer que o Presidente Lula participou de qualquer reunião sobre Pasadena.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quem disse foi o Nestor.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O Nestor desmentiu isso exatamente aqui, nesta própria Casa. O senhor sabe disso, porque ele vem e desmente isso. O senhor tem as notas taquigráficas melhor do que eu. Portanto, o senhor está fazendo uma interpretação sobre o que o Nestor disse. Consequentemente, o senhor vai ver que ele disse que o Presidente Lula jamais participou de nenhuma reunião na Escandinávia sobre Pasadena.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ele diz no início do seu depoimento.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Ele diz que foi realizada no momento de uma missão empresarial que ocorreu em 2007 e que o Presidente Lula...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ... que o Presidente Lula acompanhava a diretoria da Petrobras.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Estábamos, nós estávamos na Escandinávia. O Presidente Lula não participou de nenhuma reunião e o Nestor diz exatamente isso.

Em relação à última pergunta, o que o senhor mencionou foi a questão...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Várias perguntas. Não respondeu a nenhuma.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Acho que respondi a todas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Nenhuma.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O senhor viu, Presidente, por que precisava de um delegado?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Presidente, vou fazer uma proposta. Vou fazer uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – V. Ex^a tem trinta segundos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu passo por escrito. Já que ele não responde, eu passo por escrito para ele responder para mim. Não precisa ser agora, não.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito bem. Muito obrigado, Líder Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Só assim, quem sabe, por escrito, ele responde.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – O próximo inscrito é o nobre Senador Alvaro Dias, que não se encontra.

Pulando, o próximo é o Deputado Sibá Machado, que também não se encontra.

O próximo inscrito é o autor do Requerimento nº 532, de 2014, o nobre Deputado Sandro Mabel.

V. Ex^a vai ter a palavra. E V. Ex^a escolhe. Há dois modelos: ou dez minutos de pingue-pongue...

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Gosto é do pingue-pongue.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Dez minutos de pingue-pongue. V. Ex^a está com a palavra, nobre Deputado Sandro Mabel.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Presidente, gostaria de colocar que as minhas perguntas... Sou administrador, sou contador, sou técnico, já fui presidente de conselho de administração, já fui presidente-executivo de empresa, quero manter um diálogo para entender o seguinte: a Petrobras é uma empresa muito importante para o Brasil, uma empresa que tem um valor para o Brasil, para os brasileiros, para o investimento do Brasil, muito grande. Aliás, os grandes investimentos do PAC, sobretudo, e as visões que se têm de investimento no País, a Petrobras é a que puxa isso tudo. E, dentro disso daí, Presidente, me preocupa um pouco o modelo Petrobras como está sendo decidido.

Outro dia vi alguém falando que deveríamos fazer com que a Petrobras fosse cada vez mais estatizada. Acho que devia ser cada vez mais privatizada, mas nem privatizada nem estatizada, vamos pelo jeito que ela está hoje.

Da Petrobras, o que me preocupa também, foi feita uma campanha, nos governos passados, do Presidente Lula, da Presidente Dilma, fazendo com que as pessoas comprassem ações da Petrobras com seu fundo de

garantia, que é a garantia que aquele trabalhador tem, que comprasse aquelas ações com fundo de garantia. Quando as ações perdem um valor, esse trabalhador pegou uma parte do trabalho que era a segurança dele e investiu mal. Então, isso nos preocupa. É uma pequena parte, porém de muita gente. E foi feito.

As minhas perguntas para o senhor, que gostaria de entender até para depois vir, em algum momento, numa recomendação, para que a gente pudesse fazer à Petrobras, são as seguintes.

Só para análise, o senhor falou que a Petrobras comprou Pasadena por 550 milhões, 100 mil barris de produção por dia, 5.540, aproximadamente, por barril e capacidade de refino. Quanto isso está valendo em Abreu e Lima? Em Abreu e Lima, hoje – está custando 18 bilhões –, qual é a capacidade de refino?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – De US\$87 mil.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Então, US\$87 mil por barril? O senhor disse que no mercado americano, ou no mercado internacional, dentro do normal, é de R\$8 mil a R\$10 mil. Por que...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não, dólares.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Senhor?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Em 2006, dólares.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Desculpe, dólares. Sim, e não deve ter mudado muito. Vamos dizer que viraram US\$12 mil, subiu 20%. A pergunta é: por que esses US\$87 mil, hoje – Abreu e Lima está custando isso tudo? –, quer dizer, por isso é completamente inviabilizada uma refinaria dessa, ou não? Por que isso custa esse preço?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Bom, o primeiro elemento importante é que na refinaria no Brasil, diferentemente de numa refinaria nos Estados Unidos, 95% dos desembolsos são em reais e não em dólares. Então, se, por exemplo, vale US\$100 milhões, e eu vou desembolsar R\$2 por dólar, essa refinaria vai me custar R\$200 milhões.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Certo.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Se eu vou desembolsar R\$1 por dólar, ela vai valer R\$100 milhões. Se eu vou pagar R\$3 por dólar, ela vai valer... Então, 40% da variação do valor da refinaria, diferentemente do que disse o Deputado, vêm da variação cambial. A primeira questão é esta: 40%.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – É que nesse período não foi tão intensa, não é, Presidente?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Foi enorme, foi enorme.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Nós tivemos de 1,76...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O dólar saiu de R\$3,94 para R\$1,10, e atualmente está em R\$2,30, R\$2,40.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Mas R\$3,94 foi em mil novecentos e...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – De 2007 a 2013. Esse é o período de que nós estamos falando.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Não; R\$3,94 em 2007, não, Presidente. Acho que houve algum engano.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não, ela valorizou, mas o valor dela na fase 1 e na fase 2, em dólar, é calculado com base no câmbio. Eu posso, depois, mandar para o senhor as taxas de câmbio usadas, certo?

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – O.k.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Então, o câmbio é uma primeira parte.

A segunda questão é que a refinaria passou por um processo de mudança de escopo, de mudança de desenho, de mudança de arquitetura, de mudança de unidades de processo, porque tinha petróleos diferentes que estavam sendo trabalhados. Consequentemente, ao redefinir o projeto, ao passar da fase 1 para a fase 2 e para a fase 3, você redefiniu o escopo e redefiniu, portanto, o custo.

O terceiro elemento importante é que, ao fazer a refinaria no Nordeste – tinha que ser no Nordeste, porque o mercado estava no Nordeste, precisando de mais refinaria, no Nordeste era onde havia necessidade de fazer refinaria –, nós temos uma série de investimentos do que se chama de extramuros, investimentos extraordinários que são feitos no âmbito da refinaria e que aumentam o seu custo.

São esses três elementos principais que explicam o aumento do custo.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Mas, Presidente, oito vezes? Mesmo que o dólar tivesse custado o dobro, em vez de ela custar dez...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não, mas não são oito vezes. A base não são os dois bilhões que o senhor está tomando, porque essa base tem que ser...

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Não, não, não, Presidente. Oito vezes o custo de barril, processamento por barril. Mesmo que o dólar tivesse sido... Em torno de US\$10 mil a US\$12 mil, como o senhor disse. E

nós estamos falando em 1987, estamos falando em oito vezes, praticamente, sete a oito vezes o valor em dólar, estou falando do valor em dólar. Mesmo que houvesse o dobro do câmbio, vamos dizer que estamos falando em real e tudo foi o dobrado câmbio, o que não aconteceu nesse período, esse dobro de câmbio, continuando a pergunta, quer dizer, eu acho que Abreu e Lima está extremamente fora da curva.

Aí, eu entendi, eu recebi aqui as informações de que era um trem só, porque era petróleo pesado da Venezuela que nós iríamos fazer. Depois o pessoal lá não vai mais entregar, e tivemos que botar um segundo trem porque o primeiro trem não refinava. Botamos um segundo trem. Acho que o primeiro trem vai ficar parado. Vamos funcionar o segundo trem, e isso foi encarecendo a refinaria.

Mas, aí, a minha pergunta, veja o seguinte: quando nós falamos, e isso foi publicado – eu ainda não tenho uma série de informações que foram pedidas, então, desculpem, mas eu não tenho como, tecnicamente, debater com o senhor, porque o senhor tem tudo na sua cabeça, então, vou tentar com a informação que eu tenho –, quando se decidiu Abreu e Lima, decidiu-se na fase 1, 2, 3 ou 4 no conselho de administração?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Olha, vai ao conselho de administração a partir do projeto.... Vou explicar um pouquinho: vai ao conselho de administração o plano estratégico. O plano estratégico tem um conjunto de projetos em várias etapas. Tem projetos em fase 1, tem projetos em fase 2, tem projetos em fase 3, tem projetos em fase 4. Portanto, no conjunto dos projetos, você tem lá uma estratégia para refino que tem um conjunto de projetos subjacentes àquela estratégia de refino. Aí você vai aprofundando as etapas e vai passando de uma etapa para outra. Quem aprova a passagem de uma etapa para outra é a diretoria executiva, não é o conselho de administração. O conselho de administração aprova a entrada do projeto no plano estratégico. Aí tem várias etapas.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Isso, Presidente. Mas, vamos lá. Antes de entrar num acordo, pelo menos no conselho de administração que eu presidi quando eu era diretor executivo, quando fui presidente executivo, como o senhor foi também, nós mastigávamos todos os projetos, viámos viabilidade, estudávamos e achávamos: bom, este projeto está bom, nós vamos levá-lo para o conselho; este projeto está bom; vamos levá-lo para o conselho mesmo não tendo um resultado final. Porém, o que a gente sente aqui é que foi levado para o conselho um projeto que era uma ideia, me parece, na decisão, porque, ao decidir com 2,5 bilhões para uma refinaria que vai custar 18 bilhões... Aí vem o Paulo Roberto e diz que foi feita conta de padeiro. Eu não quero crer que foi feita conta de padeiro, mas eu quero crer... E é aí que eu gostaria de perguntar: como se decide, na Petrobras, o conselho de administração, para fazer um erro tão grande desse, de avaliação de uma refinaria dessa, Presidente? Por quê? Porque ou foi extremamente prematuro quando se decidiu, porque não tinha elemento nenhum, então, não tinha nem a fase 1 ou a 2, estava muito incipiente ainda, e se levou, se levou para o conselho de administração um número ou um estudo que depois se mostrou completamente furado.

Quando a gente leva para um conselho de administração, a gente entende que o senhor teria de ter analisado que existia o risco de não ter o petróleo da Venezuela, porque vocês estavam colocando um trem para refinar um petróleo que não é o petróleo normal do mundo; é um petróleo diferenciado.

(Soa a campainha.)

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Estou acabando as minhas perguntas, Presidente. Só que deveria dizer: olha, tem esse risco e, se acontecer isso, nós teremos aí um segundo trem que tem de ser colocado. E isso aumentaria o custo para isso, até para estudar a viabilidade, que são os pontos positivos e negativos, os riscos que pode ter um projeto. Então, pergunto ao senhor, Presidente: como isso foi levado ao conselho para se tomar uma decisão com um trem só, de só petróleo da Venezuela? Como são essas decisões do conselho? E como a diretoria executiva leva isso para a Petrobras?

Presidente, isso é muito importante. Eu não tenho por que fazer política aqui. Eu não estou fazendo política. Eu quero entender uma empresa. Eu entendo de empresa. Há quarenta anos, eu administro empresa, então, eu entendo de empresa.

Eu quero entender como nós podemos ajudar a Petrobras, inclusive, daqui para frente, ou entender como se decide isso. Eu entendo que nós temos alguns problemas aqui com relação à decisão que foi tomada.

Então, eu gostaria de fazer essa pergunta ao senhor.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Ex^{mo} Sr. Deputado Sandro Mabel, nós tínhamos o seguinte problema na mão – nós, conselho de administração, naquela época –: nós tínhamos sinalizações de que o mercado brasileiro de consumo ia crescer e os derivados de petróleo iam crescer. Nós sabíamos que estávamos com as nossas refinarias, no Brasil, no limite. Não tinha condições de crescer muito a capacidade de produção de nossas refinarias existentes. Era preciso construir novas refinarias. Uma refinaria leva seis, sete anos para ser construída. Nós tínhamos que tomar decisões de começar um processo de estudo de refinaria.

A última refinaria feita no Brasil é de 1980, a refinaria de São José dos Campos. De 1980. Desde 1980, nós não tínhamos refinaria nova. Em 2004, 2005 ou 2006, nós inauguramos a refinaria Clara Camarão, uma pequena refinaria, no Rio Grande do Norte. Nós aprovamos, em 2005 e 2006, mudando a estratégia que vinha desde 1998, que, naquela época, estava correta, para viabilizar a expansão do refino no Brasil, nós aprovamos a ideia de estudar a Prêmio I, no Maranhão; a Prêmio II, no Ceará; a Clara Camarão, no Rio Grande do Norte; a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco; o Comperj, no Rio de Janeiro, com uma concepção nova – Comperj naquela época –, isso porque nós tínhamos uma necessidade estratégica de crescer o refino no Brasil.

Essa decisão do conselho de administração da Petrobras se reflete no plano estratégico de 2004, aprovado em 2004 para 2010, se reflete no plano aprovado em 2007, em que fica evidente que nós deixamos de dar ênfase à expansão do refino no exterior para dar ênfase à expansão do refino no Brasil. Dentro disso, nós tínhamos uma negociação possível com a Venezuela de entrar na exploração de petróleo na Venezuela, que tem um enorme potencial produtor de petróleo, tem os maiores recursos petrolíferos identificados no mundo. Há mais de 240 anos de reservas de produção na Venezuela. Portanto, para estabelecer uma relação entre PDVSA e Venezuela, era importante buscar combinar a possibilidade de entrar no refino na Venezuela, entrar na produção de petróleo na Venezuela, com refino no Brasil. Então, foi isso que nós tentamos fazer com a PDVSA, uma negociação ganha-ganha dos dois lados, em que nós entrariamos na exploração de petróleo em terra na Venezuela, e a Venezuela entraria no refino no Brasil. Não deu certo nenhuma das duas coisas.

Aí, a comparação que o senhor está fazendo dos US\$5.540 de Pasadena com os US\$87 mil por todos...

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Não, estou falando de US\$12 mil, não estou considerando nem Pasadena.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Nós temos que levar em conta também as diferenças de complexidade da refinaria. A Refinaria Abreu e Lima é uma refinaria otimizada para produzir diesel de altíssima qualidade, com 10ppm, para produzir 230 mil barris por dia, começa a operar ainda no final de 2014, com 115 mil barris. Daqui a seis meses volta a produzir, vai produzir os outros 115 mil. Vai produzir um diesel com 10ppm. Portanto, é uma complexidade de uma refinaria muito maior – complexidade é um termo técnico do número de unidades existentes na refinaria –, que aumenta o valor da refinaria, aumenta o custo da refinaria. Então, o valor tem que levar em conta também a complexidade.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Então, Presidente, só para encerrar, eu...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu gostaria de pedir uma respostazinha sobre o FGTS. O senhor mencionou o FGTS. Eu queria lembrar que, de 2000, quando os trabalhadores compraram ações da Petrobras, até 2014, essas ações valem, em 2014, 402% mais que em 2000. Quer dizer, eles ganharam 4 vezes mais do que valia em 2000, com toda a queda do valor das ações em 2014. Não estou nem considerando as ações da Petrobras em 2010, quando ela teve o pico do valor dela, de US\$237 bilhões. Estou falando de 2014, quando ela está valendo US\$93 bilhões. Então, são 400%, enquanto o FGTS normal, nesse período, valorizou 90%. Não há perda para o pessoal do FGTS.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Presidente, só para concluir, então, eu vou fazer as últimas perguntas, que são as seguintes: eu discordo um pouco de V. Ex^a sobre como se tomou essa decisão de uma refinaria...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não tenho a honra de V. Ex^a ainda.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – O senhor é gente boa.

Eu discordo da forma como o conselho tomou ou tinha os dados para tomar uma decisão dessa de Abreu e Lima. Eu acho que foi uma decisão que teve outros componentes no meio também. Agora, eu queria fazer uma pergunta para o senhor: primeiro, o preço...

(Soa a campainha.)

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Eu estou fazendo a última pergunta.

O preço que se pagou, que o senhor colocou, de US\$554 milhões pela refinaria de Pasadena e US\$341 milhões pela trading, e o senhor disse que a refinaria tem investimentos intensos, é um negócio em que você tem que investir, então, a minha pergunta é a seguinte: quando eu vejo os ativos tangíveis que você tem na trading, a trading pagou 70% do valor, praticamente, da refinaria, pagou o equivalente a 70% do valor da refinaria. Uma trading, normalmente, uma distribuidora, o seu valor é muito baixo. Apesar de existir uma rede de dutos aqui, nos Estados Unidos, as redes de dutos você as usa. Não há uma rede de dutos própria. Deveria haver uma rede de dutos própria. Agora, na maioria delas você paga o transporte de combustível dentro das redes de duto. Agora, imagino que o imobilizado disso tenha sido baixo. Por que existe essa diferença, essa valorização tão grande nessa trading para ela custar 70% do preço de uma refinaria, sendo que a refinaria é tudo? É o que o senhor está dizendo. Nessa proporção, a distribuição de 200 mil barris da Abreu e Lima deve-

ria custar algo como US\$14 bilhões se fosse equivalente a isso, o que não vai custar nunca. Então, a pergunta é: esse desequilíbrio para completar o preço, por que ele acontece?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Conclua, Sr. Deputado, por favor.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Eu já estou concluindo, eu tenho mais duas perguntas, Sr. Presidente, estou acabando.

O senhor diz ainda que foi aprovisionado como perda... É *impairment* que se chama?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – *Impairment*.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Isso, *impairment*, que é um aprovisionamento de perda que é feito e jogado contra resultados, você avalia e joga contra resultado. De quanto foi esse *impairment* de Pasadena?

Segundo: no mandato do senhor na Petrobras, quantas perdas foram jogadas, foram aprovisionadas como perda? Que proporção, que valor equivale a perdas como essa de Pasadena, negócios que foram depreciados?

Para concluir, Sr. Presidente, vem uma política: o senhor disse que, na primeira vez em que se deu ampla negociação – eu achei o senhor muito firme e achei que o senhor estava certo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Não quer responder, não?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Não, ele não precisa responder. Eu estou informando a ele que ele não precisa responder, Deputado. O tempo está esgotado.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Senador Gim...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Ele é que escolhe.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Eu só gostaria de perguntar para o senhor o seguinte: o senhor disse que errou em Pasadena e que a Dilma também errou e que ela deveria, como Presidente do Conselho à época, assumir essa posição de que não foi um dos melhores negócios para a Petrobras. Isso depois se perdeu, o senhor voltou, disse um pouquinho diferente disso.

Então, são essas três perguntas finais para que possamos concluir.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu pergunto ao Presidente Gabrielli se gostaria de responder ou não.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu posso responder. Se a Mesa me permitir, eu posso responder, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Então o senhor tem dois minutos para responder.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – A primeira questão é que há uma confusão entre *trading* e distribuição. A *trading* não é uma distribuidora de poços, a *trading* faz operação de compra e venda de petróleo e derivados. Ela compra e vende, faz, portanto, operações financeiras no mercado financeiro. Em 2007 e 2008, isso foi o principal responsável pela crise de 2008. Portanto, não é uma coisa secundária, pequena, irrelevante. No mercado americano é muito relevante, e o que se comprou foi a inteligência de atuar nesse mercado.

Em relação ao *impairment*, foram US\$530 milhões, feito no ano passado. A obrigação de *impairment* é uma obrigação da nova regra contábil brasileira, é uma obrigação de 2010 ou 2011 para cá, ela não existia anteriormente, e eu não conseguia lembrar de todos os *impairments* ou prejuízos que foram feitos na contabilidade. Posso lembrar, no entanto, os lucros da Petrobras. Eu queria lembrar os lucros da Petrobras, que são indicadores extremamente importantes: em 2002, o lucro da Petrobras foi de US\$2 bilhões; em 2006, foi de US\$11,9 bilhões; em 2007, foi de US\$11 bilhões; em 2008, US\$18,5 bilhões; em 2009, US\$15 bilhões; em 2010, US\$20 bilhões; em 2011, US\$19,9 bilhões; em 2012, US\$ 10,8 bilhões; em 2013, US\$10,9 bilhões. Esse é o lucro da Petrobras. Dos dez maiores lucros da Petrobras, quatro foram na minha gestão. Portanto, é isso o que estou falando.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Há mais uma que o senhor não colocou aí, a questão de se errou ou não errou.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Gostaria de comunicar ao Presidente Gabrielli que nós temos uma relação.

Em respeito a todos os Parlamentares que estão aqui, eu gostaria de dizer a ordem agora. Nós estamos terminando esta primeira fase. Terminamos a primeira fase agora e, a seguir, teremos os membros titulares, os suplentes e os não membros. Como primeiro membro titular inscrito – eu vou dar a ordem geral para que todos possam ficar sabendo a hora de fazerem suas intervenções –, o primeiro inscrito é o nobre Deputado Antonio Imbassahy; o segundo é o nobre Deputado Eduardo Cunha; depois é o Deputado Júlio Delgado; logo em seguida, o Senador Humberto Costa; depois nós passamos para o nobre Deputado Rodrigo Maia; em seguida, para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Não, é na condição de titular. Agora vou passar os suplentes. Desculpe-me, mas quem me deu a relação foi a Mesa.

Depois, novamente...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Presidente, como eu já falei, eu passo a minha vez para o Deputado Mendonça e, se for o caso, eu falo na vez dele.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito bem, então fica invertido e o senhor passa a ser o sétimo inscrito na ordem aqui.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Presidente, pode inverter? Porque eu era subscritor do requerimento do Deputado Sibá Machado e, na ausência dele, eu não pude falar. O Deputado Izalci quis a mesma coisa. Agora vai trocar? Não! Agora pode trocar se quiser? O Sibá estava inscrito, e eu não pude...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Deixe-me falar: ele passa para o final porque tem a condição de titular.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Eu posso perguntar e o Mendonça fala depois. Só acho que é mais produtivo o Mendonça perguntar e eu perguntar no lugar dele.

Se ele não puder perguntar, pergunto eu.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Na hora em que chegar nessa ordem, eu verifico e vejo.

Vamos então começar com o primeiro inscrito.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Presidente, eu não entendi a hora em que eu vou falar outra vez, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – O senhor vai falar como último inscrito, Deputado Sandro.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Não, não sou o último inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – É sim, senhor, porque V. Ex^a usou... Eu lhe dei o tempo a que tinha direito e, depois, lhe dei os cinco minutos e, com isso, o senhor passou...

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – O senhor não me deu cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Dei sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Sandro Mabel. PMDB – GO) – Não, o senhor não falou que deu cinco minutos, Presidente. O senhor tem que avisar que está dando mais cinco minutos, o senhor não falou que deu cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Está bem, a qualquer instante, eu lhe aviso já, já.

Vou chamar agora pela ordem só para terminar a relação para que todos possam saber a sua inscrição certinha.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Não, porque eu faço parte da relação.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu sei, sim, senhor. O senhor faz parte, o senhor está aqui. Então, em 6º lugar, o Deputado Izalci Lucas; logo em seguida, em 7º lugar, o Deputado Mendonça Filho, que está em inversão, então eu não vou permitir, tendo em vista que vai ficar da mesma forma que estava inscrito; em 8º lugar, o nobre Deputado Afonso Florence; em 9º lugar o Deputado João Magalhães; em 10º ...

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Permita-me, Relator,...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – A qualquer hora, a qualquer tempo.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Uma questão de ordem... Eu quero só entender aqui a ordem das inscrições quando o cidadão é autor do requerimento e ele falou como autor do requerimento, ele, ao se inscrever novamente, pode falar novamente na sua inscrição antes dos outros inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – A Mesa me informa – eu cumpro estritamente o Regimento – que ele pode vir no final de todos. Ele pode vir na condição de titular ou na condição de suplente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Porque ele falou como autor.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Ele falou como autor do requerimento. Então, ele teve o privilégio de falar como autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Exatamente.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Ele, ao se inscrever depois, ele fala somente depois que todos os outros inscritos, na ordem de titulares membros da Comissão falem. É isso?

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Eu não tive privilégio nenhum. Eu fui o primeiro a apresentar o requerimento e eu fui o quarto a assinar a lista de inscrição. Eu não tenho privilégio. Eu cumpri o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu sigo estritamente o que diz o Secretário da Mesa.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Eu sou membro como outro qualquer.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Eu quero lembrar ao Presidente que o §2º diz que é permitido a permuta de inscrição entre os Deputados. Mas os que não se encontrarem presentes na hora da chamada perderão definitivamente a inscrição. Então, o que o Deputado Rodrigo manifestou a respeito é perfeitamente possível. Se ele cede o tempo para a minha pessoa...

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Mas eu quero saber se a inscrição dele, falando como requerente, ele em duas inscrições. É isso?

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Ele tem duas inscrições... Ele tem o tempo de autor do requerimento e de autor e o de membro da Comissão. São dois tempos.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – O que a Secretaria está dizendo aqui é que vai para o final. Onde está, no Regimento, que vai para o final?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – O Regimento diz o seguinte: fala o Relator, depois os proponentes inscritos, e depois tem uma relação dos inscritos. O que eu estou perguntando é se o Regimento diz que o cidadão fala como requerente e depois ele pode, ao se inscrever, falar novamente como primeiro inscrito.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu agradeço a todos a contribuição.

Eu gostaria de colocar aqui, com muita tranquilidade, sobre depoimentos e uso da palavra. Os depoimentos e inquirições da CPMI observarão os seguintes procedimentos:

- a) o Presidente franquiará inicialmente a palavra ao depoente;
- b) o Relator interpelará o depoente pelo tempo que for necessário;

c) após a interpelação pelo Relator e pelos autores dos requerimentos aprovados, na ordem de apresentação das proposições – e a ordem foi a seguinte, vou repetir: primeiro, o Deputado Rodrigo Maia; segundo, o Deputado Fernando Francischini; terceiro, o Deputado Rubens Bueno; quarto, o Senador Alvaro Dias; quinto, o Deputado Sibá Machado; o sexto, o Deputado Sandro Mabel –, poderão dirigir perguntas ao depoente os membros titulares da Comissão, e, a seguir, os suplentes e não membros.

Está muito bem.

Então, após a interpelação pelo Relator e pelos autores dos requerimentos aprovados, na ordem de apresentação das proposições, poderão dirigir perguntas ao depoente os membros titulares da Comissão, e, a seguir, os suplentes.

Então, o que aconteceu? Todos os titulares que estão aqui...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – E quando falam os Líderes, Sr. Presidente?

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – (*Fora do microfone.*) – A qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – A qualquer momento, mas não pode interpelar o depoente, só pode falar.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Mas eu estou pedindo como Líder desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Só um minutinho, então. Só um segundo.

Os demais Congressistas poderão participar dos trabalhos (art. 112), podendo usar da palavra. Está muito bem? À exceção do Relator e do Presidente, a cada intervenção, que disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo ao depoente, ou de dez minutos para interpelação de perguntas e respostas.

Então, querem que eu continue? Eu continuo com tranquilidade.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Então, está claro aqui que fala o requerente e, logo depois, quer dizer, se ele se inscrever aqui em primeiro lugar, ele pode falar de novo em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Não, não. Só um segundinho só. Espere aí. Só um segundinho.

Eu agradeço as contribuições.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Eu cedo ao Deputado Mendonça. Se eu não puder ceder, eu falo. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Só um segundinho. Eu agradeço todas as contribuições, mas eu estou presidindo a reunião, e eu presido com o Regimento.

Vamos lá.

O que foi feito foi que o Deputado Rodrigo Maia falou, interpelou, e depois se inscreveu como membro titular da Comissão; então, eu segui a ordem de todos os titulares. A ordem dos titulares inscritos é: em primeiro lugar, o nobre Deputado Antonio Imbassahy Filho; em segundo lugar, o nobre Deputado Eduardo Cunha;

em terceiro lugar, o nobre Deputado Júlio Delgado – são todos titulares –; em quarto lugar, o nobre Senador Humberto Costa; em quinto lugar, o nobre Deputado Rodrigo Maia.

Essa é a ordem dos titulares.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – E depois?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Depois eu passo aos suplentes. É o Regimento.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Sr. Presidente, eu estou inscrito e eu sou titular.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Está bem. O senhor é depois. É o que eu estou falando.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu gostaria de passar a palavra...

Quando chegar a hora, eu digo a todos.

Por favor, com a palavra, o nobre Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Sr. Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – V. Ex^a... Muito bem, muito obrigado. V. Ex^a gostaria de falar de que formato?

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Exatamente, Sr. Presidente. Eu gostaria de usar os cinco minutos iniciais para fazer perguntas ao ex-Presidente da Petrobras e, depois, cinco minutos, que é o tempo do Líder, para fazer comentários ou eventualmente alguma outra observação. E, se o ex-Presidente da Petrobras desejar responder, posso também ceder o tempo, se V. Ex^a assim o permitir...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Então, cinco minutos?

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Cinco minutos para indagações. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito bem.

Então, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^ss e Srs. Deputados, inicialmente, mais uma vez, quero caracterizar a indignação do povo brasileiro por ver a sua principal estatal, orgulho de todo o País, a Petrobras, passar por uma crise jamais vista em toda a história. E uma crise, Sr. Presidente, cuja responsabilidade foi de um governo que aparelhou essa empresa, que fez com ela tivesse uma gestão temerária e trouxesse à baila para a sociedade brasileira uma série de denúncias, como a questão da negociação de Pasadena e tantas outras.

Vou me ater inicialmente ao caso da Refinaria Abreu e Lima.

Há 11 anos, ex-Presidente da Petrobras, os ex-Presidentes Lula, do Brasil, e Chávez, da Venezuela, anunciaram, de maneira bastante enfática, a construção, em parceria, dessa refinaria, que deveria custar, naquela época – esse era o orçamento dessa refinaria –, US\$2,3 bilhões. Passados 11 anos, para essa refinaria, a Petrobras admite que vai gastar US\$20 bilhões, quase 10 vezes mais, e a PDVSA, a petroleira venezuelana, não colocou um centavo sequer nessa refinaria.

A primeira pergunta que eu faço, até porque essa refinaria causa um grande prejuízo ao povo brasileiro, à Petrobras e aos acionistas minoritários, no momento em que ela, ao fim e ao cabo, vai custar cerca de US\$87 mil dólares o barril refinado, a primeira pergunta que eu faço é a seguinte: por que não foi firmado, por que não foi estabelecido em contrato um mecanismo que protegesse a Petrobras de uma eventual inadimplência da PDVSA?

Isso foi feito, foi aceito pela Petrobras com relação à Pasadena. Quando a Petrobras foi comprar Pasadena do grupo Astra, a Petrobras aceitou salvaguardas de proteção aquele grupo acionista, e, no caso específico de Abreu e Lima, a Petrobras simplesmente negligenciou essa questão.

A primeira pergunta que eu faço é esta: por que não foi estabelecida um mecanismo de proteção à Petrobras no caso de Abreu e Lima contra a inadimplência da PDVSA?

Segundo – o Dr. Sérgio Grabrielli poderia declinar –, de quem foi a ordem para que não houvesse um contrato com um mecanismo efetivo de proteção à PDVSA? Houve participação do ex-Presidente Lula no sentido de não permitir que se protegesse a Petrobras de um eventual calote do governo venezuelano?

Outra questão: investigações da Operação Lava-Jato mostram que foi montado um verdadeiro condomínio da corrupção, um verdadeiro condomínio da corrupção, em que fornecedores e prestadores de serviços precisavam pagar uma taxa de R\$300 a R\$500 mil para conseguir vender produtos ou prestar serviços à Petrobras.

Sr. Relator, coisa muito grave o que está nessa Operação Lava-Jato: um condomínio da corrupção.

Primeira pergunta, ao ex-Presidente José Sérgio Gabrielli, na condição de ex-Presidente da Petrobras, com todas as informações que uma empresa desse porte permite e conduz a um ex-presidente, como é que V. S^a, com o antigo companheiro de diretoria, hoje preso pela segunda vez pela Polícia Federal, não percebeu que havia um tumor, um câncer dentro da empresa, com ramificações em várias áreas. Como V. S^a não percebeu uma situação tão grave quanto essa?

Mais ainda: segunda pergunta: o Sr. Paulo Roberto era homem da sua confiança ou não, a ponto de V. S^a se reunir com ele no Palácio do Planalto – e esta foto já foi apresentada, eu a apresento novamente –, com a Ministra Chefe da Casa Civil, hoje, Presidente Dilma Rousseff, e o ex-Presidente Lula, portanto, esse cidadão está preso pela Polícia Federal, foi conduzido pelo ex-Presidente da Petrobras em audiência com o Presidente Lula na ocasião e com a atual Presidente Dilma. Ele era ou não era homem da sua confiança?

Terceira questão: esses aumentos sucessivos dos orçamentos do custo de Abreu e Lima realmente é uma coisa de estarrecer, começou com US\$2,3 bilhões e pode alcançar, Sr. Presidente, cerca de US\$20 bilhões. É claro que o Presidente da Petrobras é uma personalidade de grande importância, não diria nem do Brasil, na América Latina, e que tem acesso direto ao Presidente da República. A questão que formulo a V. S^a, Dr. Sérgio Gabrielli, em quais momentos V. S^a conversou com a então ministra de Minas e Energia, ou então, já como Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, ou então com ela já Presidente da República, ou com o ex-Presidente Lula sobre esse problema grave: como é que uma refinaria sai de US\$2,3 bilhões e o Presidente da Petrobras, com a responsabilidade que tem, conduz esse assunto e certamente deve ter levado da presidente do Conselho de Administração. Em algum momento, durante reunião do Conselho de Administração, esse assunto foi levantado, foi apresentada essa elevação de custos? E qual foi a conduta, qual foi a posição da ex-Presidente do Conselho de Administração e atual Presidente Dilma com relação a essa questão? Ela assistiu a isso considerando que era um assunto razoável ou ela fez alguma reação em ata de reunião do Conselho de Administração ou em outra oportunidade?

Outra pergunta ao ex--presidente da Petrobras. A Presidente Graça Foster esteve aqui no Congresso Nacional e disse que o caso Abreu e Lima era um erro que não deveria ser repetido. V. S^a concorda com essa afirmação da atual Presidente Graça Foster? Abreu e Lima foi um erro que não deveria ser repetido ou Graça Foster foi leviana ao fazer essa afirmação?

Porque todas as informações que V. S^a tem colocado até aqui dizem que essa questão do custo da Refinaria Abreu e Lima é absolutamente normal, chegou até ao absurdo, no meu entendimento, de dizer que a refinaria tem algumas complexidades e, por causa disso, o preço saiu de US\$2,3 para US\$20 bilhões. Não há justificativa nenhuma, Sr. Presidente, Senador Gim, para esse valor tão elevado, até porque os preços praticados em refinarias construídas no mundo não chegam jamais a US\$87 mil por barril processado. Esse número, US\$87 mil, corresponde a mais do que o dobro do custo médio das refinarias construídas em outros países.

Por fim, essa pergunta que eu quero fazer a V. S^a é sobre uma licitação da empresa Sete Brasil. Aliás, até entrei na internet e fiquei até estarrecido quando ouvi V. S^a, Dr. Sérgio Gabrielli, fazendo propaganda dessa empresa Sete Brasil, apresentando como se fosse uma grande empresa que está aí fazendo um belíssimo serviço para a Petrobras e para a população brasileira. Mas essa empresa – é importante que o Brasil saiba – venceu uma licitação, uma licitação na Petrobras, quando só houve um concorrente, Senador Gim Argello e Relator Marco Maia. Apenas um concorrente concorreu na licitação para a construção, operação e afretamento de 28 sondas. Sabe, Deputado Izalci, qual foi o valor desse contrato? Oitenta e dois bilhões de dólares. Oitenta e dois bilhões de dólares foi o valor desse contrato. E apenas uma concorrente. Isso está dito, inclusive está aqui afirmado também em depoimento de uma autoridade da Petrobras que aqui esteve recentemente, que falou que o valor do contrato é de US\$82 bilhões. Então, a gente tem que perguntar a V. S^a como se fez esse arranjo operacional para que uma licitação que tem indicações claras de uma licitação viciada pudesse a Petrobras fazer um contrato dessa magnitude: US\$82 bilhões, com apenas um concorrente, que, por sinal, logo depois, perdeu os contratos que ela tinha com a Petrobras. É uma coincidência dramática que precisa ser devidamente esclarecida.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Mais ainda: essa empresa Sete Brasil é formatada pelo consórcio de bancos, bancos brasileiros que formaram essa Sete Brasil. São bancos que formaram essa Sete Brasil. Veja, quem controla são bancos, que não têm nada a ver com construção, com operação e com afretamento de sondas, e a Petrobras entrou nesse consórcio, senhor ex-presidente da Petrobras, com cerca de 9%, 10%. Eu gostaria que V. S^a discorresse sobre essa questão dessa licitação, o que teria havido efetivamente, e como foi montada essa sociedade, qual o critério para a escolha desses bancos e por que a Petrobras entrou nessa Sete Brasil? E mais ainda: ela sendo minoritária, por que ela indica o presidente da Sete Brasil – que, aliás, o presi-

dente que V. S^a teria indicado, segundo consta no noticiário, foi demitido pela atual Presidente Graça Foster, foi demitido sob suspeitas de corrupção?

São essas as perguntas iniciais. Eu gostaria que V. S^a utilizasse os cinco minutos para as respostas, e, em seguida, Presidente, eu vou usar meus cinco minutos para fazer comentários como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Deputado Imbassahy, pelo respeito que todos do Congresso Nacional têm por V. Ex^a, vou dar ao presidente três minutos para responder, porque o senhor estourou seu tempo, e, depois, eu lhe devolvo a palavra por cinco minutos.

V. S^a tem três minutos para responder.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Sr. Presidente, eu não estourei o tempo, eu não estourei, com todo o respeito. Foram cinco minutos exatamente. Foram 10 minutos?

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – O Deputado Imbassahy falou e o tempo não estava marcando ali. Mais de cinco minutos.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – O meu tempo ali eu estava controlando, foram cinco minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Mais de cinco minutos. Ele falou 11 minutos.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Não foi, não.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente, por favor. Eu já havia solicitado a palavra.

Olha, eu estou atentamente acompanhando aqui a reunião e acho que todos nós viemos aqui para ter as explicações que podem interessar e interessam ao povo brasileiro.

Nós somos regidos aqui por um Regimento, e eu estou observando atentamente o relógio, porque sou suplente, mas quero falar e estou aqui observando todos os que estão fazendo suas perguntas e a escolha do método. O Deputado Imbassahy escolheu fazer todas as perguntas – portanto, cinco minutos –, com cinco minutos para respostas e, antecipadamente, requereu o tempo de Líder para, em seguida, comentar as respostas. Mas ele falou 11 minutos, precisamente 11 minutos. Isso não é correto. Isso não é aceitável. Entendo eu que S. Ex^a já usou os seus cinco minutos de Líder, porque, se a Mesa estiver de acordo com a posição, de acordo com o Deputado, de acordo com o Senador, e cada um falar o quanto quiser, a regra tem de ser efetivamente para todo mundo.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ. Fora do microfone.) – A regra é clara.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – A regra é clara mesmo. Claríssima!

Então, o Sr. Deputado Imbassahy já gastou os seus minutos de Líder inclusive...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Não, não utilizei.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – E não pode dar, para um conjunto de perguntas... Nós queremos ou não queremos esclarecer isso ao povo brasileiro? Há um conjunto de perguntas a que o ex-Presidente vai ter de responder em três minutos?

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR – MG) – Sr. Presidente.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Ah, isso não pode funcionar dessa maneira, Presidente!.

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR – MG) – Uma questão de ordem, Presidente. Para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Primeiro, para uma questão de ordem, Deputado Sandro Mabel; depois, para uma questão de ordem depois, ao Deputado Bernardo.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Estou pedindo como Líder do PT.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Houve mudança do Presidente da CPMI.

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR – MG) – Eu pedi para contraditar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Para contraditar? V. Ex^a tem a palavra.

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR – MG) – Para contraditar e não nova questão.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR – MG) – Bom, para dizer o seguinte: eu concordo com tudo o que foi dito aqui pela nobre Deputada, pelos outros. Estamos no Parlamento, em que, claro, o tempo tem de ser dividido de forma igual para que todos possam expressar-se da mesma forma, mas essa é uma questão para condução da Mesa. Em muitos momentos, a Mesa pode achar que tem de dar um ou dois minutos a mais, conforme o entendimento do Presidente ou, às vezes, do próprio Relator, porque a matéria... Acho que esse embate aqui sobre dar mais tempo ou cassar o tempo de alguém só faz pertermos o tempo

para usar naquilo que é preciso. Então, peço a V. Ex^a que use o critério da Mesa, porque o Regimento – já que se falou tanto em Regimento aqui – dá a V. Ex^a esse poder e a ninguém mais.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Não, aqui há um Regimento, e eu não concordo que seja repassado a critério da Mesa. Aqui, há um Regimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente...

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Para se ter seriedade nesta CPMI, vamos seguir o Regimento.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Presidente, eu gostaria só de dizer que estamos aqui – o Congresso ou boa parte dele está parado – trabalhando para tentar ter informações. O Presidente Gabrielli vem aqui disposto a responder às perguntas que vão ajudar a criar um raciocínio para toda esta CPI, que não vai acabar agora e que precisa de elementos. Eu acho que V. Ex^a logicamente não deve abusar, mas acho que V. Ex^a não deveria ser tão rígido com relação às respostas do presidente e mesmo às perguntas, porque, se alguém vem aqui com perguntas... Se alguém está fazendo só perguntas políticas, tudo bem, pode-se aplicar o... Mas há respostas de que precisamos, Sr. Presidente, e que nos vão orientar. Não viemos aqui por causa de dez minutos. Viemos com uma série de perguntas. Nós estudamos, gastamos tempo. Então, precisamos ter uma resposta.

Gostaria que V. Ex^a tivesse cuidado com isso, porque, por exemplo, o presidente deixou de responder a duas perguntas. "Tudo bem, vou-me inscrever de novo e fazê-las outra vez". Mas três minutos para responder a essas perguntas... São perguntas muito importantes, a que o presidente gostaria de responder até porque era gestão dele. Não vamos limitar a três minutos. Deixe que ele faça as respostas, para que se possam efetivamente esclarecer as coisas. Senão, vamos vir aqui para ficar matando tempo: parece a Itália ontem querendo empatar, e perdeu o jogo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Deputado Afonso, como Líder do PT.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Só um minutinho, Senador. É que o Líder do PT, Deputado Afonso, me pediu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Não, não, não. Só um minutinho. Está me pedindo questão de ordem, e estou dando tempo para quem está pedindo a palavra. Só um segundinho.

Deputado Afonso, o senhor pediu como Líder.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Ah, como Líder, tem de ser daqui a pouquinho. Questão de ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu não estou convencido da interpretação dada aqui a essa questão de se inscrever como orador e se inscrever como Líder. Eu já participei de outras CPIs, participei de comissões aqui dentro desta Casa, e não existe isso de a pessoa se inscrever como orador, ou mesmo como requerente.

Quem faz um requerimento já tem a prioridade de falar como autor do requerimento. Isso não significa que ele vai se inscrever novamente para falar outra vez. Da mesma forma, o cidadão está inscrito, fala ao seu tempo e pede o tempo de Líder para comentar. Eu não estou convencido de que esse é o procedimento. Eu gostaria que V. Ex^a, como Presidente da Mesa, pudesse trazer, na próxima reunião, já que vi que isso aconteceu na reunião passada, exatamente como as coisas devem ser.

Entendo que, se o cidadão está inscrito como orador, ele não vai fazer uso da palavra como Líder, principalmente depois que termina de falar como orador. Assim, o indivíduo vai falar 15, 20 minutos aqui. E os demais? É lógico que não é um problema simplesmente de "deixe falar". Por que é que alguns aqui falam e vão logo ali para fora? Para falar para a imprensa. Sabem que há hora de falar. Então, é isso que está em jogo aqui. Peço a V. Ex^a que traga esclarecido na próxima reunião qual é o procedimento efetivo. Em outras CPIs, não foi esse o procedimento adotado.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Só para contraditar, Sr. Presidente, lendo aqui o art. 7º do Regimento Comum: "Art. 7º – Em caráter preferencial e independentemente de inscrição, poderá o Líder discutir matéria e encaminhar votação."

Então, está claro no Regimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Aí não fala "cumulativamente".

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Independentemente de inscrição, meu amigo, é evidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado a todos.

Eu queria agradecer primeiramente ...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – ...a contribuição que todos vocês deram, foi muito importante. Agradeço a todos vocês.

Quero dizer o seguinte: quando assumimos os trabalhos aqui – e agora respondo a todos com muita tranquilidade...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – ...com muita tranquilidade – recebemos aqui, no Senado Federal, a Secretaria-Geral da Mesa, Secretaria de Comissões, um roteiro para a condução dos trabalhos. Como essa dúvida havia sido suscitada na reunião passada, Senador Humberto Costa, eu gostaria de ler para V. Ex^a novamente como é o rito, o que tem que ser colocado e o que é que o Regimento diz, justamente nesse caso do nobre Deputado Rodrigo Maia.

O depoimento transcorrerá conforme o item 4 do manual de procedimento adotado por esta Presidência.

Depoimentos e Uso da Palavra:

Os depoimentos e inquirições da CPMI observarão os seguintes procedimentos:

- a) o Presidente franqueará inicialmente a palavra ao depoente;
- b) o Relator interpelará o depoente pelo tempo que for necessário;
- c) após a interpelação pelo Relator e pelos autores dos requerimentos aprovados [os autores dos requerimentos aprovados foram, pela ordem, Deputado Rodrigo Maia, Deputado Fernando Francischini, Deputado Rubens Bueno, Senador Alvaro Dias, Deputado Sibá Machado, Deputado Sandro Mabel a seguir os membros titulares, os suplentes, e os não membros], na ordem de apresentação das proposições, poderão dirigir perguntas ao depoente os membros titulares da Comissão,e, a seguir os suplentes.

Então, logo após os titulares fazerem suas perguntas, os suplentes também as farão. Aqui não diz, não existe um impedimento, não se coloca... Diz aqui: "poderão dirigir perguntas ao depoente os membros titulares e, depois, os membros suplentes.

"Os demais Congressistas poderão participar dos trabalhos, de acordo com o art. 112, podendo usar da palavra."

Estou seguindo exatamente o que a Mesa está me passando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente, para esclarecimento.

V. Ex^a informa ao Plenário a sequência das falas.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – É verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Uma vez não estando presente o titular e estando o suplente... porque entendo que a sequência foi estabelecida para otimizar os trabalhos e prestigiar o titular presente. Em o suplente estando presente cumulativamente com o titular, ele fala depois. Mas, ausente o titular, indago a V. Ex^a se o suplente presente não fala na ordem dos titulares porque está exercendo, no caso, a função de titular.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Excelente pergunta. Fala, sim, logo depois de todos os titulares que estiverem presentes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – V. Ex^a entendeu de forma diferente. Estou indagando se, estando presentes o titular e o suplente, a regra está adequada, mas, ausente o titular, o suplente cumpre função imediata. A função do titular. É essa a ponderação que faço a V. Ex^a, porque, ausente o titular, fala na vez do titular o suplente presente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Aí, nesse caso, só basta o titular sair da sala e o suplente fala.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu entendi perfeitamente V. Ex^a. Agradeço a contribuição que V. Ex^a está dando à Mesa, mas a Secretaria da Mesa me informa que, primeiramente, eu tenho que escutar os titulares que estão presentes. E, logo em seguida, eu escuto os suplentes, que estarão presentes na condição de titulares. Mas, primeiramente, são os titulares que estão presentes à reunião.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, uma reclamação pelo art. 96 subsidiário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Pois não, a reclamação, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Sr. Presidente, o que está acontecendo é que nós estamos aqui, já há 12 minutos, discutindo algo cuja discussão nem poderíamos ter iniciado, porque para se fazer uma questão de ordem tem que se dizer qual é o artigo do Regimento que está sendo afrontado e que tipo de decisão se busca de V. Ex^a.

Na verdade, estão se utilizando de instrumentos de questão de ordem e gerando contradita em fatos absolutamente inexistentes, apenas para usar palavras de opiniões a serem expressadas.

Então, a reclamação que eu faço a V. Ex^a: para aceitar a palavra por questão de ordem que seja dito qual artigo do Regimento que está sendo afrontado e que em condições para que V. Ex^a possa decidir. E não permitir contradita quando não houver questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu agradeço sua contribuição, Deputado e Líder Eduardo Cunha e vou seguir, então, se todos concordarem, a mesma forma que ele sugeriu. Peço desculpas a todos porque eu quis somente dar atenção ao que cada um colocou; como a Deputada Iriny questionou isso. Agora, só aceito questão de ordem embasada em artigo, de acordo com o nosso Regimento, cumprindo exatamente o Regimento.

Obrigado.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Embora eu não tenha feito questão de ordem. Eu pedi pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Presidente Gabrielli, V. Ex^a tem os três minutos, se o senhor puder compactar.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exmº Deputado Antonio Imbassahy, a primeira pergunta que o senhor me fez foi sobre cláusulas para proteger a Petrobras em relação à inadimplência da PDVSA. Essas cláusulas seriam aplicáveis se nós estivéssemos falando de um processo de associação já firmado. O que existiu foi uma tentativa de fazer uma associação. E essa associação tinha dois lados. No lado da exploração e produção, a Venezuela é reconhecidamente uma área de alta capacidade de produção de petróleo, porque tem recursos identificados em volumes significativos em terra e, portanto, é uma área de cobiça muito importante para as empresas petrolíferas do mundo. Dessas empresas, hoje, uma das grandes empresas que atuam na Venezuela junto com a PDVSA é a Chevron americana, além de outras empresas. A disputa estratégica de acesso aos recursos de petróleo da Venezuela são reconhecidamente... Hoje é o maior recurso identificado do mundo, mais do que a Arábia Saudita. Portanto, estar junto da Venezuela era estrategicamente importante. Essa associação estava também associada à participação na Refinaria Abreu e Lima, em conjunto com a Venezuela. Portanto, nós estávamos tentando fazer uma associação de sócios, ganha-ganha dos dois lados. Não conseguimos fazer. Não chegamos a acordos. Houve mudanças no marco regulatório venezuelano. Não chegamos a acordos. Não chegou a haver o acordo. Não havendo acordo, não há porque ter cláusulas de proteção de inadimplência, porque não existiu a inadimplência. Não existiu o acordo. A Refinaria Abreu e Lima é uma refinaria 100% Petrobras hoje. E, portanto, é uma refinaria da Petrobras.

Não houve, portanto, inadimplência da PDVSA, na medida em que a PDVSA sequer entrou no negócio.

A segunda pergunta do senhor é também em relação à PDVSA. Portanto, eu respondi conjuntamente a ambas as perguntas.

A terceira pergunta que o senhor faz é sobre o Paulo Roberto. As minhas relações com o Paulo Roberto são relações estritamente profissionais. Conheci Paulo Roberto na Diretoria da Petrobras; não tinha relações pessoais com Paulo Roberto. Paulo Roberto não era meu homem de confiança.

Naturalmente, como Diretor de Abastecimento, ele era responsável pela construção das refinarias e pela operação das refinarias existentes; era responsável pelas operações de compra e venda de petróleo e derivados; era responsável pelo acompanhamento dos trabalhos de transporte e da infraestrutura de abastecimento do País. E é absolutamente normal se reunirem a Presidente da Petrobras, o Diretor de Abastecimento, a Presidente do Conselho e o Presidente da República, para discutir problemas referentes ao abastecimento. Portanto, não vejo nenhum problema em fazer isso. Não tem nenhum significado a mais, além da relação profissional, técnica, que tive com o Sr. Paulo Roberto.

Não tive conhecimento de nenhuma atividade, nas relações da Petrobras, com o que está acontecendo nas investigações da Polícia Federal. Pelo que eu tenho lido nos jornais, muitas das questões se referem a atividades posteriores à saída do Sr. Paulo Roberto da Petrobras. Além do que, em relação à maioria das empresas citadas, ela sequer tem relações diretas com a Petrobras. Portanto, não tinha por que eu ter ação direta sobre essa questão.

Em relação ao orçamento da RNEST, é importante... Eu tentei explicar várias vezes aqui o processo de aprovação dos projetos da Petrobras. Existe o que chamam portais, portas por que o projeto passa. Na fase inicial, a fase conceitual do projeto, você tem uma vaga ideia do valor do projeto. Aí, você parte para a segunda fase, de detalhamento da engenharia, detalhamento dos processos, e passa a ter uma visão um pouco mais precisa

do valor do projeto. Na terceira fase, você vai ao mercado, procura fazer as licitações, identifica os produtos e equipamentos que são necessários.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – E, a partir daí, você faz o processo de licitação e, portanto, começa, de fato, a construção do processo.

A Refinaria Abreu e Lima, a RNEST, começou a ser construída em 2007, portanto há 7 anos e não há 11 anos. Ela começa a ser construída em 2007, a terraplanagem começa em 2007. Sete anos para construir uma refinaria de 230 mil barris por dia não é dos mais rápidos períodos, sem dúvida nenhuma, mas também não é uma coisa completamente fora da curva, como disse o nobre Deputado Sandro Mabel aqui. É mais ou menos a faixa esperada: sete anos para se construir uma refinaria.

Foi discutido isso na diretoria da Petrobras. Nós vivemos um crescimento enorme do investimento. Nós tínhamos... Em 2004/2005, nós tínhamos um medo de apagão do refino, porque não houve investimentos no Brasil por mais de dez anos. No Governo do Partido do nobre Deputado, a Petrobras quase não investiu em refino. Por quê? Estava até correto em não investir, porque o mercado não crescia. Estava buscando o refino no exterior. Então, essa é a realidade. Então, quando nós começamos a perceber que o mercado começava a crescer... Vou dar a vocês um número: o mercado de gasolina no Brasil cresceu na faixa de 3% a 5%, de 1998 a 2008; de 2009 a 2013, cresce 65%. Essa é a diferença. Portanto, nós tínhamos de acelerar os refinos, assim como tínhamos de acelerar o pré-sal.

Permita-me, Presidente, terminar só essa questão do pré-sal. Para viabilizar petróleo é preciso de sondas. O mundo não tinha capacidade de produzir sondas suficientes para desenvolver a produção do pré-sal brasileiro. Para produzir petróleo, é preciso de sonda. Sonda faz o quê? Perfura poços no mar. Sondas complexas, sondas para 2 mil metros de lâmina d'água, sondas que não existiam no mundo. Então, nós precisávamos crescer a capacidade de produção de sondas no Brasil. Precisávamos construir estaleiros no Brasil, e esses estaleiros precisavam contratar. A Sete Brasil é exatamente uma estrutura para contratar os estaleiros para construir as sondas para o Brasil. Isso viabilizou a contratação da construção das 28 sondas, que são indispensáveis para o crescimento do pré-sal brasileiro.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Agora o tempo de Líder. Eu gostaria de usar os cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – V. Ex^a tem cinco minutos.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Primeiro...

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Sr. Presidente, um esclarecimento.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Estou com a palavra.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Eu quero um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Estou com a palavra, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Não tem esclarecimento, Sr. Presidente.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Tem esclarecimento, sim!

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Só um minutinho, só um minutinho.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Na marra, no trator, aqui não vai não! Não vai não!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não entendi! Passa na frente dos outros...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Estou com a palavra, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sinceramente, eu não consigo entender.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Para esclarecimento, por favor.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Estou usando o tempo de Líder, Senador.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – O meu pedido de esclarecimento, Presidente, está diretamente relacionado à fala que eu fiz anteriormente. O Deputado Imbassahy fez uma escolha.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Qual o artigo?

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Fez uma escolha, de acordo com as regras aprovadas na última reunião presidida...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Com todo o respeito à Deputada...

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Aqui não tem artigo não, aqui tem um acordo que foi feito dentro desta CPMI: quem fosse inquirir faria a escolha, se faria as perguntas por pingue-pongue ou usaria cinco minutos para que a pessoa que estivesse depoendo respondesse nos outros cinco minutos.

O Deputado Imbassahy gastou 11 minutos só nas perguntas e agora vai falar mais cinco, como Líder?!

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Exatamente.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Esse é um critério que não está...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Matéria vencida!

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – ... de acordo com o que nós combinamos...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Matéria vencida, Presidente!

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – ... e é um critério que eu, particularmente, não vou aceitar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu agradeço a contribuição. Realmente, dei três minutos a mais para nosso depoente poder esclarecer, então, agora, vou cumprir exatamente o Regimento.

V. Ex^a tem cinco minutos.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Registro aqui os meus protestos de que aqui está havendo tratamento diferenciado!

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – De forma alguma.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – O Sr. Imbassahy usou 11 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito bem.

V. Ex^a tem cinco minutos.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Vou utilizar agora os cinco minutos, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Por favor.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Agradeço a V. Ex^a, que está observando rigorosamente o Regimento.

Primeiro, quando V. S^a, Dr. Sérgio Gabrielli, falou que não houve nenhum contrato com a Petrobras e a PDVSA, devo dizer que isso foi uma grande surpresa para a sociedade brasileira, porque o Brasil assistiu, inúmeras vezes, ao ex-Presidente Lula – V. S^a inclusive – sempre falando que havia uma negociação, que havia um contrato, passando com muita clareza, clareza meridiana, o compromisso da PDVSA com a Petrobras para a construção da Refinaria Abreu e Lima.

Devo dizer aqui, com todas as letras: V. S^a e o ex-Presidente Lula, naquele momento, enganaram a sociedade brasileira. A população foi induzida a um grave equívoco.

Segundo, quando V. S^a falou das relações com o ex-Diretor Paulo Roberto, preso hoje pela Polícia Federal, afirmou V. S^a que era normal conversar com a Ministra e também com o Presidente da República para tratar de assunto de construção e exploração. Então, V. S^a não me respondeu, e faço novamente a indagação sobre se é normal... Não tenho a menor dúvida de que V. S^a, como ex-Presidente da Petrobras, conversou com a então Ministra de Minas e Energia, depois da Casa Civil e atual Presidente da República, sobre Pasadena e sobre Abreu e Lima. V. S^a não me respondeu, mas não tenho a menor dúvida de que, pela autoridade que V. S^a tinha, e até pela obrigação que V. S^a tinha de advertir a Ministra de Minas e Energia e Presidente Dilma de que havia um sobrepreço, um orçamento estourado na Refinaria Abreu e Lima... Portanto, faço essa constatação.

E mais ainda: não foi dito aqui que esse assunto foi também tratado em reunião do Conselho de Administração da Petrobras. Eu perguntei a V. S^a como foi o comportamento da então Presidente do Conselho, Presidente Dilma, nessa questão da Refinaria Abreu e Lima. V. S^a não respondeu. Talvez estivesse aí, na sua anotação, e tenha passado sem perceber, mas V. S^a não respondeu. Eu queria saber o que aconteceu nessas conversas que V. S^a teve com a Presidente Dilma e com o ex-Presidente Lula.

Aliás, V. S^a até se reunia também com o hoje preso na Papuda, o ex-Ministro José Dirceu, para tratar de assuntos, não sei se de Petrobras, mas se reunia para fazer conversações com o ex-Ministro José Dirceu.

Por fim, quero colocar aqui a questão da Sete Brasil. V. S^a foi muito simplório até, muito simplista, tentando aqui ensinar que sonda perfura. Bobageira. Claro que todos sabem que sonda é para perfurar e procurar o que deve ser procurado. Agora, admitir contratos no valor de US\$82 bilhões, como disse aqui, nesta Casa, o Diretor de Exploração e Produção da Petrobras, como disse aqui o Sr. José Miranda Formigli Filho, afirmando que foram US\$82 bilhões... Contratam-se, Deputados e Senadores, US\$82 bilhões dessa maneira? É uma coisa inacreditável!

A população brasileira está indignada com tudo o que aconteceu com a Petrobras. V. S^a deveria estar envergonhado por tudo o que aconteceu. V. S^a não poderia estar sentado com esse semblante aparentando tranquilidade, porque sabe as consequências que acontecerão, por uma gestão temerária que o Governo do PT fez na maior empresa estatal do Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Então, quero consignar esse nosso protesto, essa nossa indignação, e solicitar, mais uma vez, ao Presidente Gim Argello, que preside esta reunião, e ao Relator, que constatem em Ata aquela expressão que o ex-Presidente da Petrobras usou aqui “espetáculo”. Quero que isso seja constado em Ata, porque aqui ninguém está fazendo “espetáculo” nenhum, aqui se está procurando proteger a empresa Petrobras dessas garras amaldiçoadas que danificaram, que trouxeram graves prejuízos para a so-

ciedade brasileira. É esse o nosso protesto e essa é a principal meta desta CPMI: proteger, preservar e salvar a principal estatal brasileira, a Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu agradeço ao Líder Antonio Imbassahy e passo a palavra ao Líder Afonso Florence. V. Ex^a tem cinco minutos.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, ex-Presidente Gabrielli, e todos que nos acompanham pelos instrumentos de mídia do Congresso Nacional, o que nós estamos vendo aqui tem três dinâmicas – vou repetir o que disse à Presidente Graça Foster –, um é a dinâmica política eleitoral. É óbvio que esta CPMI está num contexto político eleitoral. Dois, que temos o tema Pasadena. E três, que tem a disputa global do mercado de petróleo e gás em curso.

Não é à toa que o PSDB, o partido do Líder que me antecedeu, tentou privatizar a Petrobras. Não é à toa que eles fazem uma leitura enviesada de todos os números.

Todo mundo sabe o que foi a conquista do petróleo, da nacionalização do petróleo, desde a luta do Presidente Getúlio Vargas, do povo brasileiro. Todo mundo sabe que foi a disputa em torno dos modelos de concessão de partilha do pré-sal na política brasileira, por causa dos interesses globais que também têm expressão política no Brasil.

No que diz respeito à disputa de mercado mundial, a Petrobras fez uma escolha em um determinado momento de planejamento estratégico e de expansão da sua intervenção no plano internacional. E se o discurso do Líder do PSDB vai às últimas consequências, nós temos que retroagir na investigação. Nós temos que entender como aconteceu o encontro de ativos com a REPSOL. Se nós queremos investigar se houve lançamento de plataformas sem as condições de segurança necessárias, nós temos que investigar a P-36. Ambas foram no Governo do PSDB, e o PSDB não aceita retroagir em relação à essas investigações.

Presidente, eu quero garantir a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Desconte meu tempo, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Vou descontar seu tempo. (*Risos.*)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – O que o Relator, Deputado Marco Maia, fez, e foi politicamente interpretado como postergação, foi um conjunto de perguntas à Presidente Graça Foster com acuidade, profundidade, com independência e isenção, como o Presidente Lula e a Presidente Dilma têm levado todas as investigações.

Nós não tivemos engavetador geral da República. Quem teve engavetador geral da República foi o PSDB. Nós demos liberdade à Polícia Federal, ao Ministério Público. Nós construímos a Controladoria-Geral da República. Nós vamos investigar aqui na CPMI da Petrobras. Nós não nos ausentamos. Nós não estamos sendo...

Presidente!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Está falando que tem roubo. Está...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Quero que desconte o meu tempo, Presidente.

Então, Presidente, se o PSDB vai continuar a cada hora a procurar o tema eleitoral... Uma hora é a inflação, que fica dentro do regime milimétrico; outra hora é superávit fiscal. O superávit fiscal é atingido. Eles nunca falam que no Brasil está subindo a média, o rendimento médio do trabalhador, da trabalhadora; está melhorando a vida do povo.

Batemos todos os recordes de índices de emprego, de empregabilidade. Nós estamos garantindo a melhoria da qualidade de vida do povo, e o PSDB está procurando tema eleitoral e está tentando fazer da investigação de Pasadena, aqui, na CPMI, jogo de cena – não encontra nada –, para fazer disputa eleitoral.

Presidente Gabrielli, parabéns!

Quero fazer uma pergunta ao senhor e, se quiser responder no meu tempo de Líder, fique à vontade.

Foi dito aqui que a sua gestão foi temerária. A sua gestão foi temerária, como foi a evolução de ativos, os investimentos. Qual é o balanço da gestão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Sr. Presidente, o Deputado Izalci me interrompe sistematicamente, desrespeitando meu direito de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Por favor, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Quero que desconte meu tempo novamente, viu Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Já dei mais um minuto a V. Ex^a.

Por gentileza.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Sr. Gabrielli, a sua gestão foi temerária? Qual é a evolução do patrimônio da Petrobras, dos investimentos da Petrobras? Qual é o balanço que pode ser feito durante a sua gestão? Há diferença na orientação dos investimentos externos, da sua gestão, para a gestão da Presidenta Graça Foster? Há uma alteração profunda na estratégia internacional da Petrobras, do período da década de 1990 para o período do governo do Presidente Lula?

Queremos investigar a Petrobras e passar isso a limpo, para que ela continue a ser a empresa bem sucedida do povo brasileiro. Devemos retroagir a investigação à Repsol e à P-36?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Agradeço a V. Ex^a, que tinha mais 56 segundos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Porque não cabe pergunta na condição de Líder.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Foi dado, mas eu também não vou levar “a ferro e a fogo” pergunta do Gabrielli, porque ele só fez algumas citações.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Queria dar alguns dados importantes.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – O senhor vai fazer isso em dois minutos, por favor.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O valor de mercado da Petrobras, em 2002, era de US\$2 bilhões. Em 1998, era de 9 bilhões; passou a 26 bilhões; chegou a US\$237 bilhões em 2010. Hoje, vale US\$93 bilhões.

Quando chegamos à Petrobras, a empresa produzia 1,5 milhões de barris por dia; hoje, produz dois milhões de barris por dia. A Petrobras investia em torno de US\$5 bilhões por ano; hoje, investe US\$45 bilhões por ano.

A Petrobras teve, dos dez maiores lucros da sua história, quatro na minha gestão. A Petrobras passa, de 31 mil empregados, para 85 mil empregados. Hoje, mais de 50% dos empregados têm menos de dez anos de companhia. A Petrobras duplica a capacidade de investimento com o Cenpes. A Petrobras aumenta as relações com as universidades.

Portanto, se isso é gestão temerária, não acho que seja isso que os números dizem.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado. Agradeço a todos. Gostaria de passar a palavra ao Líder e próximo inscrito, Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, estou falando na condição de Líder, ou posso fazer as perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – V. Ex^a pode fazer as perguntas primeiro.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Então, vou fazer, primeiro, as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Qual o estilo de pergunta que V. Ex^a vai fazer? Cinco minutos direto?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Faço cinco minutos de perguntas; depois, ele responde...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Está muito bem, então.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, no espírito que o PMDB detém, nesta CPI, que é o de tentar colaborar com as investigações, a título de se obter o esclarecimento daquilo que é melhor para o País, sem politizar qualquer nível de processo, vou colocar uma sequência de indagações, Dr. Gabrielli.

Cumprimento a todos, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, e agradeço a colaboração de V. S^a.

Em primeiro lugar, queria saber como é o Conselho Diretor da Petrobras. O que ele decide? V. S^a teria, naquele momento, segundo os estatutos, 50% dos votos, ou seja, V. S^a e mais um diretor decidiria, ou, sem a sua participação, o Conselho Diretor não podia decidir nada? Queria a confirmação disso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – ...da Petrobras.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Diretoria Executiva?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Executiva. É. Segundo, se essa operação colocada, de Pasadena, foi apreciada pelo Conselho Diretor e em que condições foi apreciada pelo Conselho Diretor? Qual foi o seu

voto? O Conselho Diretor teve exposições dos subordinados da diretoria que propôs, ou da própria diretoria, colocando as condições da opção da *Put Options* e da cláusula *Marlim*?

Em segundo lugar, queria indagar se V. S^a, no Conselho de Administração, defendeu a posição da compra da refinaria de Pasadena? Se, efetivamente, como V. S^a representava o Conselho Diretor no Conselho de Administração, cabia a V. S^a defender ou não a operação dentro do Conselho de Administração, inclusive com os detalhamentos que poderiam levar os demais conselheiros a se pronunciarem.

Terceiro, falou-se, aqui, de *trading*; que houve um pagamento de *trading* no valor de 341 milhões e eu ouvi a resposta de V. S^a que a *trading* é uma *expertise* de comercialização de compra e venda de mercado internacional. Não conheço *trading* no mundo que tenha *expertise* que vale 341 milhões. O que foi falado aqui anteriormente era que havia estoques. Que tipo de estoques havia? Quem avaliou os estoques? Quem fez avaliação da *trading* e se isso foi levado a conhecimento? Porque me parece mais que foi um disfarce fiscal para o pagamento da compra da refinaria. Isso o que a gente já leu em alguns detalhamentos de notas de jornal. Queria que V. S^a falasse sobre isso, confirmasse ou negasse essa posição.

Quarto ponto. A Presidente Graça Foster, aqui na sua oitiva, colocou que o valor foi pago a maior pela Petrobras na compra da refinaria porque a Astra teria investido US\$360 milhões. A diferença entre o tempo que a Astra comprou e revendeu para a Petrobras não dava tempo para gastar US\$360 milhões; nem se quisesse não daria tempo. Então, eu queria que V. S^a detalhasse que tipo de investimento foi feito pela Astra, que agregou valor à Refinaria de Pasadena que permitisse que se gastassem US\$360 milhões nesse tempo todo que foi colocado, ou melhor, mínimo que foi colocado com relação a essa situação.

Queria também que V. S^a falasse, na medida do possível, que as situações de cláusulas como estas de Put Option e Marlim eram comuns em outros empreendimentos da Petrobras? E se V. S^a, em outras decisões, participou disso. E se, levadas ao Conselho de Administração, elas foram também levadas ao Conselho de Administração ou não foram levadas, igual a Refinaria de Pasadena?

Queria também aproveitar e tentar colocar... Falou-se aqui da Refinaria Abreu e Lima e V. S^a falou que tinham portais, etapas que são utilizadas para decisão do processo. Que etapa a contratação, efetivamente, que implica dispêndio da contratação da refinaria foi levada ao conselho, e que dispêndio o conselho aprovou para essa refinaria?

Queria também aproveitar, já que se fala muito em Abreu e Lima, mas temos, no meu Estado, um problema tão grande ou maior do que a Abreu e Lima, de impacto no nosso Estado, que é o Comperj. O Comperj está atrasado, tem os custos altamente aviltados e sem prazo efetivo de entrada em vigor.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Eu queria saber qual o volume que foi aprovado no Comperj e se no Comperj também houve erros de conta tão grosseiros como teve com relação à Abreu e Lima. Se aquilo que aconteceu, equipamentos parados há dois anos armazenados na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, porque não podem ser transportados, porque a estrada não pôde ser construída, equipamentos que chegaram da Itália há mais de dois anos parados lá, são equipamentos de US\$2 bilhões, e a refinaria não pode continuar o seu trabalho, basta sobrevoar ali para ver que aquela refinaria está parada, o que V. S^a tem a dizer com relação às aprovações do Comperj?

Por último, para encerrar essa parte da oitiva. Houve uma contratação de uma plataforma por licitação internacional. Essa plataforma foi contratada e houve uma licitação. Depois, uma plataforma exatamente semelhante, entregaram, sem licitação, para a Schahin por um valor maior do que foi pago no processo de licitação. V. S^a tem conhecimento desse assunto?

Dentro do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Quero agradecer a V. Ex^a por ficar rigorosamente dentro do tempo.

Muito obrigado, Líder Eduardo Cunha.

Ex-Presidente, Gabrielli, V. S^a tem cinco minutos.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Bom, a primeira questão. A Diretoria Executiva da Petrobras é uma diretoria colegiada. Então eu não tenho porque ter 50% ...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Não há quórum qualificado da sua decisão?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não há quórum qualificado da minha decisão.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – É quórum individual? Cada um vota individualmente?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu tenho voto de minerva.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – O senhor tem voto de minerva.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Voto de minerva. Não tem quórum qualificado em minha decisão. Portanto... Geralmente, as decisões são conseguidas por consenso, mas é uma decisão. A diretoria se reúne – na minha época, a reunião era uma vez por semana –, atualmente, duas vezes por semana. Aprovam em torno de 40 a 50 projetos, temas por semana, portanto, aprovam 1.500 a 1.600 assuntos por ano. Isso é o que a diretoria da Petrobras trabalha. As reuniões são de oito, nove horas toda semana.

A Put Option e a Marlim foram discutidas na diretoria? Não, não foram discutidas na diretoria num primeiro momento. Foram discutidas num segundo momento, quando se começou a discutir o detalhamento da execução dos planos de investimento. Então, foram várias reuniões que nós tivemos, na diretoria, discutindo...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – A que motivou a aprovação que foi ao conselho de administração.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não. O conselho de administração foi em dois momentos: primeiro momento é o momento da aquisição de 50%. No momento da aquisição dos 50%, Put e Marlim não eram relevantes, porque eram essencialmente a entrada em metade da refinaria... A discussão era se deviam ou não entrar numa refinaria nos Estados Unidos...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Mas isso foi levado à Diretoria? A Put e a Marlim?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não, não foi levado.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – A diretoria não tinha conhecimento...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – A diretoria colegiada, não. Mas foi discutido no âmbito da diretoria internacional e, portanto, no âmbito também do jurídico. Isso existia no âmbito interno da Petrobras.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Mas V. S^a tinha conhecimento?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não. Do Put, sim.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Do Put e da Marlim?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Do Put, sim; da Marlim, não.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Quando aprovou na diretoria, V. S^a tinha conhecimento do Put e não de Marlim?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – E não de Marlim.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Quando V. S^a foi ao conselho, não sabia do Marlim...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Do Marlim, não.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – ... e sabia de Put?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Sabia do Put.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Put foi levado ao conselho para explicar...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não, não foi levada ao conselho, mas era um processo normal o Put.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Então a omissão do Marlim é de responsabilidade da diretoria internacional?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Olha, eu acho que é. Foi uma opção da diretoria internacional não fazer...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Foi uma omissão da informação?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exatamente.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Houve uma omissão?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – É. Uma opção da diretoria internacional.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – E a omissão, ao conselho, do Put é de responsabilidade da diretoria como um todo. É isso?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – É... Porque o Put era uma operação comum nos contratos, em uma parte, 50% e 50%. O Put é comum.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Não. Eu sei. Mas é que...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O Put é um direito de saída.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Eu estou querendo só... Eu sei o que é Put. Eu só quero saber efetivamente o que foi levado ou não ao conselho, para deixar isso claro. Não foi levado o Put ao conselho?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu só queria dizer que tenho cinco minutos. Eu queria responder a todas as perguntas.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Eu estou querendo esclarecer porque facilita as outras perguntas. Não estou... A Put não foi levada por V. S^a ao conselho?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não. Não.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Houve uma omissão do conselho diretor da informação ao conselho. É isso?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – É. Evidentemente que o processo existe. Ele está registrado. Então, ele é possível de ser resgatado. É possível ir, investigar e saber como está... Ele é... É *traceable*. É possível buscar de volta o que está ali. É rastreável.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Isso eu não tenho dúvida. Só quero saber o que o conselho tinha de informação e o que a diretoria tinha de informação.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Bom, a operação, o senhor disse que o *trading*... O senhor não conhece empresas que tenham 340 milhões.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – A não ser que tenha estoque.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O senhor conhece a Glencore, o senhor conhece a Trafigura...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Tem estoque e tem ativo.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O senhor conhece a Valero.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Tem estoque e tem ativo.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – É claro que tem ativo e tem histórico.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Tem ativo, tem logística, tem...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – É o que é a Astra. É o que é a Astra. Ela tem isso. Exatamente. É no mesmo nível da Trafigura, é no mesmo nível da Glencore, é no mesmo nível da Valero, é no mesmo nível da Dreyfus, para falar em outro tipo de mercado, é no mesmo nível das grandes *traders* do mundo.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Quem avaliou?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Vários. Foi avaliado pela Muse Stancil, foi avaliado pelo Citigroup, foi avaliado pelo...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Detinha estoque ou não detinha estoque?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Claro que tinha estoque. Você não faz operação de *trading* sem ter estoque.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – E houve uma avaliação de estoque?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Que precisa do estoque? Não. Foi feita uma avaliação do negócio como um todo.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Mas o detalhamento do que existia de estoque faz parte...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Isso é posterior à aquisição. Você faz uma avaliação geral e faz o *closing*, o ajuste do estoque. Isso é assim normal numa operação desse tipo. Você não faz a avaliação de estoque prévia. E o senhor sabe disso.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Se eu vou comprar alguma coisa, eu faço a contagem do estoque.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não... Claro. Mas operação de *trading* é assim: você vê os contratos que existem, vê os estoques existentes, vê o tipo de operação que tem, vê a *network*, a rede de compra que você exige, como é que está a sua rede de acesso aos mercados. É assim que se faz a avaliação de *traders*.

“Em que etapa foi levada a Abreu e Lima ao conselho?” Foi levada para entrar na fase de projeto de investimento no refino, como fase um, como tem que entrar – para entrar no projeto, no plano de negócios, é na fase um –, mas a fase de contratação ocorre na fase três. Como nós tínhamos que fazer um processo rápido em função do crescimento do mercado interno, nós optamos, a Petrobras optou, em alguns casos, em circunstâncias especiais, por fazer na fase dois, entre a fase dois e a fase três, o início e processo licitatório de equipamentos de longa duração para entrega e que tivesse possibilidade de utilização em mais de um projeto da companhia. Isso foi feito entre a fase dois e a fase três.

A Plataforma Schahin... não sei a que o senhor está se referindo, não posso responder.

O Comperj. “O Comperj está atrasado?” Está. “Houve alguma alteração na concepção do Comperj?” Ocorreu alteração na operação do Comperj. Eu não tenho aqui o número exato e qual o valor do Comperj neste momento. Estou há dois anos e meio fora da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco União e Força/PR – MT) – Agradecendo a participação do deputado, quero passar...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Quero falar como Líder, agora; no tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco União e Força/PR – MT) – No tempo de Líder, o Deputado Eduardo Cunha. Cinco minutos.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Depoente aqui presente, em primeiro lugar, quero deixar claro aqui qual é a posição que o PMDB tem e vai adotar dentro desta Comissão.

Nós não temos, e não faremos, nenhum tipo de politização seja de um lado ou seja de qualquer outro lado. Nós estamos aqui para buscar, através do estudo, do aprimoramento dos nossos membros, os detalhamentos daquilo que efetivamente ocorreu e podermos contestar ou até elogiarmos aquilo que entendemos que for errado ou correto. Nós precisamos aqui ter uma linha, porque isto aqui é uma CPMI e tem que ter uma

tecnicidade para que a gente possa chegar a conclusões de que coisas foram mal feitas ou coisas não foram bem feitas, ou que coisas foram bem feitas e não foram mal feitas.

Então, não temos nenhum juízo de valor antecipado, mas nós gostaríamos de ter respostas sobre os vários pontos, porque nós assinamos a implementação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Queremos que a sociedade saiba aquilo que efetivamente ocorreu. Não estamos aqui para fazer nenhum tipo de operação de blindagem nem de ataque e nós queremos efetivamente que esses detalhamentos sejam conhecidos de todos. Daí a razão da linha de perguntas.

Acho que essa forma que está sendo adotada aqui acaba impedindo que a gente possa até dar oportunidade de o depoente esclarecer, porque haveria formas melhores, que se esgotassem aqueles que quisessem efetivamente saber conhecimento de detalhes e pudesse interagir sem a limitação do tempo. Isso talvez poupassem perguntas que outros fariam. Aqueles que querem esclarecer os fatos querem as respostas. Para nós, é muito melhor que a resposta possa ser dada com a colocação ou com a dúvida colocada do que efetivamente uma omissão, porque as omissões amanhã serão levantadas e essas omissões vão ensejar novos depoimentos, e isso não nos interessa. A nós interessa o esclarecimento. Não interessa ter o controle de tempo de uma pergunta achando que isso vai impedir que o fato se sobressaia.

A gente quer que todos possam ter a condição, desde que não seja efetivamente a política, mas a busca do esclarecimento do fato, nós não temos nenhum obstáculo que o tempo seja superado, Sr. Presidente, por qualquer dos membros desta Comissão. Que sejam perguntas com respostas. Que o depoente possa ter toda tranquilidade para detalhar a resposta. Afinal, ele está depondo aqui também sob juramento, sob responsabilidade inclusive penal das suas assertivas, para que ele possa efetivamente ter todo o cuidado de responder aquilo que amanhã não possa levá-lo a responder por falso testemunho. Então, o que nós queremos aqui é o esclarecimento do fato. Não queremos emparedar ninguém. Não queremos efetivamente culpar ninguém antecipadamente, mas sim o esclarecimento do fato.

Eu confesso, Dr. Gabrielli, que acho essa operação de Pasadena uma operação extremamente estranha. Uma operação malfeita, uma operação malgerida e com informações que... V. S^a, por exemplo, não respondeu como a Astra conseguiu gastar US\$360 milhões em tão pouco tempo. Depois, entra uma passagem de uma e outra. Por exemplo, nós tínhamos que saber quem assina os contratos e por delegação de quem ele foi... Porque é importante até mesmo para a gente corroborar as versões que foram apresentadas oficiais de que aquilo que foi no processo de decisão do Conselho de Administração o foi dentro daquilo que foi colocado, sem as informações que possam ser dadas.

Mas, por outro lado, o fato de que quem decidiu no Conselho não ter tido a informação não vai elidir a empresa de não ser responsabilizada, ela, na sua gestão indevida por essa compra errada. Eu não acredito, com toda a sinceridade – e eu conheço um pouquinho de mercado internacional – que a Astra não tem nome de *green co.*, de outra figura, de qualquer *trading* desse nível, para ter uma avaliação que equivale a isso que foi pago pela Petrobras. Nem vi a Petrobras, até hoje, se tornar um *trading* internacional. Isso só na época que tinha a Interbras existente a muitos anos atrás, a ponto de que precisasse uma empresa dessa fazê-lo. A Petrobras, por si só, tem nome suficiente para esse tipo de comercialização.

Então, eu diria o seguinte: há muitas coisas que têm que ser esclarecidas. O que nós gostaríamos é o esclarecimento de fato sem qualquer tipo de politização, de auxiliar o Relator, auxiliar até os depoentes para que eles possam esclarecer, para que depois, ao fim, a Comissão possa chegar à sua conclusão, livre de qualquer tipo de pressão. Esse é o objetivo de todos nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco União e Força/PR – MT) – Próximo orador inscrito é o Senador Humberto Costa.

Eu indago ao Senador Humberto Costa se ele quer usar os dez minutos, com as respostas do depoente dentro dos dez minutos, ou prefere dividir em cinco minutos e cinco minutos para resposta do depoente?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Cinco e cinco.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco União e Força/PR – MT) – Cinco e cinco. Então vou...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Quero dizer também que vou usar o meu tempo de Líder, apesar de discordar frontalmente dessa forma com que está sendo encaminhado, até por uma razão seguinte: ainda que houvesse esse entendimento, não se poderia fazer dessa maneira; no máximo, uma alternância com as pessoas que estão inscritas. Entendo, quero insistir para que a Mesa dê uma resposta, na semana que vem, a esse procedimento, porque acho que está equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco União e Força/PR – MT) – É a regra do Regimento, Senador.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Quero, primeiro, colocar ao ex-Presidente Gabrielli que V. Ex^a deve estar vindo, aqui, a este Congresso Nacional, pela quarta ou quinta vez, para tratar desse tema, responder às mesmas perguntas e deixar absolutamente claro, não só pela exposição, mas pelas respostas de V. Ex^a, que todas as questões aqui levantadas foram tratadas pela diretoria da Petrobras e por V. S^a, na condição de Presidente, da maneira mais adequada possível. Todos os questionamentos encontram respostas. Vejo que é necessário forçar muito a barra para tentar classificar a gestão de V. S^a como gestão temerária, obrigando até algumas colocações que beiram, e não sei nem como classificar e não vou usar adjetivo, não... Mas o Presidente da Petrobras bater forte com o Diretor de Abastecimento, com o Presidente da República, com o Ministro de Minas e Energia ou com o Chefe da Casa Civil, se não tiver nenhuma foto, é porque o Governo não presta, é porque não se reúne para discutir temas tão relevantes de uma empresa tão relevante. Então, certas coisas beiram um primarismo que, sinceramente, não cabe em uma CPI que tem o objetivo de investigar com seriedade.

A segunda coisa que vejo é que V. S^a, da mesma forma que a Presidente Graça Foster, colocou essa operação de Pasadena dentro de uma operação de mercado, que está sujeita a uma série de oscilações: em um determinado momento, é um negócio que tem rentabilidade que faz a recuperação de investimento que foi feito; em outro momento, as condições de mercado mudam e aquilo já passa a não ter a mesma rentabilidade. Isso aconteceu com a Petrobras, como aconteceu com a Vale do Rio Doce, como aconteceu com outras empresas que foram submetidas a oscilações de mercado.

Hoje, as informações que temos é que a Refinaria de Pasadena gera uma rentabilidade, gera um lucro que está, em média, na faixa de US\$50 milhões, US\$55 milhões, a cada dois meses. Pergunto a V. Ex^a se esse dado é real. Fazendo-se todas as contas para computar o que foi colocado ou contabilizado como prejuízo, isso é real? A continuar esse desempenho que a refinaria tem, em quanto tempo V. S^a entende que haveria uma recuperação do investimento que foi feito, inclusive do processo de aquisição definitiva da refinaria por intermédio dessa definição de uma arbitragem que ocorreu nos Estados Unidos?

Outro ponto eu pergunto a V. Sr^a. Esse tipo de operação não é uma coisa nova dentro da Petrobras. Existem outras operações em nível internacional que foram realizadas. Pergunto especificamente a V. S^a a que trata da troca de ativos da Petrobras com a Repsol, porque não sei se esta CPI vai investigar ou não. Na CPI do Senado, vamos investigar. Vamos fazer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – V. Ex^a deixe que eu fale aqui. Não estou lhe dando aparte.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Então, quero dizer que, lá, nós vamos investigar. Então, quero pedir a opinião de V. S^a sobre essa troca de ativos que houve com a companhia Repsol. Fala-se de um prejuízo de US\$2,5 bilhões. Não sei se isso é real ou não. Gostaria de ouvir de V. S^a respostas a essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco União e Força/PR – MT) – V. Ex^a tem cinco minutos.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Agradeço ao Exmo. Senador Humberto Costa.

Eu realmente vim aqui várias vezes por isso e acho que é muito importante o destaque que V. Ex^a faz sobre o mercado. Eu vou usar essa questão do mercado para discutir um pouco a troca de ativos da Repsol.

A Petrobras entrou na Argentina em 97/98, por aí, no final da década de 90. Nessa entrada, ela fez duas grandes operações: uma foi a troca de ativos com a Repsol e a outra foi a compra de uma empresa privada chamada Pecom, Pérez Companc. Essa operação da Petrobras na Argentina foi feita em 98/99, quando a Argentina apresentava um enorme potencial de crescimento. No mesmo momento em que a EPF é privatizada, a Repsol compra a EPF, que era a Petrobras argentina. Portanto, naquele momento, no final da década de 90, pensava-se que a Argentina iria ser um grande centro de expansão da indústria de petróleo no mundo.

A Petrobras oferece 10% do Campo de Albacora Leste, a Petrobras oferece 30% da Refinaria Alberto Pasqualini, do Rio Grande do Sul, em troca de entrar com a rede de distribuição na Argentina e com a participação na Refinaria de Bahía Blanca, que é uma refinaria que tem um investimento alocado lá, hoje, de quase US\$1,5 bilhão, e não se sabe o que se vai fazer com aquilo, porque o mercado argentino mudou, porque o mercado argentino não se alterou. Já em 2001 e 2002, o mercado argentino desabou. Consequentemente, a troca de ativos é um problema.

Qual é o valor do ativo? O valor do momento em que foi feita a operação? É o do momento posterior?

O caso da refinaria argentina de Bahía Blanca e a troca de ativos com a Repsol é um exemplo típico de situações em que o mercado muda e, portanto, provoca alterações na avaliação dos ativos, coisa que aconte-

ceu também com Pasadena. Em 2012 e 2013, quando é feito o cálculo *impairment*, existia uma situação que é outra em 2014. Portanto, nós temos alterações desse mercado.

Pasadena, segundo a informação da Presidente Graça – eu não estou na Petrobras há dois anos e meio e, portanto, não tenho dados internos da Petrobras... Segundo a Presidente Graça, nesta CPI ou na CPI do Senado, Pasadena deu um lucro de US\$61 milhões no primeiro trimestre de 2014. Se ela dá um lucro de US\$61 milhões em três meses, em dois anos ou dois anos e meio, ela cobre o prejuízo de US\$530 milhões e acaba com o prejuízo dos US\$530 milhões que já estão lançados em 2013.

Acho que a discussão sobre a gestão da Petrobras precisa ser qualificada um pouco mais amplamente do que a discussão que nós estamos tendo neste momento. É preciso olhar quantas unidades de produção a Petrobras está montando no mundo. Hoje, no mundo, existem 96 FPSOs para mais 300 metros de lâmina d'água. FPSO é a unidade de produção. A Petrobras está com produção ou construindo 50 das 96. A Petrobras tem mais da metade das sondas de perfuração do mundo, na Petrobras, com mais de 3 mil metros de lâmina d'água. A Petrobras tem, hoje, 25 bilhões de barris de reserva, provadas nas contas da Petrobras. Se ela vale US\$93 bilhões, US\$93 bilhões divididos por 25 bilhões de barris, nas contas da Petrobras, o valor da Petrobras equivale a menos de US\$4,00 por barril. É essa a riqueza que tem na Petrobras hoje.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Presidente, abro mão da minha fala como Líder. Pode seguir com as inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – O senhor abre mão?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Abro.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado, Líder Humberto Costa.

Neste momento, passo a palavra, então, ao Deputado Mendonça Filho.

V. Ex^a fala por cinco minutos ou dez minutos de pingue-pongue. V. Ex^a decide.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Antes de fazer a opção, Presidente, eu gostaria de indagar do depoente se porventura ele se dispõe a responder as indagações sem usar dos dez minutos, de forma mais objetiva, porque, naturalmente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Eu vou optar pelos dez minutos e vou insistir na objetividade do Sr. Sérgio Gabrielli.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Por favor, V. Ex^a tem dez minutos.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Primeiramente, quero retomar aqui um tema que é muito importante e foi motivo de várias intervenções. É justamente um documento interno do parecer jurídico da área jurídica da Petrobras, que embasou o processo de aquisição da refinaria de Pasadena no Estados Unidos. Eu gostaria de indagar ao Dr. Sérgio Gabrielli se, porventura – e ele sabe que está falando como testemunha e, portanto, tem o dever legal de afirmar a verdade – ele teve conhecimento desse parecer jurídico que falava expressamente na cláusula Put Option. Como a presidente do Conselho de Administração da Petrobras à época era a hoje Presidenta da República, Doutora Dilma Rousseff, pergunto se a Presidenta Dilma Rousseff recebeu também esse parecer jurídico quando da apreciação do processo de aquisição da refinaria de Pasadena. Sim ou não?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não, não recebeu, porque ela...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – V. S^a recebeu...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu também não recebi porque, na diretoria, recebemos um resumo das decisões, mas todos os dois, tanto no caso do sumário executivo quanto no caso da discussão da Diretoria, havia uma referência de que haveria um parecer jurídico, e o jurídico era favorável à transação. Além do parecer jurídico, foram feitos outros pareceres: foi feito parecer tributário...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Mas falo sobre o parecer jurídico. V. Ex^a desconhece esse parecer ou desconhecia à época, quando foi aprovada a compra?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O detalhe do parecer? Eu sabia que existia um parecer jurídico. É evidente que tinha que ter um parecer jurídico para a aprovação, e que o jurídico não se opunha à transação em termos de sua legalidade.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Mas incluía a cláusula Put Option, e V. Ex^a costumava aprovar operações da casa de centenas de milhões de dólares sem levar em consideração o que...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não é verdade, Deputado. Não é verdade que aprovamos sem levar em consideração o parecer jurídico. Levávamos em consideração o parecer jurídico. Não líamos o parecer jurídico, todos, porque tínhamos um processo de decisão que envolve o posicionamento final do jurídico, se é possível ou não fazer aquela transação. Portanto, o parecer jurídico é levado em consideração sempre.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Mas a Presidente Dilma disse que foi enganada, que não tinha conhecimento da cláusula Put Option, que foi uma cláusula claramente danosa aos interesses da Petrobras.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – A composição do sumário executivo que é levada ao Conselho foca no que é relevante para aquele negócio no âmbito do Conselho, no âmbito das decisões estratégicas do Conselho. Existiam inúmeras cláusulas que não estavam no sumário executivo além dessa.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Então, a cláusula Put Option estava sob conhecimento de V. Ex^a? V. Ex^a conhecia ou não quando da aprovação da operação?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – A cláusula Put Option conhecia.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – E a Presidente Dilma?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não sei se conhecia ou não. Estou dizendo que o processo, o procedimento documental, primeiro, é virtual, não é físico, não é papel, é no sistema interno da Petrobras. Segundo, ele tem uma referência no sumário executivo, de que há parecer jurídico, e o jurídico não se opõe, e, portanto, você não vai entrar na discussão do detalhe do conteúdo da análise de cada cláusula que o jurídico fez.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Mas, aí, eu não colocaria de forma tão simplista assim. A cláusula...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Mas é assim que funciona na nossa empresa.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Mas me permita falar agora, meu caro Sr. Sérgio Gabrielli.

Na verdade, é uma coisa assustadora que uma empresa como a Petrobras possa aprovar uma operação de aquisição de uma refinaria de petróleo no exterior, no primeiro ato envolvendo mais de US\$360 milhões, e que tenhamos conhecimento de que a Diretoria da Petrobras, no caso o Conselho de Administração, nem sequer tomou conhecimento de que existia uma cláusula Put Option, que obrigava a Petrobras a adquirir os outros 50% da refinaria. Bom, é o procedimento no governo do PT. Foi, pelo menos, segundo V. Ex^a

Segunda questão...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Deputado, é de antes do governo do PT.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Não, no caso da cláusula Put Option foi o que V.S^a está afirmado.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – É de antes. O sumário executivo vem de 1998.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – É o que V. S^a está afirmado.

Segunda questão: V. S^a concorda com o elogio que foi feito na ata, do desligamento do Nestor Cerveró da Diretoria Executiva da Petrobras, quando houve um elogio expresso na ata da reunião do Conselho, quando ele foi desligado e recolocado na Diretoria Financeira da BR Distribuidora, ou V. S^a acha que está correta a Presidente Dilma que, tendo em vista o que foi noticiado relativo ao escândalo de Pasadena, mandou demitir o Cerveró como o grande responsável por essa operação desastrosa?

Qual dos dois momentos V. S^a nivelaria o seu entendimento: do mais recente, da Presidente Dilma, que mandou demitir o Cerveró, ou do mais antigo, da reunião do Conselho, que elogiou o Cerveró?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O Conselho aprova a ata, portanto, é coletivo do Conselho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Mas houve um elogio ao Cerveró. O elogio ao Cerveró, à época do desligamento dele da Diretoria da Petrobras, o senhor manteria hoje? Ou não?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu acho que o negócio não foi um mau negócio na época.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Não estou perguntando se foi um mau negócio. Estou perguntando...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu estou dizendo que não foi um mau negócio. E a minha opinião é que a cláusula Put e a cláusula Marlín não mudariam a decisão do Conselho...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Não estou falando em cláusula Put Option, estou falando sobre o elogio a Cerveró. Foi feito um elogio a Cerveró, dizendo dos relevantes serviços prestados à Petrobras. Se V. S^a mantém o elogio a Cerveró ou tiraria Cerveró culpando Cerveró pelo desastre da operação de Pasadena?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exmº Deputado, o Conselho está fazendo a indicação de um diretor da BR e está tirando ele da Diretoria. Não vejo nenhum problema de fazer o elogio. Nenhum problema. Se ele prestou relevantes serviços...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Então, discorda com a demissão que foi processada tendo em vista a responsabilidade?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu não sei os motivos da demissão dele depois.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Ficaram claras na imprensa do Brasil.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Na imprensa nem sempre tudo é verdadeiro, Deputado.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Mas está claro que ele foi demitido tendo em vista o escândalo de Pasadena.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Mas eu não estava no Conselho. O senhor está me perguntando uma coisa que eu não posso responder. Eu não posso responder.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Então, V. S^a mantém o elogio da reunião do Conselho de Administração.

Uma outra pergunta, Sr. Sérgio Gabrielli, com respeito à Pasadena. Pelo que foi dito, reiteradas vezes, o motivo do desentendimento entre a Petrobras e a Astra foi o fato de que a Petrobras defendia um *revamp* para elevar o processamento da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, a 200 mil barris. Concorda ou não?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não concordo. Acho que um dos motivos. Não é o único.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Esse não foi o principal?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não. Acho que foram vários motivos. O primeiro é uma diferença de percepção...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – O segundo!

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu não posso ordenar dessa maneira, Deputado. Não é assim que funciona o mundo dos negócios.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Mas cite três motivos além do...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu vou citar os três motivos. O primeiro motivo foi a questão das condições de segurança e meio ambiente, fundamentais para uma refinaria. Você tem que tratar das condições de segurança e meio ambiente e a refinaria vinha com uma história muito ruim em relação a isso. E a Petrobras investiu na refinaria e a transformou em uma das melhores refinarias dos Estados Unidos em condições de meio ambiente e segurança do trabalho, reconhecido pelos pares agora em 2014.

O segundo motivo: o volume de investimento que era necessário para se aumentar a eficiência dos processos. Como se fazia para que as unidades que estavam instaladas funcionassem melhor.

O terceiro motivo: qual é o volume, se nós vamos ter uma rentabilidade de 10% ou vamos ter uma rentabilidade de 18% investindo sobre 200 mil ou sobre 100 mil barris.

Então, são três grandes motivos que eu estou citando agora sobre as discussões que nós tivemos, que começaram a aparecer num primeiro momento. Não é um motivo só.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – O grande motivo que foi alegado em todos os depoimentos da Sra Graça Foster, de V. S^a em outros depoimentos aqui no âmbito do Senado Federal e do próprio Cerveró foi o fato de que a Petrobras entendia necessário um *revamp*, inclusive para processar óleo pesado.

Agora, o que soa estranhíssimo é que, até hoje, esse *revamp* não foi levado a cabo, à consequência prática, nunca foi realizado. Ela continua processando óleo leve.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – É a pergunta? Por que não foi realizado? Primeiro, porque nós estávamos em processo judicial; não havia resultado do processo judicial. Segundo, porque o mercado mudou completamente e nós temos o pré-sal no Brasil. Portanto, nós temos uma situação completamente diferente do que tínhamos em 2006. Manter aquela decisão seria uma decisão equivocada, porque o mundo mudou.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Por último, como V. S^a avalia com relação à refinaria Abreu e Lima? Uma refinaria que estava orçada originalmente em US\$2,3 bilhões e que vai terminar superando a casa dos US\$18 bilhões não é um erro trivial. Não estamos aqui falando de um acréscimo de 10%, de 20%, de 30%; a gente está multiplicando por oito aquilo que foi orçado previamente pela própria Petrobras e anunciado publicamente.

Se há algo em que a Petrobras tem uma grande qualidade são seus quadros técnicos de engenheiros qualificados, profissionais extremamente valorizados no mercado de petróleo do mundo. Infelizmente, eu não posso – ou felizmente – debitar esse erro aos engenheiros da Petrobras. Acho, sinceramente, Sr. Sergio Gabrielli, que essa é uma coisa que não tem explicação. Só tem dois caminhos: ou extrema incompetência ou muito superfaturamento nas obras de contratação da Refinaria Abreu e Lima. Não tem outro caminho que possa explicar uma obra sair de US\$2,3 bilhões para US\$18,5 bilhões. É muito valor! Será a refinaria mais cara do mundo.

Eu, como pernambucano, defendi e defendo hoje o investimento da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco, mas nunca ter uma refinaria e pagar oito, como ficou claro.

O que V. S^a comenta sobre isso?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exmo. Deputado, não é correta a comparação com os US\$2 bilhões, porque US\$2 bilhões era uma visão muito preliminar do quanto custaria uma refinaria hipotética numa situação muito hipotética.

A avaliação que a Petrobras faz, um pouco mais precisa, começa em torno de US\$4 bilhões. Portanto, cai essa diferença de oito para quatro vezes. Além do mais, como eu disse, 40% da variação do valor depende do câmbio, porque você tem desembolsos em reais e, dependendo da variação do câmbio, se você teve uma apreciação do real, o valor em dólar aumenta. Portanto, você tem uma valorização em dólar que não corresponde ao desembolso em reais. Em terceiro lugar, você teve mudança de escopo, mencionada aqui, pelo tipo de refinaria que foi construída. E, em quarto lugar, o fato de estar no Estado do senhor; o fato de ser uma refinaria em Pernambuco – e tinha de estar em Pernambuco, porque o Nordeste precisava ter uma refinaria no Estado

de Pernambuco, como precisava da Refinaria Clara Camarão no Rio Grande do Norte, como precisava no Ceará, como precisava no Maranhão – tem custo maior, porque lá o porto precisa de investimento, na estrada é preciso investir, no sistema elétrica é preciso investir, o tratamento de resíduo precisa de investimento, o que não há nas outras refinarias. Então, essas são diferenças que existem. Portanto, é uma refinaria que está cara, sem dúvida nenhuma está cara, porém não é essa diferença que o senhor está mencionando.

Agora, além do mais, é preciso perceber que anteriormente nós tínhamos um problema, porque até 2003, antes de 2003, a engenharia da Petrobras estava sendo desmontada pelo governo anterior. Nós estávamos desmontando a nossa engenharia, nós desmontamos a capacidade técnica da companhia antes de o Governo chegar com a nova diretoria. Quem reconstruiu o Cenpes, quem duplicou o Cenpes, quem retomou o papel da engenharia na Petrobras, quem retomou o papel da pesquisa e desenvolvimento foi este Governo; não foi o Governo anterior, que, pelo contrário, destruiu a engenharia da Petrobras, destruiu a capacidade de investimento básico, criou uma situação completamente irresponsável sobre o desenvolvimento tecnológico da companhia. Isso é que foi mudado a partir de 2003.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Presidente, eu gostaria agora de ter os meus cinco minutos como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – V. Ex^a tem os seus cinco minutos.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Primeiro, quero contestar essa afirmação de que a Petrobras vive este momento glorioso na gestão do PT. Acho que, na história da Petrobras, nos 60 anos de história da Petrobras, ou nos mais de 60 de anos, ela nunca viveu um momento tão difícil, um momento tão crítico, um momento que se pode dizer vergonhoso para os seus funcionários, colaboradores e para a sociedade brasileira, que tem orgulho da empresa que foi construída à custa de muito esforço da população como um todo e de profissionais extremamente qualificados.

Eu acredito, sinceramente, que hoje um servidor, um trabalhador da Petrobras não se sente feliz por constatar a forma como a Petrobras está sendo abordada publicamente pela mídia nacional e internacional.

A Petrobras perdeu mais de 50% de valor de mercado nos últimos anos, dada a incompetência do Governo, que, sinceramente...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Em relação a que ano, Deputado? Perdeu em relação a que ano?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Chegou a valer mais de 400 bilhões.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – US\$237 bilhões em 2010.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Perdeu muito valor de mercado. E eu assisto, assustado, à forma como as autoridades ou ex-autoridades vêm aqui a público pronunciar-se com relação ao processo de compra da refinaria de Pasadena nos Estados Unidos, levando à opinião pública informações que não condizem com a realidade, Presidente Gabrielli – permita-me dizer. O pagamento feito pela Astra à Crown foi de US\$42 milhões. V. S^a faz aqui uma manipulação, posso dizer uma construção, que tenta justificar US\$360 milhões. Compra de estoque é compra de estoque, não é compra de refinaria. Foi pago por compra de estoque. É diferente. V. S^a leva em consideração serviços de refino pagos à Crown de US\$80 milhões. Isso é maquiagem. Isso é absoluta maquiagem!

Então, leva-se em consideração compra de estoque de US\$104 milhões, levam-se em consideração serviços de refino pagos à Crown, de US\$80 milhões, para tentar inflar o número, ou os números que balizaram o processo de aquisição da Astra junto à Crown, que, na verdade, enfiou um espeto nos cofres da Petrobras, repassando-a por mais de US\$1,25 bilhão, nas duas etapas, os primeiros 50% e os 50% finais. A Petrobras, que usou o argumento de que queria fazer um *revamp*, levar e processar óleo pesado que tem produção no Brasil, ou extração no Brasil, para os Estados Unidos, até hoje não refina óleo pesado, continuou com a refinaria. Toda a justificativa que embasou o processo de aquisição da Refinaria de Pasadena cai por terra, e aí a gente assiste hoje, infelizmente, a esse mico na mão do Governo Federal através...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – US\$61 milhões de lucro em um trimestre.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Ah, produzir lucro é muito simples, Sr. Sérgio Gabrielli. Nem sei como está esse processo de aquisição do valor do petróleo, de aquisição lá nos Estados Unidos. Se você levar em consideração o investimento feito e o prejuízo acumulado, chega à casa de quase US\$2 bilhões. Nunca essa refinaria vai retornar o capital investido ao longo do exercício da Petrobras. Isso, para qualquer estudante de Economia...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – É para tentar chegar perto à Repsol?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Está claro que foi um investimento desastroso.

(Soa a campainha.)

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Está claro que esse investimento gerou um prejuízo tremendo à Petrobras, e, infelizmente, V. S^a insiste na tecla de que foi uma bela oportunidade. A Presidente Dilma, pelo menos, teve a dignidade de vir a público condenar a operação, mesmo que parcialmente. E, depois, ficou aí uma combinação de versões entre V. S^a, a atual Presidente Graça Foster, o ex-Diretor Cerveró, o Diretor Paulo Roberto, que estava preso e voltou a estar preso; enfim, tentando construir uma versão, mas essa versão não consegue convencer o mercado financeiro, o mercado do setor de petróleo, pessoas que acompanham o mercado empresarial brasileiro, porque está claro que foi realmente um desastre tremendo imposto aos cofres da Petrobras. É lamentável, mas essa é a verdade.

O SR. IZALCI (PSDB – DF. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, sou o próximo?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Desculpe, Deputado Izalci Lucas, mas ainda não é V. Ex^a. Antes, há o Deputado Sandro Mabel, que se reinscreveu.

Deputado Sandro Mabel, V. Ex^a, na condição de titular, pode fazer uso da palavra. Mas, primeiramente, eu gostaria de saber se V. Ex^a vai falar por dez minutos, fazendo as perguntas, ou se vai fazer cinco minutos e dar cinco minutos para o ex-Presidente Sérgio Gabrielli responder. (*Pausa.*)

Dez minutos, pingue-pongue?

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Pingue-pongue, Sr. Presidente, mas, sobre esses tais dez minutos, vou falar uma coisa para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Então, V. Ex^a tem dez minutos. Muito obrigado.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Mais ou menos, não é?

Presidente, ali ficaram algumas perguntas para trás, porque o Presidente apertou muito o senhor. Ele estava com fome naquela hora, então, ele estava meio difícil.

Mas quero voltar a uma declaração que o senhor fez. O senhor disse que a Dilma deveria assumir a responsabilidade dela também. Que o senhor assumia a do senhor que errou e que ela também deveria assumir isso daí. O senhor mantém essa posição?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O que eu disse naquela época foi que os membros do conselho e membros da diretoria têm de assumir as suas responsabilidades, porque o estatuto diz isso. A diretoria tem suas responsabilidades, e o conselho tem suas responsabilidades. Não disse nada mais do que isso.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Então, ela deveria assumir a dela também. É isso?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Ou seja... Agora, eu disse que a decisão não foi errada. Portanto, a responsabilidade é a responsabilidade normal.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Não. O senhor disse, naquele momento...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – A decisão não é uma decisão errada. Eu não acho que a decisão de compra de Pasadena, em 2006, foi uma decisão errada. Foi uma decisão correta naquele momento. Hoje, ela seria outra decisão, porque hoje a realidade é outra. Esse é o problema.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Bom, Presidente, o senhor tem o direito de responder o que o senhor quiser. Na verdade, o senhor disse naquela época que o senhor achou que aquilo foi errado e que ela deveria assumir porque estava jogando para cima dos outros a culpa, e não o fez.

Eu vou dizer para o senhor, Presidente, que aí é a questão dos conselhos também. Num conselho desse, se a Presidente do conselho fosse do ramo, entendesse, ela faria a pergunta da Put Option. “Essa compra tem Put Option?” Lógico que faria, porque, se fosse do ramo, perguntaria isso, como ela perguntaria: “Nós temos algum risco disso ou daquilo? Nós temos o problema da Venezuela não...” Quer dizer, são perguntas que...

Num conselho de administração, quando há conselheiros que entendem da matéria, uma decisão dessas não passa assim, como não passa uma decisão num conselho de administração... Como é o caso da Abreu e Lima, em que se aprova – como se estava dizendo – num valor e, de repente, ela sobe no outro. Por quê? Ah, porque mudou o trem? Não. É porque não se perguntou qual era o risco que havia para tomar a decisão exata. Senão, iriam falar: “Sim, se a Venezuela parar de fornecer, ou se a Repsol... PSA não entrar na nossa sociedade, nós não teremos esse petróleo. E nós tínhamos o risco Chaves lá, não é? Era um risco sem tamanho que se deveria levar em consideração quando se fizesse um trem para refinar o petróleo de um pessoal que não tem 100% de juízo.

Então, esse ponto, Presidente, de tomada de decisão na Petrobras me preocupa. Eu vou aprofundar dentro disso daí. Eu pedi todas as atas. Espero que seja aprovado o requerimento. Eu pedi todas as atas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva que falam de Pasadena e que falam de coisas... para a gente entender o que foi conversado. Como se toma uma decisão desse tamanho? O pessoal não está falando: “Ah, Pasadena custou caro!”

Essa questão da *trading*, Presidente. Eu não acredito nesse preço da *trading*. Eu não sei dizer para o senhor. Estou achando que o preço de Pasadena está barato. Perto de Abreu e Lima, está de graça! Perto das outras

avaliações que foram passadas aqui, de coisas compradas na Bolívia, na Argentina, outras transações de outras companhias também, ela está num precinho muito bom. Agora, essa *trading* não está, Presidente.

Essa *trading* não está porque aqui nós não falamos só de... O senhor disse: "Não, essa *trading* é de compra de petróleo". Não é verdade. Aqui se diz: "Contratos comerciais e carteira de clientes". Se é compra de petróleo, é carteira de fornecedores.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Compra e venda de petróleo e derivados.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Presidente, a *trading* operava com a refinaria. É isso?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – É.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Ela operava com a refinaria. Ela foi comprada num negócio casado com a refinaria. Portanto, essa *trading* era uma distribuidora da refinaria. Foi o que a Graça explicou aqui. Inclusive, o senhor quer ver... "Os alvos tangíveis, ativos tangíveis: tancagens, terminais e dutos, escritórios de representações, contratos comerciais e carteiras de cliente. Intangíveis: potenciais clientes, *network*".

Quer dizer, o que a gente sente é que essa era uma distribuidora... Volto a dizer que duvido que ela tenha grandes dutos, porque ninguém lá nos Estados Unidos tem grandes dutos. Os dutos dos Estados Unidos são – pelo menos é o que eu li, eu estudo – que nem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Eles passam... Você paga pela passagem. É como a tarifa nossa de energia elétrica. É o transporte que se cobra dentro dos dutos lá, que é uma forma muito inteligente de fazer.

Agora, Presidente, volto a dizer que eu não tenho visto referência sobre a compra dessa *trading* e volto a dizer que, quanto a essa questão de Put Option, concordo com o senhor. Não acho que seja tão relevante, e, numa decisão no Conselho de Administração, certamente, isso só sairia se tivesse um parecer jurídico, se alguém, muito do ramo, perguntasse: "Conselheiro, Diretor Jurídico, tem Put Option nesse assunto?"

Aí, o cara iria falar: "Tem". "Em que termos?"

Pronto. Então, aí, isso se faria, mas como, talvez, aquela decisão, naquele momento, não requeresse isso, ou talvez os outros contratos da Petrobras também tenham.

Então, a pergunta é esta: nos contratos que a Petrobras tem, de outras aquisições feitas, era normal a cláusula Put Option?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – A cláusula Put Option, o senhor sabe, é muito mais frequente quando há participações equivalentes, existindo, portanto, quando se tem quase uma empresa de sociedade anônima, mas uma empresa fechada. Quando há *floating*, ou seja, você tem ações no mercado e participações pequenas, a Put Option não tem muito sentido.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Ok.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Está certo? Porque você pode sair para o mercado.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Está bem. E nas compras que a Petrobras fez?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Nas compras de Petrobras que envolvem sócios individuais, geralmente tem Put Option.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Então, a Presidente do Conselho não pode dizer que ela desconhecia, porque, se era normal, não podia desconhecer, ou, então, ela nunca viu o assunto. Era isto então: nunca viu o assunto, mas era normal ter, como o senhor está dizendo. Em outras decisões desse Conselho, já tinha essa cláusula. Talvez até em outros memoriais tenha aparecido. Ou, então, deveria informar-se que teria isso, porque, se ela era normal dentro da Petrobras – eu acho que é normal mesmo –, se você está comprando muitas vezes, você quer uma segurança ou alguma coisa parecida com isso, que foi aquilo que o Deputado Mendonça disse, que deveria ter na Refinaria Abreu Lima, que certamente, se tivesse fechado o negócio com os venezuelanos, teria essa cláusula contra os venezuelanos. É porque não se fez o negócio.

Então, é outro problema. Senão, a Petrobras a teria colocado também a favor da certamente.

Agora, Sr. Presidente, com relação a isso aí, volto a dizer que não acho que, na compra de Pasadena, seja boa, seja ruim, tenha um culpado da história, alguém que tenha errado. Não errou!

A decisão do Conselho toda, se foi errada, foi errada. Agora, não se tomou uma decisão errada porque não tinha papel. Não. Era porque não sabia o que estava conversando. É diferente, senão, fazia pergunta.

Se você for comprar um negócio de que você entende ou é do ramo, você pergunta: "Tem isso daqui?" É de qualquer um, do criador de cavalo ao comprador de petróleo ou qualquer coisa, esse petróleo tem a leveza ou a dureza, ou isso, ou aquilo...

E vai daí para a frente. Numa companhia de água, a pessoa vai dizer: "qual o cálcio que vai ter nessa água, para saber como as tubulações podem estar contaminadas com tanto tempo" e tal. Quer dizer, são perguntas de quem conhece.

Não é que ela tenha sido enganada ou que o Conselho tenha sido enganado. Essa coisa deveria ser perguntada da seguinte forma: ser ou não ser do ramo. E não é do ramo. Então, é isso que aconteceu.

Agora, Sr. Presidente, vou tentar respeitar meu assunto ali. Volto a falar da valorização dessa *trading*. Não podemos entender o que há dentro de uma *trading* para ter esse tipo de valor. Quando o senhor diz que Pasadena deu US\$61 milhões nesse primeiro trimestre, foi na *trading*, ou foi na refinaria?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – A operação refino e *trading* deu US\$61 milhões de lucro, segundo a Presidente Graça. Não tenho esse dado oficial.

Estou falando do ponto de vista genérico, fora da Petrobras, que, dados os preços, hoje, dos derivados leves, condensados e disponíveis no Texas, provavelmente a margem bruta da refinaria é muito grande.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Sim, Presidente, mas volto a dizer: o senhor acha que essa relação entre *trading*...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Só para fazer um pouco de relação numérica, Sr. Deputado: uma refinaria que opera com US\$5 bilhões por ano, se ela tem uma *trading* que custou US\$350 bilhões, quantos por cento valem essa *trading* num ano? São US\$350 bilhões de dólares divididos por US\$5 bilhões.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Ela não vale nada. Se ela der prejuízo, ela não vale nada.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Mas o valor do investimento na *trading* que envolve o tangível que está mencionado aí, na apresentação da Presidente Graça Foster, e o intangível, que também está mencionado aí, é um valor que equivale a menos – 10% de 5 bilhões são 500 milhões. Então, estamos falando de menos de 10% de um ano de faturamento.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Não, não, Sr. Presidente, a conta não é essa! Então, a refinaria ficou baratinha, porque ela representa 5% também...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – A refinaria foi barata, sim.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Não, Presidente, a relação entre uma refinaria e uma *trading*... Eu estou achando que foi baratíssima! Porque se ela custou 5 mil por barril e o outro, hoje, está custando US\$87 mil por barril, eu estou achando ela de graça, acho que foi um maravilhoso negócio!

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Obrigado.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Presidente, eu acho que a Abreu e Lima foi um horror, tem sido um horror, horror, e essa Pasadena, pelo o que o senhor está dizendo aqui, eu já estou achando que está tudo certo. Mas eu não quero dizer isso daqui. O que eu quero dizer, Presidente, é essa relação entre... Presidente, o senhor conhece bem e eu conheço também o que é uma refinaria e o que é uma *trading*...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu queria explicar. Quando eu estou falando em distribuição, e o senhor está falando de distribuição, distribuição é posto de gasolina. A *trading* não é dona de posto de gasolina; ela tem operações e contratos com compradores e vendedores de derivados no atacado.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Presidente, então aí é que ela vale menos ainda, porque quem tem distribuição de preço de gasolina tem marca, tem...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu queria agradecer ao Deputado Sandro Mabel, de verdade, tendo em vista que... o senhor contribuiu muito.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Não tem mais ninguém para falar aqui, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Estão reclamando, e eu tenho que seguir...

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Eu gostaria de me reinscrever, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Está bem. O senhor tem esse direito. O senhor vai se reinscrever.

Próximo inscrito, o nobre Deputado Izalci Lucas. V. Ex^a pode questionar o depoente por cinco minutos ininterruptamente ou dez minutos...

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Vou tentar fazer em cinco. Vou falar os cinco minutos, e depois ele responde.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Está muito bem.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Se eu não conseguir, vou pedir para jogar um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Por favor.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – V. S^a já disse que é filiado ao PT e que foi fundador do PT. Depois desses serviços todos que V. S^a prestou ao PT, V. S^a se sente traído com a negativa da sigla em apoiar a sua candidatura ao governo da Bahia, após os escândalos da Petrobras virem à tona?

As câmaras internas do hotel no qual José Dirceu possui um escritório informal, detectaram a presença de V. S^a nos dias 6 e 8 de junho de 2011. O que V. S^a foi tratar com José Dirceu naquela ocasião? Foi conversar sobre a Petrobras?

Sr. Presidente, eu não tenho nenhuma dúvida, hoje, de que a compra de Pasadena foi uma grande negociação. E vou dizer por quê. Pasadena estava à venda há algum tempo pela Crown – ficou durante mais de ano à

venda – e, num belo dia, um ex-funcionário da Petrobras, chamado Alberto Feilhaber, que tinha inclusive trânsito livre na Petrobras, foi chefe do Departamento Comercial da Petrobras, ele, Vice-Presidente da Astra – esse ex-funcionário da Petrobras é o Vice-Presidente da Astra –, compra Pasadena da Crown e, um mês depois, um mês depois, ele oferece à Petrobras ao preço que foi colocado aqui.

Eu pergunto a V. S^a: por que a Petrobras não comprou diretamente a refinaria e a comercializadora sem a intermediação da Astra? V. S^a conhece Alberto Feilhaber, Vice-Presidente da Astra? Chegou a participar de reuniões ou conversas com ele a respeito da compra da primeira metade de Pasadena? Se a primeira proposta feita por Alberto Feilhaber, para que Petrobras firmasse uma parceria com a Astra em Pasadena foi encaminhada para o ex-diretor da área internacional da companhia, Nestor Cerveró, como V. S^a pode afirmar que a negociação começou ao nível de gerência da companhia, como disse na CPI do Senado? Por que razão a Petrobras questionou a decisão proferida no processo de arbitragem junto ao judiciário norte-americano, se tinha conhecimento de todos os documentos que constavam do feito arbitral, que minimizavam ao extremo a sua possibilidade de êxito, já que toda a documentação tinha assinatura do representante da Petrobras? Para retardar o pagamento dos valores devidos e aumentar o prejuízo a ser suportado pela companhia?

Eu pergunto ainda se V. S^a se dispõe a abrir mão dos seus sigilos bancário, fiscal e telefônico no período abrangido pelo requerimento de instalação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ou seja, de 2005 até a presente data?

E ainda faço a última pergunta nesse primeiro bloco, porque eu vou me reinscrever: *O Estado de S. Paulo*, no dia 5 de junho, noticiou que, à frente da Casa Civil, a então Ministra Dilma Rousseff se reuniu a portas fechadas pelo menos três vezes com o então presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Em todo o curso do processo da compra de Pasadena e da construção da Abreu e Lima, quantas e quais foram as vezes que V. S^a se reuniu com a Presidenta Dilma para tratar do assunto formal ou informalmente?

Essas são as perguntas que faço no primeiro bloco.

V. S^a pode responder, e depois eu continuo. Tenho um minuto ainda.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Deputado Izalci, eu sou filiado ao PT. Não me sinto traído pela decisão do PT da Bahia.

Fui, encontrei o meu amigo José Dirceu e não... Foi uma conversa privada, e não tenho por que revelar a conversa que eu tive com ele. Não foi Petrobras.

Não aceito, de jeito nenhum, a acusação que o senhor faz – eu acho infundada e incoerente – de que Pasadena foi uma negociação. Se foi uma negociação, é um absurdo, porque é tão complexo o processo, com tantas decisões judiciais e tantas decisões – cinco anos sem nenhum pagamento –, que é uma negociação absolutamente fantástica, porque não tem... É muito complexo para se caracterizar como negociação. Portanto, eu acho que, eu recuso a acusação de que é uma negociação Pasadena. Todas as discussões têm sido feitas em termos de uma decisão adequada ou não adequada, mas negociação não sei por quê. Aí, teria que se justificar um pouco mais.

Não conheço o Feilhaber. Sei que ele é Vice-Presidente, sei que... Posteriormente vim a saber que ele saiu da Petrobras dez anos antes do início da negociação de Pasadena. Portanto, saiu em 1994, 1995, e já tinha dez anos fora da Petrobras quando iniciou esse processo de discussão.

“Por que o gerente?” Porque o procedimento de aquisições da Petrobras começa com gerentes de novos negócios das áreas de negócio. Esse é o procedimento normal da Petrobras.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – (*Fora do microfone.*) Mas não foi esse.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu não sei se não foi, porque isso aconteceu no âmbito da diretoria internacional. Depois é que vai à diretoria geral. Portanto, provavelmente deve ter acontecido de acordo com as regras da Petrobras, que começa com o gerente, passa ao diretor, do diretor vai à diretoria. É esse o processo normal de aquisições.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Não foi esse o processo. Foi uma carta do vice-presidente da Astra ao diretor Nestor Cerveró.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Sim, mas essa é a formalização do processo de dedução. Quando tem uma carta, já tem uma discussão anterior. O Deputado Sandro Mabel sabe. Os negócios começam em reuniões primeiros. Para formalizar, já teve a discussão anterior. Os negócios não começaram com a carta. Então... Ninguém...

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Por que a Petrobras...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Uma refinaria não é uma coisa que se compra em supermercado.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Por que a Petrobras não comprou indiretamente...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Porque o processo...

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – ... já que estava procurando há dois anos?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O processo que ocorre a partir dos anos 2000 nos Estados Unidos é a aquisição de refinarias por parte de aproximação de refinadores com *traders*, porque o mercado secundário, o mercado futuro, o mercado de operações financeiras passa a adicionar valor à compra e venda de petróleo e derivados. É por isso que o *trader*, as empresas de *trading* passam a ser sócias de refinaria. A Valero, a Trafigura, a Glencore, a Astra passam a ser sócias de refinaria. E é esse processo que acontece com a Crown e a Astra. A Crown é uma refinadora típica, a Astra é uma *trader* típica, a Astra compra petróleo, entrega à *trader*, faz um contrato chamado de *tolling*, que é um contrato de aluguel do *hardware* da refinaria para produzir os derivados, produz os derivados, pega os derivados e vende. É essa a operação. E não vende só a vista. Vende a prazo.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – V. S^a acha que foi coincidência. O ex-funcionário da Petrobras, vice-presidente da Astra, compra essa refinaria, e um mês depois a Petrobras assume isso?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu não tenho por que não achar que foi um processo normal. Não tenho por que... Não tenho por que desconfiar de outra maneira. Não tenho, não tenho nenhum...

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Mesmo tendo o Paulo Roberto participando dessa negociação?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – ... nenhum, nenhum elemento que me leve a isso neste momento e nem naquele momento. Não há como dizer isso que está sendo dito.

O meu sigilo bancário, de 2005 a 2014, eu não vejo por que... Eu não estou sendo acusado de nenhuma... Eu não acredito que tenha nenhuma acusação de falcatura de minha parte. Por que eu vou abrir mão do meu sigilo bancário?

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Sim. Eu estou só perguntando se V. S^a abre?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Por quê? Tem alguma acusação para mim, de malversação de recurso, de utilização de recursos para fins ilícitos, de corrupção de minha parte? Não conheço, não conheço esse tipo. Eu estou sendo...

Há várias investigações e, há muito tempo, sobre todas as operações, e nenhuma acusação desse tipo. Portanto, não tenho por que abrir mão do meu sigilo bancário.

Discuti com a Presidente Dilma vários assuntos da Petrobras. Acho absolutamente normal eu me reunir com o Presidente do Conselho, que é Ministra também, para discutir assuntos da Petrobras. Fizemos inúmeras discussões sobre vários assuntos da Petrobras.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Eu só queria, Sr. Presidente, antes de encerrar, fazer uma correção aqui. O ex-Presidente disse aqui sobre a questão da produção de petróleo. Eu quero lembrar a V. S^a que foi a quebra do monopólio que proporcionou o crescimento dos lucros da Petrobras. E, nesse período do PSDB, houve um aumento de 122% na produção do petróleo, enquanto que, na era PT, foi 14% – praticamente manteve a produção. Só para fazer a correção.

Eu vou me reinscrever para outras perguntas depois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Fique à vontade, nobre Deputado Izalci Lucas.

Neste momento, passo a palavra ao nobre Deputado Rodrigo Maia. V. Ex^a...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Rapidamente. Eu não vou levar os dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Está bem.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM – RJ) – Vou ser objetivo aqui com o Gabrielli. Três perguntas rápidas.

Já que você tratou de investimentos do governo anterior, de 2001, quero saber se você tem lembrança da compra de turbinas da GE que depois foram revendidas com prejuízo pela Petrobras em 2001. Se você tem informações dessa operação.

Segunda pergunta: qual a sua opinião sobre a venda de metade da produção de petróleo que a Petrobras tem na África para o grupo BTG Pactual por 1,5 bilhão e 50%, em que o mercado – e eu tenho aqui as análises – avaliava um mês antes da venda – você já não era mais presidente – esse ativo. Só o ativo de um deles, são dois, entre 3,5 e 4 bilhões, e o Pactual, que não tem nada a ver com setor de petróleo, ter pago 1,5 bilhão pelos dois.

A terceira pergunta é se o Paulo Roberto esteve com você na época da compra de Pasadena nos Estados Unidos, até porque, numa das CPIs, num dos depoimentos, você disse que o Paulo Roberto não tinha participado de nada em relação à Pasadena, e documentos que foram divulgados pela investigação, pelo juiz, pela Polícia Federal mostraram que ele inclusive tinha assento em conselhos de Pasadena. Ele esteve com você no Texas tratando da compra junto com advogados da refinaria?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não lembro sobre turbinas GE. Não me lembro. Não sei o que é.

A venda dos ativos na África foi feita posteriormente à minha saída da Petrobras. Eu não conheço os detalhes da negociação. Portanto, não tenho como me posicionar sobre a operação em si. Sei que na minha época, enquanto eu era Presidente, como membro do Conselho de Administração, nós aprovamos no Plano

Estratégico da Petrobras que nós deveríamos fazer um programa de desinvestimento. E o que desinvestimento incluía ativos na África.

Por que o desinvestimento? Porque nós precisávamos concentrar levantamento de recursos, principalmente na expansão do pré-sal brasileiro. E, portanto, para focar no pré-sal brasileiro e na expansão dos refinos brasileiros, nós deveríamos fazer um desinvestimento de ativos que fossem não fundamentais para o negócio da Petrobras. Evidentemente que aprovar um plano de desinvestimento significa que eu vou colocar em venda ativos existentes. Mas não quer dizer que eu vou vender a qualquer condição. Eu tenho que analisar cada condição. Então, a venda que ocorreu eu não tenho como analisar, porque eu não tenho os detalhes.

Paulo Roberto e Pasadena. Paulo Roberto não participou do processo inicial de Pasadena. Eu estive em Pasadena depois da aquisição. Eu não me lembro se Paulo Roberto estava numa reunião posterior à aquisição. Paulo Roberto era representante da Petrobras no chamado Conselho Superior de Pasadena, que se reunia, tinha função no contrato feito de ser um órgão que reunia os sócios de Pasadena para dirimir controvérsias existentes potencialmente entre os sócios. O Conselho de Administração era composto de três membros da Astra e três membros da Petrobras. Portanto, se houvesse um impasse, isso ia para um conselho superior, que era de um representante da Petrobras e um representante de Pasadena, da Astra, que teria para resolver isso. Esse conselho só se reuniu uma vez, sem a presença da Astra, para iniciar o processo de arbitragem. A única função desse conselho foi dizer: "Vamos começar o processo de arbitragem".

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Agradecemos ao nobre Deputado Rodrigo Maia.

Passo ao próximo inscrito. Próximo inscrito é o nobre Deputado Afonso Florence. V. Ex^a pode indagar, inquirir o depoente por 10 minutos ou por 5 minutos. V. Ex^a decide.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Vou falar cinco minutos. Falar menos e ceder a palavra para o Presidente Gabrielli.

Presidente Gabrielli, voltando ao raciocínio anterior que fiz na condição de Líder do meu Partido, Partido dos Trabalhadores, nós, do PT, queremos contribuir para a mais profunda investigação. Defendemos que temos feito, inclusive na gestão de V. S^a, uma boa gestão na Petrobras e temos convicção de que a Petrobras é uma empresa do povo brasileiro, que cumpre um papel estratégico para o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, minhas perguntas vão buscar preencher algumas lacunas do que ouvi das perguntas pelos Parlamentares que me antecederam.

Presidente, sabe-se que a Petrobras contratou empresas de consultoria para auxiliar no processo de avaliação e compra de Pasadena. Resumidamente, qual foi o parecer dessas consultorias? Alguma delas orientou a Petrobras a não realizar o negócio com a Astra Oil?

O jornal *Valor Econômico*, em fevereiro deste ano, publicou notícia de que a SBM Offshore teria confirmado, na Holanda, que pagou comissão a servidores da Petrobras. Qual a posição de V. S^a sobre as investigações em curso sobre essas denúncias? O senhor, durante o exercício do seu mandato na presidência da Petrobras, foi informado, tomou conhecimento de alguma denúncia dessa natureza? Como, na sua gestão, era a relação com a SBM Offshore?

Na sua gestão, a prioridade era a fabricação de FPSOs próprios ou o afretamento dessas unidades? Quais as vantagens ou desvantagens da opção feita naquela oportunidade?

É só.

Obrigado, Presidente.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Ex^{mo} Deputado Afonso Florence, primeiro em relação às consultorias, várias consultorias foram contratadas. Vou citar algumas: a Deloitte & Touche foi contratada para fazer parecer sobre as condições financeiras do negócio; a Muse Stancil é uma consultoria especializada em ativos de refino. Foi feita para fazer uma avaliação nos ativos e das suas condições técnicas; a Thompson & Knight é um escritório de advocacia importante, com uma banca de advocacia de reconhecida competência tanto em Direito Internacional como em Direito de petróleo, para dar o parecer jurídico sobre as aquisições e as questões societárias; o Citigroup foi contratado para fazer um parecer sobre a justeza com os valores de mercado da operação. Todos foram unâimes em apoiar a aquisição. Não houve nenhum parecer contrário à aquisição. Portanto, todos os pareceres apoiavam a aquisição.

A Petrobras é acompanhada frequentemente por analistas do mercado financeiro. Particularmente, na época, o Deutsche Bank, o Merrill Lynch, o Credit Suisse e o Itaú fizeram relatórios apoiando a aquisição da Refinaria Pasadena, em 2006.

Analistas, inclusive analistas contrários à Petrobras, como o Adriano Pires, que é um frequente crítico da Petrobras, apoiaram a aquisição de Pasadena na época. Portanto, houve, na época, a visão de que era um bom negócio, criador de valor para a Petrobras.

A SBM. A SBM não é uma empresa pequena. A SBM é a segunda maior construtora de equipamentos marítimos para petróleo do mundo. A primeira é a Modec, e a segunda é a SBM.

Então, não é uma empresa pequena; é uma construtora de grande porte na área de construções de equipamentos para produção de petróleo. As relações da Petrobras com a SBM começam com o afundamento da P-36. Com o afundamento da P-36, veio o FPSO Brasil, que é da SBM, que substitui a produção da P-36 em 2000 e 2001.

Então, a relação da Petrobras com a SBM não é uma relação nova; ela vem de antes. Portanto, é uma relação de uma empresa grande que tem um grande ativo na Petrobras de sondas construídas pela SBM e afretadas à SBM.

Afretamento ou propriedade. A questão aí é o que, no jargão empresarial, se chama de Capex e Opex. Ou seja, é um ativo no qual você vai investir e, portanto, caracteriza-se como investimento, que é o caso de você adquirir um FPSO, ou você vai contratar os serviços, afretar o FPSO, e, portanto, sai no custo operacional. É uma decisão financeira, portanto, se você tem Opex ou Capex, se você tem afretado ou próprio...

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – E tributária também.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – E tributária. Há também alguns elementos tributários importantes, porque, entrando no custo, você tem outro tipo de tratamento tributário.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Presidente, como eu não usei todos os meus cinco minutos, nem ele, posso fazer só mais uma última pergunta? Rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Pode, sim, senhor.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Obrigado, Presidente.

Presidente Gabrielli, e a Política Nacional de Conteúdo Local na cadeia? Na sua avaliação, é possível fazer um balanço da capacidade de as empresas brasileiras corresponderem aos critérios internacionais de segurança? Esse é um dos temas que motivaram a instalação desta CPMI, e eu gostaria de ouvir sua opinião sobre o tema.

Obrigado.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Nós estamos vivendo uma situação da descoberta de uma nova fronteira exploratória, que é o pré-sal brasileiro. É equivalente ao Mar do Norte, é equivalente à descoberta da costa oeste da África, é equivalente ao Golfo do México. Nesses outros lugares – Golfo do México, Mar do Norte e costa oeste da África –, para atingirem 300 mil barris por dia, essas outras regiões levaram oito, nove, dez anos, desde a descoberta.

Nós conseguimos, no Brasil, a Petrobras conseguiu, no Brasil, atingir 480 mil barris por dia no pré-sal hoje – portanto, já bateu o recorde de 470 mil e já está em 480 mil barris por dia –, porque, entre outras coisas, tem uma Política de Conteúdo Nacional importante. Por que isso? Porque o volume de investimentos em sondas e em unidades flutuantes de produção, que são plataformas para produzir petróleo, no mundo, hoje, não tem capacidade de produzir a quantidade exigida para as necessidades da Petrobras.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Então, é preciso aumentar a capacidade de produção de plataformas e de sondas. Daí a estrutura da Sete Brasil, que viabilizou a construção das sondas nos estaleiros brasileiros, e foram criados seis estaleiros novos no Brasil. Daí a utilização da indústria naval, que sai de 2 mil empregados para mais de 60 mil empregados, hoje, na indústria naval.

Portanto, a Política de Conteúdo Nacional é muito importante. Porém, há de se convir que essa é uma transição que provoca problemas. Provocam-se problemas de aquecimento do mercado, provoca-se problema de aumento de preço, será necessária uma política mais rígida de controle de segurança. Haverá, portanto, um processo de ajuste a uma rápida transformação de um país que tinha perdido a capacidade da indústria naval para um país que vai ser um grande produtor de equipamentos navais especializados, como é o caso do Brasil.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Nós agradecemos a contribuição.

Temos mais uma Parlamentar inscrita, a Deputada Iriny Lopes.

V. Ex^a tem a palavra.

V. Ex^a gostaria de usar que formato, Deputada?

De dez minutos corridos ou de cinco minutos... De cinco minutos corridos ou de dez minutos intercalados?

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Sr. Presidente, eu farei as minhas perguntas no... Eu farei as minhas perguntas muito rapidamente, porque a mim me interessa ouvir as respostas do Sr. José Sérgio Gabrielli.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – V. Ex^a está com a palavra.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Primeiro, eu gostaria de fazer algumas considerações.

O povo brasileiro, apesar de muito feliz com a Copa e com a expectativa do hexa, acompanha o desenrolar aqui da nossa CPMI. E acho que as pessoas que aqui fazem afirmações categóricas de gestão temerária, de que houve desvio de recurso, que o então, que hoje está preso, mas se esquecem de dizer que, na época, estava no exercício correto de suas funções, quase querendo que você tivesse uma bola de cristal naquele tempo, quando a gente sabe que as empresas não funcionam dessa forma. E não se pode fazer uma transferência automática e imediata das responsabilidades de um como se houvesse a conivência de outros. Então, essa é uma...

E essas perguntas e essas afirmações impedem que as pessoas possam ter acesso às informações que são o objeto da sua vinda até aqui. Então, eu acho que... Não é a primeira vez que você vem ao Congresso. Já veio várias vezes. Já expôs, sob diversos ângulos, todas as questões relativas à Refinaria Abreu e Lima e à compra de Pasadena.

Então, eu tenho uma pergunta. E, com a anuência do Presidente, já que briguei tanto por conta de tempo aqui hoje, gostaria que todo o restante do tempo fosse integralmente colocado à sua disposição, até se quiser fazer referência a perguntas anteriores, depois que responder a minha pergunta.

Minha pergunta é simples. A estratégia internacional da Petrobras com essas aquisições de ativos no exterior, de alguma forma, na sua opinião, colidia com a política mais geral do Governo que levou à privatização do Refap lá no Rio Grande do Sul para a Repsol? Essa, para mim, é uma pergunta-chave dentro do quebra-cabeça que nós temos que aqui elucidar.

Eu o parabenizo não só pela sua gestão, muito boa para a Petrobras brasileira, como pela sua postura de firmeza nesta reunião de hoje.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Obrigado.

Ex^{ma} Deputada Iriny, eu agradeço as palavras elogiosas. Eu acho que a senhora está sendo muito generosa comigo.

Eu queria usar a pergunta de V. Ex^a para discutir um pouco o significado da estratégia de internacionalização e da estratégia de refino naquele período. Nós estávamos, naquele período, com a seguinte situação brasileira: a economia brasileira voltada basicamente para discutir estabilização de preços; a economia brasileira voltada basicamente para discutir inflação, com uma dívida externa que criava um problema grave para as contas públicas brasileiras e para as contas internacionais brasileiras; com um País cujo crescimento era pequeno e que estava com um problema de distribuição de renda que não se colocava como um problema; com um País em que predominava a ideia da redução do Estado, onde a privatização...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – ... no setor público era o elemento fundamental das políticas públicas.

Nesse contexto, qual era a situação do refino da Petrobras? A Petrobras tinha 11 refinarias, uma capacidade de refino, naquela época, se não me engano, de 1,8 milhão, 1,7 milhão, um pouco menos de 2 milhões de barris por dia. As refinarias estavam sendo progressivamente preparadas para serem seccionadas como partes.

A primeira refinaria que foi transformada numa parte e que foi vendida 30% foi a Refinaria Alberto Pasqualini, do Rio Grande do Sul, na operação de troca de ativos com a Repsol. Então, ali você tinha a manifestação de uma forma de organizar as refinarias como partes a serem privatizadas. Nas outras refinarias, estava começando a ser feito isso. Nas unidades de fertilizantes, estava sendo feito isso.

A Petrobras foi excluída da Petroquímica. A Petrobras foi proibida de entrar na Petroquímica e foi excluída da Petroquímica. A Petrobras tinha limitações na contratação de pessoal. Como eu disse aqui, os serviços de engenharia foram desmontados. A área de pesquisa e desenvolvimento foi desmontada, porque se tinha a ideia de que se obtinha isso no mercado e de que, portanto, não precisava haver isso dentro da Petrobras.

Mais ainda, a coisa mais grave que existia era que, com o fim do monopólio do petróleo, o programa de concessões passou a ser feito através dos leilões. E a Petrobras estava inibida de participar dos leilões, tanto é que a Petrobras, de 1994 a 2002, tinha 444 blocos exploratórios. O que é que significa isso? É área em que a Petrobras vai buscar petróleo. Eram 444 blocos em oito anos, de 1994 a 2002. Em oito anos, de 2003 a 2011, passamos para 903 blocos exploratórios. Passamos a ter na Petrobras uma ação ativa na aquisição de blocos exploratórios, para aumentar a capacidade de produção.

A Petrobras tinha uma média de investimento na área de exploração de US\$520 milhões e passa a investir US\$1,8 bilhão no período após 2003. A Petrobras descobre, após 2003, a Bacia do Espírito Santo. A Petrobras descobre, após 2003, a Bacia de Santos. A Petrobras, após 2003, descobre o pré-sal. A Petrobras monta uma estrutura de produção que é gigantesca. Ela vira a décima segunda maior empresa do mundo em 2010, em 2009, não em 2002, não em 2000. Isso ocorre em 2010!

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O valor que está sendo comparado hoje de perda de valor da Petrobras é relativo a 2010, não é relativo a 2002, porque o valor de mercado da Petrobras em 2002 era de US\$15 bilhões. Hoje, ela vale US\$93 bilhões e já chegou a valer US\$237 bilhões nesse período. Esses são os números reais da Petrobras! A Petrobras, hoje, tem 25 bilhões de barris de reserva provada nas suas contas. São 25 bilhões de barris de petróleo para produzir nos próximos anos. Tem 19 anos de produção se não descobrir nenhum barril novo.

Essas foram as mudanças que ocorreram. Nós duplicamos a capacidade do Cenpes, nós viabilizamos 170 instituições de pesquisa associadas em redes temáticas que viabilizam a solução de problemas tecnológicos para a produção do pré-sal.

Portanto, essa empresa resolveu os problemas do gás. Hoje, a Petrobras tem uma capacidade de produção de energia elétrica de 7,6 mil megawatts. Essa é a capacidade de geração elétrica. Viabilizou a capacidade do Gasbol, porque não tinha compressor suficiente para trazer os 30 milhões de metros cúbicos de gás...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O próximo inscrito é o nobre Deputado Marcos Rogério.

V. Ex^a tem cinco minutos diretos ou dez minutos intercalados para falar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Eu o farei na forma intercalada. Ao final, sendo necessário, usarei o tempo como Líder também.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito bem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Sr. Presidente; Sras e Srs. Parlamentares; nosso convidado, Dr. Sérgio Gabrielli, ex-Presidente da Petrobras, acho que o papel desta Comissão é muito bem definido. Aqui não se trata de posicionamentos de extremos, de governo e de oposição. A defesa que cada um de nós tem de fazer aqui é a defesa do interesse nacional, sobretudo do patrimônio do povo brasileiro, que é a Petrobras. Essa é a expectativa que a sociedade brasileira tem nesta Comissão. Portanto, investigar o que houve, identificar falhas ou condutas criminosas, apontar culpados e puni-los naquilo que compete a esta Comissão, tudo isso é uma meta que se impõe na mais legítima defesa do interesse público nacional.

A respeito de Pasadena, a Presidente Graça Foster já afirmou aqui, no Senado, que o negócio foi um erro e que a empresa foi prejudicada por relatórios que omitiram a existência de cláusulas que obrigariam a Petrobras a comprar a parte da Astra, em caso de desentendimento.

Essa versão também foi apresentada pela Presidente Dilma Rousseff, então Presidente do Conselho de Administração, que, em nota, afirmou que o negócio foi aprovado por cláusulas, porque cláusulas fundamentais eram desconhecidas. Todavia, o Sr. Cerveró, apontado como um dos responsáveis pelo erro do Conselho no negócio de Pasadena, continuou na Petrobras como diretor da BR Distribuidora, cargo que ocupou até março de 2014.

Como o senhor explica essas contradições? Se houve imperícia ou negligência por parte de órgãos técnicos da Petrobras, por que os responsáveis não foram punidos quando a Petrobras foi acionada em 2008, sendo obrigada a comprar a parte da Astra na refinaria, resultando em prejuízo para a companhia e sobretudo para os brasileiros?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Bom, eu acho que nem a Presidenta Dilma, nem a Presidenta Graça disseram que foi um erro. O que houve foi um documento que estava incompleto, juridicamente incompleto e tecnicamente falho, mas não há necessariamente uma decisão errada. Essa é que é a questão. A decisão não é necessariamente errada. Nenhuma das duas falou em decisão errada. Se as duas cláusulas fossem colocadas no Sumário Executivo, qual seria a decisão do CA – Conselho de Administração? Não sei. Não posso dizer *a priori*, porque haveria uma discussão. Se a Presidenta Dilma acha que mudaria a opinião, é possível que mudasse, mas não necessariamente mudaria. Eu não posso, muitos anos depois, dizer qual seria a posição do CA. A minha opinião não mudaria, mas evidentemente que eu também ouviria os argumentos do Conselho. Não sei qual seria a posição do Conselho.

Portanto, não acredito que seja possível avaliar, hoje, qual seria a decisão do Conselho.

A decisão não foi uma decisão errada. Foi uma decisão com omissões de cláusulas, como outras cláusulas também foram omitidas. Há inúmeras cláusulas que foram omitidas, porque não há como você colocar, num resumo executivo de duas, três páginas, todas as cláusulas de um contrato que tem 300 cláusulas, 200 cláusulas. Algumas são escolhidas e devem ser consideradas. Outras não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Então, indago de V.S^a: o senhor disse que Pasadena foi um bom negócio na época, não hoje, considerando as inovações derivadas do pré-sal. Pergunto: desconsiderando o fator pré-sal, o senhor faria o negócio Pasadena hoje?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não, porque, hoje, nós temos outras alternativas, incluindo no refino brasileiro, porque o mercado brasileiro, depois de 2006, passa a crescer enormemente, e o mercado americano, ao contrário do brasileiro, cai. É exatamente como está. Depois da crise de 2008, há uma redução do consumo nos Estados Unidos. Os Estados Unidos deixam de consumir um milhão de barris de derivados por dia, depois de 2008. Um milhão de barris por dia de derivados é a redução do consumo. Com isso, você tem, portanto, um novo mercado americano. Por outro lado, você teve a descoberta do *shale gas* nos Estados Unidos. O mercado mudou. Então, se o mercado mudou, o negócio que foi feito há oito anos não pode ser o mesmo, não tem a mesma atratividade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Não é possível apontar, os estudos não permitem apontar, a longo prazo, situações que estamos vivenciando hoje? Não são frutos justamente do planejamento? O investimento feito foi um investimento considerável, e hoje as consequências tem...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O investimento feito foi 1,230 bilhão. A Petrobras investe hoje 45 bilhões por ano.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Mas V. S^a não faria o negócio hoje?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não, eu acho que nós temos outras oportunidades de investimentos hoje.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Indago de V. S^a.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Quer dizer, “temos”, não. Eu não estou mais na Petrobras. Eu tenho que tirar esse vício de linguagem. A Petrobras tem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – O senhor é um acionista da Petrobras, como brasileiro, como cidadão brasileiro.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Sou acionista, cidadão brasileiro. (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Quem foi Thales de Miranda na Petrobras?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não sei. Thales de Miranda? Não tenho a menor ideia. Nome completamente novo para mim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Thales de Miranda é um advogado que foi coordenador do Departamento Jurídico Internacional do Petróleo Brasileiro. Exerceu essa função durante algum tempo, atuou em contratos de fusões, aquisições de empresas de energia e financiamentos relacionados. E atuou na coordenação jurídica da aquisição da Petrobras dos ativos da distribuição da Shell na América do Sul e da Esso no Chile. V. S^a desconhece isso?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não, aquisições dos ativos de distribuição não desconheço. Agora, o Thales, eu não sei... É do jurídico da Petrobras? Eu não sei, não conheço. A Petrobras tem 600 advogados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – O senhor disse que desconhecia...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não conheço. Eu conheço a operação de...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – ... o chefe do Departamento Jurídico que cuidava da relação internacional?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não. O chefe do Departamento Jurídico da Petrobras Internacional era o Dr. Borromeu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Quando?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – No tempo em que eu estive na Petrobras. O Dr. Borromeu era o chefe do jurídico da internacional. Esse Thales pode até ser um advogado da Petrobras; eu não sei. A Petrobras tem 600 advogados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Ele foi advogado da Petrobras, o chefe desse núcleo.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Chefe não foi. Chefe do jurídico não foi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Bem, V. S^a está afirmando e foi o presidente da Petrobras na época dele.

Mas veja o que disse esse moço recentemente, numa publicação que fez na sua página pessoal:

Ter que sofrer tudo que sofri na pele por ter me recusado a assinar o parecer jurídico que respaldava a compra da refinaria de Pasadena pela Petrobras foi duro. Paguei um preço alto por essa decisão. Terminei uma licença psiquiátrica que culminou com o meu pedido de demissão. Ler que a Presidente Dilma afirmou que o Conselho aprovou a compra da refinaria do Texas baseado em parecer jurídico falso não tem preço.

Ele publicou isso em sua página pessoal e eu estou informando.

Quem forçou esse parecer, ex-presidente Sérgio Gabrielli? A quem interessava o negócio ao arrepio de orientações jurídicas de um integrante da alta, que representava um núcleo essencial dentro da companhia? V. S^a disse que o desconhecia no início. Mas ele representa, pelo menos consta das informações não só daquilo que ele publicou, mas eu procurei saber quem era esse cidadão, e consta do currículo dele e de muitas informações, que ele exercia justamente esse papel na relação internacional da Petrobras.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não. Desconheço o Sr. Thales; pode ser até que eu o tenha visto, não sei. A Petrobras, como eu disse, tem 600 advogados. O gerente na internacional é o Borromeu. Esse eu conheço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Repito: ele era o coordenador do Departamento Jurídico Internacional do Petróleo...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – E os pareceres, inclusive, o parecer que foi citado aqui pelo Deputado Rodrigo é do Borromeu, que era o chefe do Jurídico da Internacional. Esse Thales eu não tenho a menor ideia de quem seja. Se alguém aí da Petrobras o conhece, por favor, ajude-me, porque eu não tenho a menor ideia de quem seja.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Agora, quando alguém se diz... Eu estou apenas traduzindo o fato; não estou fazendo nenhuma afirmação aqui. Eu acho que nós estamos na busca justamente da verdade, e V. S^a está procurando fazê-lo também quando presta depoimento e esclarecimentos aqui.

O fato de um jurista da alta cúpula da empresa se negar a assinar um documento dessa natureza não é um fato que passa em branco. V. S^a não tem conhecimento – porque é da época de V. S^a – desse incidente jurídico que houve no Departamento Jurídico da Petrobras que cuida da parte internacional dos negócios?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Ah, é preciso, primeiro, saber os fatos. Se o fato ocorreu ou não ocorreu. Não sei se esses fatos ocorreram. Não me lembro de, em nenhum momento, ter... Não me recordo se, há oito anos, em algum momento houve um problema na equipe técnica jurídica, lá internamente. Não chegou ao meu conhecimento esse tipo de divergência no âmbito do jurídico da Petrobras. Se houve, não chegou ao meu conhecimento. Não sei se o fato ocorreu. Não estou nem dizendo que ocorreu ou não ocorreu. Eu estou dizendo que eu não conheci e não fui informado sobre esse fato na época. Nem hoje. Portanto, não conheço esse fato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Sr. Presidente, sem mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Agradeço ao nobre Deputado Marcos Rogério.

Eu gostaria, neste momento, de dizer que vamos começar novamente para os reinscritos. Desculpe-me V. Ex^a, mas eles foram reinscritos a sua frente, que é o caso do nobre Deputado Sandro Mabel. Só há três inscritos agora: Deputado Sandro Mabel, Deputado Izalci e V. Ex^a, Deputado Eurico Júnior.

Mas, antes de passar a palavra para os reinscritos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 4^a reunião da Comissão, porque na hora em que nós começamos, não havia quórum e agora temos quórum suficiente.

Os Parlamentares que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Agora, eu queria propor a próxima reunião já para a próxima quarta-feira, às 14 horas, neste mesmo plenário, para deliberação de requerimentos.

Então, se todos concordam, então está marcada a próxima reunião no dia 2 de julho, às 14 horas, neste mesmo plenário, para deliberação de requerimentos. Temos centenas de requerimentos para ser aprovados ou rejeitados por este Plenário.

Pergunto novamente aos senhores que foram reinscritos se gostariam de fazer uso da palavra. Está à disposição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Entre esses requerimentos a que V. Ex^a faz menção, que serão submetidos à votação, está um requerimento de minha autoria, para convocação desse advogado que compôs os quadros da Petrobras e cuja informação apresentei ao Plenário nesta data.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Todos os requerimentos apresentados, nós vamos colocar em votação na próxima semana – todos, sem exceção alguma. Esses requerimentos de votação de quase uma centena de pessoas, requerimentos de aprovação de quebra de sigilo, todos os requerimentos vão ser na próxima quarta-feira, às 14 horas, para que todos possam estar a par e venham participar e pedir os requerimentos que forem de autoria. Sobre a SBM tem, sobre a Chaim tem, Sete Brasil – isso tudo foi falado aqui. Acho que o número de requerimentos passou de quatrocentos.

Agora, vamos voltar, então, aos reinscritos. Mas, como é regimental, o nosso Relator gostaria de fazer uso da palavra, tendo em vista que ele fala a hora que achar necessário.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Não quer que eu te dê mais um pão de queijo?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Enquanto o nosso querido Relator faz uma parada, eu libero o nosso depoente por cinco minutos.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Mas eu vou fazer as perguntas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Mas deixa o depoente livre.

(Suspensa às 18 horas e 15 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 18 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Voltamos, então, agora aos trabalhos. Gostaria de escutar o nosso querido Relator, o Deputado Marco Maia.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Eu queria, na verdade, apenas aproveitar aqui a oportunidade para agradecer mais uma vez a presença do Gabrielli e dizer que, fruto dos questionamentos e das perguntas que foram aqui formuladas durante esta tarde toda, estou abrindo mão dos meus questionamentos. E vou enviar a V. Ex^a, por escrito, as perguntas todas que estavam aqui formuladas. E, se V. Ex^a entender por bem respondê-las para que façam parte do processo, do relatório que nós iremos produzir, seria de bom tamanho. Mas boa parte dos questionamentos que eu iria fazer foi feita aqui. Alguns questionamentos ficaram de fora, que são importantes para o processo de investigação, mas nós teremos certamente outras oportunidades, e V. Ex^a poderá respondê-los por escrito.

Eu só queria fazer um comentário, porque eu também me dei ao trabalho de observar e medir um pouco os questionamentos que aqui foram feitos e os tempos que foram levados para os questionamentos. Isso tem que servir de ensinamento para a nossa CPI, para a investigação como um todo. Quando nós temos aqui uma oitiva, temos que aproveitar o máximo a pessoa que aqui está, a testemunha que aqui está, para ouvi-la. Se nós formos fazer um levantamento de todas as falas, de todos os questionamentos, vamos ver que nós, Parlamentares, falamos mais do que a testemunha que aqui estava. Portanto, talvez para o futuro, Presidente, tenhamos que organizar melhor e criar, inclusive, condições para que a CPI tenha momentos de debate, de discussão, de cada um poder expressar a sua opinião, os seus argumentos, e não acontecer isso de forma tão contundente, como assistimos hoje aqui, onde os Deputados e os Senadores, em alguma medida, acabaram falando mais do que a testemunha que aqui estava com a tarefa de falar, de explicar, de dar as devidas explicações sobre todos os questionamentos. Então, é uma consideração, uma reflexão que aqui eu faço.

E nós vamos ver que, mesmo com o Relator deixando para falar ao final dos trabalhos, chegamos aqui com dois ou três Parlamentares apenas no plenário. Inclusive aqueles Parlamentares mais incisivos, aqueles mais críticos, aqueles que tentam às vezes passar a ideia de que são os mais fortes nas suas investigações são aqueles que vêm aqui, fazem as suas falas, as suas perguntas e vão embora. Não ficam aqui para perceberem, inclusive, as contradições que podem, por ventura, serem trazidas ao trabalho e ao plenário durante o processo de investigação e de questionamento dos outros Parlamentares, dos outros Deputados. Então, também é uma reflexão e uma consideração que quero trazer a este plenário, se nós pudermos, nas próximas oitivas, contar com a presença aqui de todos os Parlamentares. O Parlamentar, às vezes, não precisa nem estar aqui, pode estar acompanhando de fora, mas acompanhando o processo de investigação, e a gente sabe que não é o que acontece, às vezes o Parlamentar vem aqui, faz a sua intervenção e vai embora tratar de outras coisas, de outros compromissos, que não é o papel de quem está escalado para estar nesta CPI fazendo o processo de investigação.

Então, dito isso, gostaria mais uma vez de afirmar que não farei nenhum questionamento a V. Ex^a, que já esteve aqui em outras três oportunidades, mas também aproveitamos aqui para fazer uma bela reflexão sobre o trabalho desta CPI, a importância desta CPI e o quanto nós temos que aproveitá-la, não para expressar a nossa opinião e o nosso posicionamento sobre os temas, mas para ouvir, para questionar e para poder construir, talvez no final desta CPMI, uma ideia ou uma versão sobre tudo aquilo que está sendo levantado e que está sendo investigado.

Então, era isso.

Obrigado.

Obrigado, Presidente, pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Agradeço ao nobre Relator.

Passo a palavra ao nobre Deputado Sandro Mabel.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Antes de contar os meus três minutos, eu só queria dizer ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Pois não.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – ...que, no caso do Sérgio Gabrielli, este é um baiano mineiro. Se nós deixássemos, ele teria falado, e pronto! Quietou! Então, precisamos dar-lhe uma cutucada para ele ir contando a história inteira para nós. Há uns que falam demais, e a gente deixa eles falarem...

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Mas não é o seu caso. Acho que V. Ex^a fez questionamentos muito assertivos, só que do começo ao fim. Mas não é o caso dos que aqui estão, que foram todos Parlamentares muito assertivos e vieram para questionar efetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Como fruto de um acordo, V. Ex^a tem três minutos; cada Parlamentar também.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – E o Presidente responder depois, Presidente Gim. (*Pausa.*)

O.k.

As avaliações dos analistas que o senhor citou (Merrill Lynch, Credit Suisse, Itau, Deutsche Bank) são todas de 2006 e elas fazem referência à refinaria. Eu volto a dizer que eles não falam de *trading*: se foi bom, se foi ruim ter comprado essa *trading*. Existem pareceres nesse sentido?

Segundo, as avaliações que foram feitas foram feitas sobre a compra da primeira *tranche*, ou seja, dos primeiros 50%. Existe essa mesma avaliação sobre a Petrobras comprar os outros 50%, se teria sido um bom negócio, se há avaliações positivas também com relação à Petrobras, como há essas primeiras e a *trading* também? Eu volto a dizer que quanto a essa *trading*, eu ainda não a engoli direito.

A segunda coisa é o seguinte: se a Petrobras fosse sua, o senhor construiria a Abreu e Lima com esse custo que ela tem hoje?

A última pergunta é: o que é Renato Duque na Petrobras? Ele era chefe do Paulo Roberto? Ele era ligado? Era diretor? O que era?

Por último, Presidente – eu gastei só um minuto e meio –, quero agradecer ao Sérgio Gabrielli que realmente elucidou uma série de coisas aí. Como testemunha, veio, com boa vontade, respondendo a todas as perguntas. Então, eu queria cumprimentá-lo, agradecer-lhe, e me desculpar se houve alguma pergunta que não lhe agradou, mas isso faz parte do nosso *show*.

Só gastei um minuto e meio, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu queria agradecer ao nobre Deputado Sandro Mabel, e, se o senhor permitir, os outros já perguntarão também.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Não, deixe-o responder a minha.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Então, por favor, responda ao nobre Deputado Sandro Mabel.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Obrigado.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Primeiro, eu quero agradecer, porque o Deputado me alimentou aqui. Ele me deu uma barrinha ...

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – E para o pessoal do fundo também. Mandei um biscoito Mabel. Apesar de não ser mais meu mais, eu fui lá e comprei.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Aí foi provocação.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Eu vou fazer o quê? Eu nasci comendo isso.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não há avaliação separada da refinaria e do *trading*.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – O.k.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Está certo? A Petrobras, nas notas de mercado dos fatos relevantes publicados, ela fala do *trading* e da refinaria simultaneamente. A avaliação dos analistas é simultânea sobre as duas coisas.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Eles só falam de refinaria aqui.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não, mas a refinaria ...

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Entendi, é um negócio.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – ... é um negócio como um todo.

Sobre os outros 50%, eu não conheço nenhuma análise feita sobre os outros 50%. Por quê? Porque foram cinco anos de disputa judicial. Ela só ocorre em 2012, mas por uma decisão judicial. Não é uma decisão econômica de valor, de negociação. Foi uma decisão judicial que fixou o valor da aquisição. Portanto, também não há avaliação.

Se eu fosse dono da Petrobras, se eu faria a Abreu e Lima?

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Com esse custo que ela está apresentando.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Com esse custo, eu não sei se faria. Acho que não faria. Acho que não faria com esse custo.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – O.k.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Agora, Abreu e Lima é necessário? É. Por quê? Porque 19% do mercado brasileiro de derivados está no Nordeste. O mercado de derivados que mais cresce no Brasil é a parte norte do Centro-Oeste. A parte norte do Centro-Oeste e o Nordeste precisam ser alimentados por uma refinaria que vai ter que se situar mais a nordeste. Então, do ponto de vista do mercado brasileiro, a localização de Abreu e Lima em Pernambuco é uma localização adequada, uma vez que, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Alagoas, em Sergipe, a costa não é adequada para se ter um porto para chegar. Você tinha o Porto de Suape em Pernambuco. A refinaria ...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – ...no Ceará é possível também considerar importante, mas num segundo momento, e no Maranhão também. Então, é necessário fazer. Os custos foram, eu acho, um pouco altos, mas acho que foram também resultado da obra pioneira que é essa refinaria. A última feita foi de 1980.

Renato Duque era Diretor de Engenharia da Petrobras. Ele era diretor equivalente. Portanto não era chefe de Paulo Roberto, ele era equivalente a Paulo Roberto. A Diretoria de Engenharia cuida das obras e os clientes são as áreas de negócio, que são a Diretoria de Abastecimento, a Diretoria de EP, Exploração e Produção, a Diretoria de Gás e Energia.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – A contratação das obras era com o Renato Duque?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – A contratação das obras é, mas a aprovação final é do cliente final, que é o Abastecimento.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Só a nível de informação, também há requerimento convidando, para a próxima quarta-feira, para ser aprovado, o Dr. Renato Duque.

Deputado Izalci.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Sr. Presidente, rapidamente sobre a questão da Abreu e Lima.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Fruto de acordo, V. Ex^a tem três minutos.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Tá!

A Abreu e Lima foi considerada realmente dos mais caros empreendimentos de indústria mundial de petróleo. Cada barril de óleo refinado custará no mínimo US\$87 mil, acima do dobro da média internacional. E aí eu pergunto: O que V. S^a poderia nos dizer sobre as denúncias de corrupção apontadas pela Polícia Federal e Ministério Público no que diz respeito à Refinaria Abreu e Lima?

V. S^a, como Presidente da Petrobras, tinha ciência dos recorrentes aditivos aprovados pelo Conselho de Administração, presidido pelo Paulo Roberto Costa?

A última, Sr. Presidente. A Petrobras trabalhou com um orçamento sigiloso de contratação de serviços e equipamentos da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. A empresa ocultou também os estudos de viabilidade econômica, técnica e ambiental do empreendimento, cujos gastos foram multiplicados por nove nos últimos 11 anos. Sigilo foi a alegação mais frequente da estatal. O Tribunal de Contas passou a cobrar esse estudo de viabilidade. Em 2011, em razão da sonegação reiterada de documentos, os auditores do Tribunal de Contas entenderam que havia uma deliberada obstrução do trabalho do Tribunal. Correto? (Pausa.)

Sugeriram, inclusive, que o então Presidente Petrobras – por acaso V. S^a – fosse autuado por sonegação de documentos.

Já em 2012, quando a Graça Foster já estava no comando da Petrobras, fez um novo acordo com o Tribunal de Contas da União. A partir daí, então, foi liberada a documentação, mas, na gestão de V. S^a, foi tratado como sigiloso, como fazem hoje com os empréstimos do BNDES. Os empréstimos internacionais normalmente têm essa figura do sigilo.

Então, são estas perguntas que eu indago a V. S^a.

Só para concluir rapidamente, só para encerrar, Sr. Presidente, muito se falou aqui da questão da CPMI como questão política. Eu quero dizer e deixar muito claro: só de operações de exportação e importação de empresas fantasmas e fictícias, foram 3.635, uma remessa de recurso de mais de US\$233 milhões com as empresas da lavanderia do Youssef, com relação à Petrobras.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Vamos nos manter dentro da normalidade. Estamos no final. Depois o Deputado Eurico Júnior faz dentro da normalidade.

Pode começar a responder, por favor, Gabrielli.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – A Petrobras e o Tribunal de Contas da União têm algumas diferenças de percepção e diferenças metodológicas importantes que, longe de se afastarem, estão se aproximando, não só agora, ao longo do tempo.

O que aconteceu com o Brasil? Não é um problema só da Petrobras ou do TCU. O Brasil hipertrofiou os órgãos de controle porque os projetos de investimento desapareceram na década de 80, na década de 90. Isso se reflete, por exemplo, na comparação dos salários iniciais de engenheiros da Petrobras e do Governo Federal com os engenheiros contratados pelo Tribunal de Contas. Essa diferença decorreu de duas décadas de poucos investimentos, de projetos inexistentes, de pouco crescimento econômico, de pouco planejamento no País. A partir dos anos 2000, principalmente a partir de 2003, o País volta a crescer. Então, você tem hoje que os órgãos de crescimento encontram muito mais dificuldade de fazer as decisões, de fazer as coisas acontecerem, do que os órgãos de controle, que estão muito mais normatizados, que estão muito mais equipados, que estão muito mais profissionais. Esse processo dos anos 2000 foi mudando porque nos temos 10 anos crescendo, 12 anos crescendo. Então, o aprendizado é mútuo, tanto da Petrobras quanto do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas, por exemplo, nunca tinha fiscalizado uma obra de refinaria. Por quê? Porque a última refinaria, no Brasil, é de 1980. Então, os parâmetros que o Tribunal de Contas usa para analisar a refinaria, no que se refere à terraplanagem, são os parâmetros de estradas. Uma estrada não é uma refinaria. É completamente diferente: numa estrada você tem caminhões passando; numa refinaria você tem equipamentos pesados, tremulação, alta pressão, alta temperatura, corrosão. É outro conjunto de questões. Portanto, esse aprendizado foi mútuo.

Na questão dos EVTEs, na discussão sobre os Estudos de Viabilidade Técnica, a discussão era a de como é que se garante o sigilo dos EVTEs. O EVTE envolve análises estratégicas dos negócios da Petrobras. Então, quando se conseguiu identificar uma assinatura eletrônica em que você estabelece claramente que, sobre o conteúdo que está passado para o TCU, está garantido o sigilo, a Petrobras passou a disponibilizar os EVTEs. Foi um acordo técnico conseguido num processo em que se viabilizou a assinatura eletrônica para a entrega dos produtos do TCU.

É bom lembrar que muitas das acusações que existem, que muitos dos indícios levantados nos relatórios iniciais do TCU, como os do Ministério Público, como os da Polícia Federal, não concluem corroborando as hipóteses iniciais. É uma pequena parte dos relatórios iniciais de auditoria do TCU que é confirmada no processo final de decisão do TCU.

Então, nesse processo, na realidade, que está acontecendo com a refinaria Abreu e Lima, existem várias discussões que começam com valores gigantescos, com indícios de suspeitas. Quando tem um contraditório, quando vem a resposta da Petrobras, as coisas começam a se aproximar e as diferenças diminuem. O que era inicialmente considerado como irregularidade passa a ser aceito como regular. Esse é um processo de aprendizado mútuo. Isso está acontecendo com o caso da RNEST. Portanto, não posso dizer *a priori* que tem corrupção na RNEST. Se tem ou não, é a Polícia Federal que vai investigar, são os órgãos de controle que vão investigar. Acho que têm de investigar ao limite.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – V. S^a ainda acha que teve corrupção ou não, mesmo diante de tudo isso que foi demonstrado de Youssef, de Paulo Roberto Costa?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não tem...o que está demonstrado.... Youssef é posterior à saída da Petrobras. A maior parte das coisas está na imprensa. Não tenho acesso à Polícia Federal, não tenho acesso aos documentos da Polícia Federal, não sei se o Deputado tem. O que tem na imprensa são coisas que aconteceram posteriormente à saída de Paulo Roberto da Polícia Federal e não no tempo em que ele estava na Petrobras. Então, não tenho informações sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Vamos, então, agora, ao último inscrito. Agradeço a todos.

O último inscrito é o nobre Deputado Eurico Júnior. V. Ex^a, por fruto de acordo e se V. Ex^a concordar, tem os 3 minutos.

O SR. EURICO JÚNIOR (PV – RJ) – Combinado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado.

O SR. EURICO JÚNIOR (PV – RJ) – Sr. Presidente desta CPMI, Senador Gim, nosso amigo e Relator, Deputado Marco Maia, ex-Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, sou o Deputado Eurico Júnior, do PV do Estado do Rio de Janeiro. Fui Prefeito da cidade de Paty do Alferes por duas vezes, da cidade de Vassouras. Por isso, minha pergunta vai muito sobre a Comperj, de Taboraí, no Rio de Janeiro.

Essa obra foi por muito tempo falada e tida como a grande obra do nosso Estado, como a obra que alavancaria realmente o nosso Estado do Rio de Janeiro. Mas essa obra teve o seu planejamento final nos anos de 2005 e 2006. Ela iniciou a terraplanagem em 2007. Estamos em 2014 e a obra não foi concluída.

O senhor foi Presidente da Petrobras entre 2005 e 2012, portanto pegou não só o período de planejamento, mas também os cinco primeiros anos da construção dessa importante obra do nosso Estado. A pergunta que faço é a seguinte: qual foi o orçamento inicial para o Comperj? Este orçamento foi aprovado pelo Conselho da Petrobras? Quanto já foi gasto a mais, além daquele orçamento inicial da fase de planejamento e aprovado pelo Conselho, antes de 2007, portanto, antes do início da obra? Por que essa falha tão grande no planejamento da obra, no que se refere ao tempo e também no que tange ao planejamento sobre orçamento? Como é que se faz toda vez que o orçamento aprovado pelo Conselho não é suficiente para concluir a obra? Ele vai novamente ser aprovado, esse aditivo pelo Conselho? E por que essa diferença tão grande? Porque, quando a gente assume o Executivo de um município e vai executar uma obra, você tem que planejar a obra num todo, encaminhar ao Tribunal de Contas anteriormente, o Tribunal aprova o orçamento e o máximo que pode ter de diferença são 25%, quando se trata de construção, e 50% quando se trata de reforma, mas a diferença que está dando nos orçamentos é muito maior que isso?

Sr. Presidente, muito obrigado pela compreensão e cumprir o prazo.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Presidente, permita só...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado, nobre Deputado Eurico Júnior e parabéns pelas suas indagações.

V. Ex^a está pedindo?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Um minuto, um minuto, só parabenizar o Presidente Gabrielli...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – V. Ex^a tem um minuto.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – ...pelas suas sucessivas vindas aqui ao Congresso Nacional prestar os esclarecimentos necessários. São irrefutáveis as evidências apresentadas por V. S^a, e a sua passagem exitosa na Petrobras acabará sendo reconhecida por esta Comissão e pelo povo brasileiro.

Parabéns, Presidente Gabrielli.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu que agradeço.

Presidente Gabrielli, as perguntas feitas pelo nobre Deputado Eurico Júnior, por favor.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Ex^{mo} Deputado Eurico Júnior, o senhor foi Prefeito de Vassouras, a Câmara de Vereadores aprova o orçamento, mas não aprova cada obra. O Conselho de Administração da Petrobras é um pouco assim. O Conselho de Administração aprova o plano de negócios de cinco anos e os planos de negócios de cada ano. A operação de cada obra, e são centenas de obras, é decisão da diretoria, não vai a Conselho mais. Mas é claro que a diretoria tem que decidir, no âmbito do que foi aprovado para o conjunto dos negócios. Então, o Comperj é mais ou menos nessa linha.

O Comperj é um negócio que está dentro do plano de negócios da Petrobras. Foi aprovado em termos do valor geral na etapa em que ele estava – se ele estava na etapa 1 foi na etapa 1; se foi no portão 2, portão 2; se foi no portão 3, portão 3 –, porque cada ano vão-se mudando as questões. Os aditivos de contrato são posteriores às contratações. Então, valores que são de orçamento da fase preliminar não necessariamente são os valores de cada contrato. Então, cada contrato é trabalhado com os limites de cada contrato. Portanto, o Conselho de Administração não entra na discussão de cada contrato, de orçamento de cada obra. Não tem essa discussão no Conselho de Administração. Esta é uma discussão que vai no âmbito da diretoria e no âmbito das gerências executivas que tratam das obras.

Não me recordo aqui exatamente dos valores iniciais do Comperj e dos valores finais, no entanto, é necessário lembrar que o Comperj também passou por várias alterações de escopo, de estrutura conceitual. O Comperj, inicialmente, era uma unidade que iria ser feita numa outra região do Rio de Janeiro, mas se verificou que não seria possível fazer naquela região por causa da questão da poluição atmosférica. Deslocou-se essa atividade para a localização atual e iniciou-se o processo de terraplanagem.

A concepção do Comperj, inicialmente, era utilizar petróleo pesado para produzir petroquímicos. Posteriormente, dividiu-se isso em duas etapas: uma etapa de refinaria mais tradicional que produziria matéria prima para a petroquímica e a petroquímica separada. Tentou-se fazer várias empresas dentro da Petrobras para poder gerenciar isso. Verificou-se que o setor privado não tinha a capacidade financeira de entrar no investimento do tamanho do Comperj. Tivemos vários problemas referentes a questões ambientais importantes, inclusive o transporte da torre de instilação, que tem problema ambiental com áreas de transporte, que tem que passar por áreas de proteção ambiental importantes. Foram levantados vários problemas pelos órgãos de controle sobre terraplanagem, custos excessivos. As obras tiveram paralisações decorrentes de greves e ações do movimento sindical. Uma vez que teve grande mobilização de trabalhadores no Comperj, ele está realmente atrasado, vai custar um pouco mais do que devia e provavelmente entrará em operação, se não me engano, em 2016.

Não tenho como dizer quanto foi a variação que ocorreu, porque a maior parte das variações ocorreram nos últimos dois ou três anos, quando não estava na Petrobras. As grandes obras do Comperj, fora terraplanagem, ocorreram nos últimos três anos e não estou mais na Petrobras há dois anos e meio.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Sr. Presidente, questão de ordem, art. 96 do Regimento Interno da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Questão de ordem, nobre Deputado Sandro Mabel. V. Ex^a está com a palavra.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Esse artigo trata de uma reclamação, porque não consegui um artigo tratando do elogio, mas é para cumprimentar o senhor e o relator pela condução dos trabalhos hoje e dizer que acho que foi importante, mas, ao mesmo tempo, como o Deputado Marcos Maia disse, é importante que alguns assuntos possam ter um pouco mais de tempo de aprofundamento, porque acho que colabora. Acho que a vinda do Gabrielli, que já cumprimentei também, foi muito boa e elucidou uma série de coisas que nos faz caminhar dentro da CPMI.

Não é reclamação, pelo contrário, é um elogio, mas foi o único que achei para cumprimentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Obrigado Deputado Sandro Mabel.

Deputado Eurico.

O SR. EURICO JÚNIOR (PV – RJ) – Queria agradecer a resposta do nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado. Da mesma forma, também gostaria de agradecer ao ex-presidente Sérgio Gabrielli, parabenizando-o por todas as informações e agradecendo a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convidando para a próxima reunião a ser realizada no dia 2 de julho, às 14h, neste mesmo plenário, para deliberação de requerimentos.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 13 horas e 58 minutos, suspensa às 18 horas e 15 minutos, reaberta às 18 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 45 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

**Edição de hoje: 62 páginas
(O.S. 13244/2014)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

